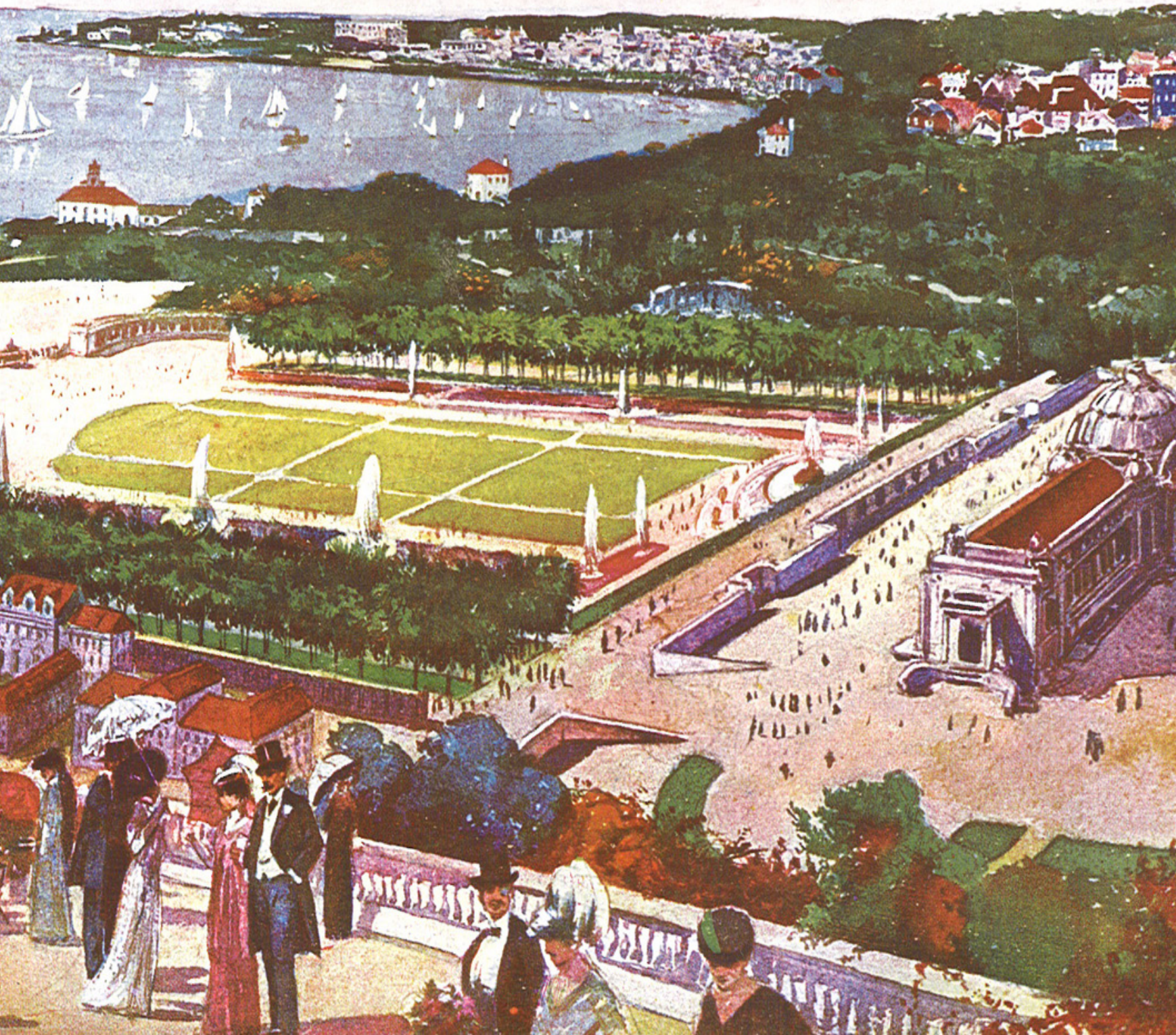


# OS 100 ANOS DO PROJETO ESTORIL

1914 - 2014



**Na capa:**

*Estoril: Estação Marítima,  
Climatérica, Termal e Sportiva,  
1914*

**Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril****Câmara Municipal de Cascais**

Divisão de Arquivos Municipais

Divisão de Marca e Comunicação

**Coordenação**

Cristina Carvalho [ESHTE]

João Miguel Henriques [CMC]

**Autores**

Cândida Cadavez

Cristina Carvalho

Cristina Pacheco

João Aníbal Henriques

João Miguel Henriques

Manuel Aí Quintas

Susana Filipa Gonçalves

**Colaboração**

Maria da Conceição Santos

Margarida Sequeira

Mafalda Martinho

**Design gráfico**

Fátima Lisboa

**Imagens**

Arquivo Histórico Municipal de Cascais

**ISBN**

978-972-637-270-7

Atas do Seminário *Os 100 Anos do Projeto Estoril: 1914-2014*, organizado pela Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, com o apoio da Câmara Municipal de Cascais, a 15 de maio de 2014

[www.eshte.pt](http://www.eshte.pt) | [www.cascais.pt](http://www.cascais.pt)

# OS 100 ANOS DO PROJETO ESTORIL

1914 - 2014



CASCAIS

*Tudo começa nas pessoas*



2014 foi, de certo modo, um ano de convergência para Cascais e para as suas gentes. Fundamentalmente por duas razões.

Primeiro, porque foi em 2014 que se assinalou o 650º aniversário da elevação de Cascais à categoria de vila. Isto é, celebrámos o momento fundacional do concelho.

Todavia, e aqui entro na segunda razão, foi igualmente em 2014 que assinalámos o primeiro centenário do projeto pensado por Fausto Figueiredo para o Estoril. Para sermos mais rigorosos, o projeto “Estoril: Estação marítima, climatérica, termal e sportiva” escancarou as portas da modernidade no turismo em Portugal.

Como é sabido, o projeto de Fausto Figueiredo, pela sua profundidade e abrangência, revolucionou positivamente a região durante os anos vindouros. De tal forma que a história do Estoril pode ser dividida num antes e num depois de Fausto Figueiredo. É a esse depois que esta obra faz justiça.

A partir de 1914, Cascais e o Estoril transformaram-se num destino turístico de renome internacional. E de forma a homenagear o espírito visionário de Fausto de Figueiredo, a Câmara Municipal de Cascais associou-se à Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, instituição de ensino indispensável à afirmação turística do Concelho, na organização do seminário *100 Anos do Projeto Estoril: 1914-2014*.

Em boa hora organizado, esse seminário contou com a participação de diversos investigadores e pensadores de renome, cujas apresentações são agora fixadas neste livro digital que decerto se transformará numa das obras de referência para o estudo da história do Turismo em Portugal.

Com o Turismo a assumir um peso cada vez maior na economia e na sociedade portuguesa, é fundamental disseminar o conhecimento e a filosofia daqueles que foram capazes de ter sucesso antes de tempo e contra todas as probabilidades.

Ao empreendedorismo de Fausto de Figueiredo se ficou a dever o nascimento da Costa do Sol, que a inauguração do Hotel Palácio e do Casino e a promoção do Estoril no destino final do Sud Express, proveniente de Paris, transformou na mais sofisticada estância turística nacional.

Ainda hoje Cascais constitui-se como destino de excelência, cuja oferta cada vez mais diversificada conquista, todos os anos, um número recorde de visitantes, mercê da atividade de instituições como a Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, que continua a refinar esta já secular arte de bem receber.

Para lá de qualquer suspeita, foi no Estoril que foi contada a história do turismo no nosso país. É pelo Estoril que tem passado o presente do turismo em Portugal. E, estou certo, por aqui continuará a passar o seu futuro. Que esta obra seja, pois, mais um contributo para a concretização desse objetivo.



**SEMINÁRIO**

*Os 100 Anos do Projecto Estoril: 1914-2014*

15 Maio | Sala Estoril

AHMCS

**PROGRAMA**

**12h00**

Cerimónia de Deposição de Flores na Estátua de Fausto Figueiredo (Parque Estoril)

**14h00 - 16h30**

Sessão de Abertura pelo Presidente da Câmara Municipal de Cascais

Moderação: Cristina Carvalho (ESHTE)

João Miguel Henriques – *Vilegia Turismo no Eixo Cascais-Estóris: 1867-1930*

João Aníbal Henriques – *Fausto Cardoso de Figueiredo e o Sonho do Estoril*

Cândida Cadavez – *António Ferro, Um Anfitrião na Costa do Sol nos Primórdios do Estado Novo*

Cristina Carvalho – *O Mercado Britânico e os Deleites Turísticos no Estoril dos Anos 30*

**16h30 - 17h00**

Coffee break

**17h00 - 18h30**

Moderação: João Miguel Henriques (CMC/DARQ)

Cristina Pacheco – *O Mundo no Estoril. Instantes em tempo de guerra (1939-1945)*

Susana Gonçalves – *O Estoril dos Anos 50: Representações Imagéticas nos Cartazes Turísticos*

Manuel Ai Quintas – *Desde Quando o Estoril era Costa do Sol*

Actuação da Tunística

Sessão de Encerramento pelo Presidente da ESHTE

Lançamento do Cocktail Estoril 2014 & Actuação da Tunística



Um das breves palavras sobre este seminário acerca dos 100 Anos do Projeto Estoril, organizado conjuntamente pela Câmara Municipal de Cascais e pela Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, onde merecidamente homenageámos Fausto Figueiredo.

Nunca será demais dizer que a motivação para este seminário é Fausto Figueiredo, é por causa de Fausto Figueiredo que o Estoril existe enquanto destino turístico e poderíamos mesmo dizer que uma das razões de existir da ESHTe é Fausto Figueiredo. Se hoje somos considerados a melhor instituição de ensino superior de turismo em Portugal uma das razões é certamente o facto de estarmos no Estoril e do que esta vila representa em termos de turismo.

Quero agradecer aos familiares de Fausto Figueiredo e afirmar que não só no Estoril, em Cascais e em Portugal, mas também aqui na ESHTe, em particular, podem estar orgulhosos do legado deste visionário, pois a obra do vosso/nosso Fausto Figueiredo está presente na nossa atividade diária. Paraphrasing Fernando Pessoa: “Deus quis, Fausto Figueiredo pensou e o Estoril Nasceu”.

O homenageado Fausto Figueiredo ficaria certamente agradado com a determinação dos Professores Cristina Carvalho e João Miguel Henriques que conjuntamente com o Gabinete de Comunicação e Imagem da ESHTe e um grupo de alunos nos possibilitaram este seminário. A eles também o nosso agradecimento.

Entrando agora num terreno mais lúdico queria falar-vos de um cocktail que relançámos neste seminário e que era muito apreciado no tempo dos espões no Estoril: a base deste cocktail é constituída por sumo de manga e de maracujá, a que se junta um pouco de rum branco e gelo. Depois de batida no shaker, esta mistura é colocada num flute a que se adiciona um pouco de grenadine. Poderemos assim assumir que o amarelo inicial deste cocktail representa o Sol do Estoril e o sonho dourado de Fausto Figueiredo e que o acrescentado de grenadine lhe traz aquele tom avermelhado do pôr-do-sol cantado pela tuna no hino da ESHTe. Duas curiosidades apenas: a primeira é que este cocktail tem um baixo teor alcoólico pois não convinha que os espões perdessem o pleno uso das suas capacidades e que, contrariamente ao cocktail de James Bond, que é mexido em copo, o nosso cocktail é batido no shaker; invertamos portanto a frase e connosco é shaken not stirred.

Deixo-vos agora a participar neste cocktail de excelentes comunicações sobre o Estoril e o nosso homenageado Fausto Figueiredo.

**Raúl das Roucas Filipe**  
Presidente da ESHTe

## João Miguel Henriques

Doutorado em História Contemporânea,  
é Chefe da Divisão de Arquivos da Câmara Municipal  
de Cascais e responsável pelo Arquivo Histórico Digital de Cascais.

Cascais, c. 1900  
[AHMCSC/AFTG  
CAM/A/1004]



# BREVE HISTÓRIA DO (VILEGIA)TURISMO NO EIXO CASCAIS-ESTORIS [1867-1931]

João Miguel Henriques

«agosto e setembro nas praias passaram a fazer parte do orçamento de todo o cidadão nacional que tiver uma verba para extraordinários»<sup>1</sup>

«Como nunca nos lembra, nem mesmo no tempo da monarquia, tem havido um verdadeiro assalto às casas para alugar. Ainda bem, dizia-se para aí, à boca pequena que a República até nisso viera prejudicar. Felizmente vamos entrando na normalidade»<sup>2</sup>

«O Estoril, Estação marítima, termal, climatérica e sportiva não é já uma noção vaga, uma aspiração indefinida de sonhadores. Todos os planos estão minuciosamente feitos e estudados»<sup>3</sup>

«In the northern curve of the lovely Bay of Lisbon lies the “Sunshine Coast” (Côte du Soleil) so called because of it’s almost uninterrupted sunshine the whole year round. This is the world famous Portuguese Riviera»<sup>4</sup>

Até se afirmar enquanto praia da moda, Cascais desenvolveu-se em função da agricultura, da pesca e da extração e preparação de pedra. A assunção desta nova vivência dever-se-ia, assim, antes de mais, à reconstrução da estrada para o termo de Oeiras, entre 1859 e 1864, pelo empenho do Visconde da Luz, que facilitou o acesso a Lisboa; e da estrada até Sintra, concluída em 1868, a expensas do Estado, por iniciativa de Francisco Joaquim da Costa e Silva. Ainda que o argumento invocado para a sua concretização fosse o das profícuas relações comerciais entabuladas entre as três vilas, sedes de concelhos vizinhos, estas vias afirmar-se-iam sobretudo enquanto suporte do surto de vilegiatura, tempo de repouso desfrutado na estação calma, que se apossou do litoral cascalense, permitindo-lhe superar um longo período de crise, iniciado aquando do terramoto de 1755 e agudizado pelo encerramento dos conventos e retirada do Regimento de Infantaria. Na verdade, «estas duas estradas foram as artérias por onde se injetou novo sangue que veio dar vida a Cascais».<sup>5</sup>

1 *Brasil-Portugal*. 16 de outubro de 1899, p. 6.

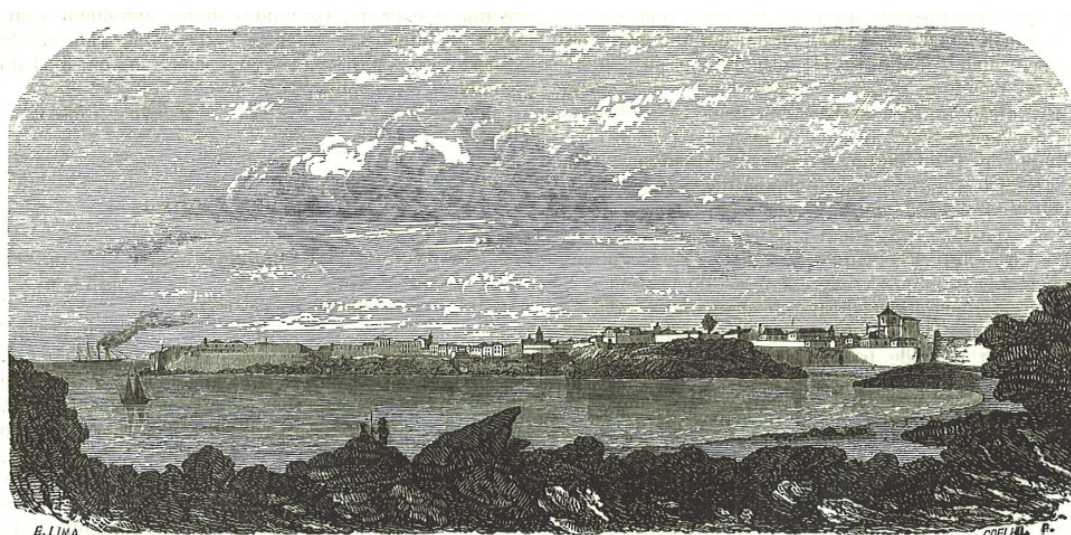
2 *A voz do povo*. 19 de maio de 1912, p. 2.

3 *Estoril: Estação marítima, climatérica, termal e sportiva*. Lisboa: Tipografia A Editora Ld.ª, 1914, p. 48.

4 Oliveira, João Correia de - *Portugal: A arte, os monumentos, a paisagem, os costumes, as curiosidades: Costa do Sol: Estoril*. Lisboa: Ocogravura Ld.ª, [1935], p. 17.

5 Barruncho, Pedro - *Apontamentos para a história da vila e concelho de Cascais*. Lisboa: Tipografia Universal, 1873, p. 146.

A melhoria dos acessos revolucionou a viagem até à vila, tornando-a mais apetecível, razão pela qual, em 1863, ainda antes da conclusão oficial da estrada até Oeiras, a Companhia de Carruagens Omnibus estabeleceria uma carreira especial para Cascais, não obstante o percurso implicar maior despesa, esforço suplementar das cavalgadas e, conseqüentemente, mais mudas, cavalariças e pessoal.<sup>6</sup> O aumento da procura exigira, pois, a aposta na ligação, até porque, no ano anterior, já o Arquivo Pitoresco apontava que «no verão concorre muita gente aos banhos de mar»<sup>7</sup>, prática que impôs a vila enquanto destino sazonal de muitos lisboetas, num período em que o ar e a água marítimos foram exaltados para a prolifaxia e tratamento dos mais diversos males. A morosa viagem até Cascais permitia, desta forma, ao banhista o afastamento físico e mental da viciada urbe, rumo a um ambiente naturalmente purificador, num trecho de costa onde funcionavam, também, outros equipamentos dedicados à cura pela água: as Termas do Estoril e os Banhos da Poça, aos quais se associariam, na primeira década do século XX, os sanatórios marítimos de Carcavelos e de Sant’Ana, na Parede.



**Panorâmica de Cascais, em 1863**  
[AHMCSC/AESP  
CMES/663]

Apesar de o pioneirismo da utilização das praias do concelho para os banhos de mar parecer dever-se aos religiosos que habitavam no convento do Estoril<sup>8</sup> e a alguns liberais que haviam sido aprisionados na Cidadela de Cascais durante o miguelismo, o primeiro período de desenvolvimento em função desta moda processou-se sob a égide de entusiastas como o Visconde da Luz. Conseqüentemente, em 1863 o *Arquivo Pitoresco* anotaria que «a carreira diária dos vapores da empresa Burnay e das carruagens omnibus tem atraído para esta vila [...] a concorrência de muitas famílias no Verão, o que vai contribuindo para o progresso e asseio da terra».<sup>9</sup> Os banhos evoluíram, assim, sobretudo enquanto forma de ócio, que paulatinamente se democratizou, em benefício do desejo de valorização social da burguesia, atestada, por exemplo, pelo sucesso das excursões por via marítima até à região...

6 Cf. Vieira, António Lopes - *Os transportes públicos de Lisboa entre 1830 e 1910*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, imp. 1982, p. 73-76. Note-se, ainda assim, que a carreira «é certa só de verão: no inverno continua somente até Oeiras». Abreu, João António Peres - *Roteiro do viajante no continente e nos caminhos-de-ferro de Portugal em 1865*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1865, p. 78.

7 *Arquivo pitoresco*. 1862, p. 134.

8 F, V. J. - *Memória sobre a utilidade e uso medicinal dos banhos do Estoril aplicados ao tratamento das afeções cutâneas e de muitas outras moléstias: Contendo juntamente a segunda análise química desta água mineral que se acha inserida no Jornal das Ciências Médicas de Lisboa, tomo 2.º, p. 16*. Lisboa: Tipografia de Vieira & Torres, 1839, p. 27.

9 *Arquivo pitoresco*. 1863, p. 341.

À semelhança de outras praias da margem norte da barra do Tejo, a frequência de Cascais revelou-se de cariz elitista, alcançando, mesmo, pela primeira vez, em setembro de 1867, o estatuto de praia da Corte, pela preferência concedida pela Rainha D. Maria Pia, reportada no *Diário de Notícias*, uma vez que «Sua Majestade a rainha foi pela primeira vez à vila de Cascais em a tarde de 19, causando ali grande regozijo a sua rápida visita».<sup>10</sup> A distinção devera-se ao facto de, em meados de setembro, quando a habitual nortada da costa atlântica amaina, o mar ser normalmente mais calmo em Cascais, pois, como anotaria Ramalho Ortigão, «a praia é extremamente abrigada. A água está serena como numa tina e a brisa é tão suave que não faz ondear uma fita nos chapéus das senhoras sentadas à sombra das suas barracas»!<sup>11</sup> Não obstante, a viagem da Rainha a partir de Sintra beneficiou, sobretudo, da nova ligação entre as duas vilas, que, concluída no ano seguinte, determinaria o estabelecimento de uma nova relação, tendo por base o lazer, em que Cascais se impôs, por intermédio da praia, enquanto espaço público, socialmente mais permeável, capaz de diluir o aristocratismo sintrense.

No ano de 1868, D. José Coutinho de Lencastre referiu-se às transformações operadas na vila, que, «vestindo-se, lavando-se e remoçando agora, tornou-se moda, para ser imensamente concorrida e frequentada pelas pessoas de mais fina qualidade».<sup>12</sup> Para além do Passeio Visconde de Nossa Senhora da Luz, onde o contacto com a natureza servia de argumento para a convivência, Cascais disporia, ainda, a partir de 1869, do Teatro Gil Vicente, florescendo, desde então, as primeiras associações recreativas, de que a Sociedade Filarmónica Cascaense constitui o primeiro exemplo conhecido.<sup>13</sup> Não obstante, apesar de nesse ano já laborar «o famoso e frequentadíssimo Grande Hotel Lisbonense»<sup>14</sup>, a vila debatia-se com sérias carências ao nível do alojamento, que a afluência de visitantes realçou, forçando, também, a Câmara Municipal a reequacionar o sistema de esgotos, o abastecimento de água, a recolha de lixos, a iluminação pública e até a rede viária.

A estada da Família Real consolidou-se em 1870, na sequência da conversão da antiga casa do Governador da Cidadela no despretensioso Paço de Cascais, onde a Corte passou a instalar-se, desde então, em meados de setembro. Com D. Carlos, a entrada oficial na vila processar-se-ia no dia 28 desse mês, data do aniversário do Rei e da Rainha, por um período que se estendia por Outubro, até à abertura da temporada do Teatro de S. Carlos. Na verdade, «a sociedade lisboeta tinha dois pontos principais de contacto – Cascais e o Teatro de S. Carlos.

Era aí que os ricos, ou os que aparentavam, procuravam impor-se a certa roda, que dificilmente os recebia».<sup>15</sup> As restantes festividades – os aniversários de D. Maria Pia, a 16 de outubro e, em menor escala, do seu casamento, a 6 de outubro – não perderiam fulgor, constituindo momentos simbólicos da estada em Cascais, que, no reinado de D. Luís, findavam habitualmente antes de 31 de outubro, dia em que, já no Paço da Ajuda, se comemorava o seu nascimento, em simultâneo com o do pai, D. Fernando.

<sup>10</sup> *Diário de notícias*. 21 de setembro de 1867, p. 1.

<sup>11</sup> Ortigão, Ramalho - *As praias de Portugal: Guia do viajante e do banhista*. Porto: Livraria Universal de Magalhães & Moniz, 1876, p. 79.

<sup>12</sup> Lencastre, José Coutinho de - *Passeio de Lisboa a Cascais*. [s.l.: s.n., 1868], pp. 22-23.

<sup>13</sup> Os estatutos parecem remontar a 14 de julho de 1868. Cf. AHMCSC/AESP/CMES/576, p. 1.

<sup>14</sup> *Diário de notícias*. 2 de setembro de 1868, p. 2.

<sup>15</sup> Brandão, Raul - *Memórias*. Lisboa: Perspetivas & Realidades, 1983, p. 184.



Casas Palmela e Loulé (à direita), os mais antigos exemplares de arquitectura de veraneio do concelho [AHMCSC/AESP CMAM/4]

Face à escassez de alojamentos dotados das condições exigidas pelos vilegiaturistas, assistiu-se à edificação de novas habitações, que se transformaram em imagens de marca do concelho, entre as quais importa destacar, numa primeira fase, a dos Duques de Palmela, projetada em 1871, e a dos Duques de Loulé, que em 1873 já se encontrava concluída. Os mais ambiciosos promotores do desenvolvimento da região foram, não obstante, os Viscondes de Gandarinha, ao adquirirem as ruínas dos dois maiores edifícios da vila destruídos pelo terramoto de 1755: o Convento da Piedade, que adaptaram a habitação, e o Palácio dos Marqueses de Cascais, progressivamente desmantelado para a venda de lotes destinados à urbanização. Também a Câmara Municipal procurou conquistar novos espaços públicos, como a Parada, onde se instalaria, a 15 de outubro de 1879, o Sporting Club de Cascais, que recebeu, de imediato, a alta sociedade a banhos, apesar de, desde 1872, o Casino da Praia, junto à foz da Ribeira das Vinhas, ter funcionado como centro de reunião da colónia balnear.

Os hotéis em funcionamento não passavam de hospedarias de classe superior, encontrando-se referência a várias unidades – para além do Hotel Lisbonense, também apelidado de Hotel Neto, a que já nos referimos – casos do Hotel União, em 1880; do Hotel Central, em 1886; e do Hotel do Globo, em 1888. Algumas eram, contudo, decerto mais antigas, pois já em 1876 Ramalho Ortigão se referira à existência de três estabelecimentos na vila<sup>16</sup>, que paulatinamente se transformou em referência obrigatória dos guias de viagem, como o atesta o *Guide du Voyageur en Portugal*, de 1881, ao anotar que «Cascais é a Trouville de Portugal: a praia mais bem frequentada durante a *saison*. A família real instala-se habitualmente aqui, transformando-a no *rendez-vous* do *beau monde* da capital»<sup>17</sup>...

Não obstante a primeira experiência de iluminação elétrica em Portugal decorrer na Cidadela de Cascais, em 1878, por ocasião do aniversário de D. Carlos, até 1899 persistiria a utilização de petróleo para aluminação das vias públicas. Também as deficiências sentidas ao nível do abastecimento de água se manteriam, pois somente em 1889 se concluiu a canalização do precioso líquido a partir da Malveira. Contudo, enquanto aguardavam a definitiva implementação destas e de outras comodidades, imprescindíveis à civilização moderna, os visitantes não hesitaram em transformar

16 Cf. Ortigão, Ramalho - *Op. cit.* p. 80.

17 Tradução nossa. Brunswick, H. - *Guide du voyageur en Portugal*. Lisbonne: Lallemand Frères, 1881, p. 39.

**Banhistas na  
Praia  
da Ribeira.  
Ao fundo  
são visíveis  
as primeiras  
habitações  
da Avenida  
D. Carlos I**

[AHMCSC/AFTG  
CAM/A/1004]



Cascais na capital do ócio, no período do ano consagrado aos banhos de mar, promovendo o desporto enquanto forma de lazer ativo. Desta forma, a região assumiria um protagonismo inusitado ao nível da introdução e promoção de novas modalidades em Portugal, como a vela, o remo, a natação, o ténis ou o futebol.

A primeira notícia conhecida a propósito da realização de uma regata na baía de Cascais remonta a 1871, sabendo-se que, no ano seguinte, este evento já alcançara grande popularidade, como nos informa o *Diário de Notícias*, ao apontar que «a muralha que corre desde a fortaleza até à praia [da Ribeira], mas sobretudo esta, estavam cobertas de espetadores de todas as condições, que se mexiam, agitavam e moviam».<sup>18</sup> A caça, o tiro aos pombos e o hipismo também eram exercitados na vila, à semelhança da tourada, recolhendo-se informações acerca do funcionamento de uma arena improvisada desde 1869, a que se sucederia uma nova praça, junto à Parada, quatro anos depois. Cascais destacar-se-ia igualmente ao nível do ténis, que parece ter sido praticado pela primeira vez em Portugal por nacionais nos campos do Sporting Club, no ano de 1882. Desde então, pelo entusiasmo de D. Carlos e a incansável atividade de Guilherme Pinto Basto, o primeiro campeão da modalidade, com múltiplas vitórias nos torneios organizados no clube, a Parada afirmou-se como a principal difusora deste desporto no nosso país, à semelhança do que sucederia com o futebol, visto que o primeiro desafio público entre portugueses também aí teve lugar, em 1888.

A região pareceu tornar-se merecedora de uma ligação ferroviária até à capital, que Pedro Barruncho já advogara em 1873, ao afirmar que «não bastam as velhas estradas: Cascais adquiriu jus ao caminho-de-ferro».<sup>19</sup> Desta forma, a 30 de setembro de 1889 chegaria à vila o primeiro comboio a vapor, na sequência da inauguração da linha até Pedrouços, que em 1895 alcançou o Cais do Sodré, assumindo-se definitivamente enquanto o mais poderoso instrumento de desenvolvimento do concelho. As primeiras notícias relativas à sua utilização apontavam que «nesta nova linha férrea o movimento de passageiros no domingo foi cerca de 6 mil e seria muito mais se não faltasse o material».<sup>20</sup> Pouco depois já se pensava, mesmo, proceder à organização de comboios extraordinários...

<sup>18</sup> *Diário de notícias*. 15 de outubro de 1872, p. 1.

<sup>19</sup> Barruncho, Pedro - *Op. cit.* p. 162.

<sup>20</sup> *Diário de notícias*. 9 de outubro de 1889, p. 1.



Pormenor de piquenique em Cascais, que contou com a participação da Rainha D. Amélia [AHMCSC/AFTG CAM/B/5145]

D. Luís, a quem Cascais tanto devera para a sua divulgação, faleceu na Cidadela, poucas semanas após a inauguração do caminho-de-ferro. Como referimos, D. Carlos manteria a tradição da estada sazonal em Cascais, transformando, mesmo, a vila na base das campanhas oceanográficas que promoveu entre 1896 e 1907. No entanto, Jaime Artur da Costa Pinto, Presidente da Câmara Municipal entre 1890 e 1909, afirmar-se-ia como o principal obreiro da modernização da *rainha das praias portuguesas*, pelo que a vila foi, então, dotada de novos benefícios, como a iluminação pública a gás, depois elétrica, ou o telefone, já em 1900. Deste modo, em função do desenvolvimento operado, Cascais pareceu não se ressentir da ausência da Família Real após a implantação da República.

A construção do caminho-de-ferro permitiu uma gigantesca redução do tempo de duração da viagem entre Cascais e Lisboa. Na verdade, os passageiros, que até aí não conseguiam percorrer em cada hora mais do que 9,5 quilómetros, passaram a poder deslocar-se a cerca de 40 quilómetros horários. O comboio conduziria, também, ao desaparecimento dos antigos meios de transporte, acentuando, pelas suas características, a cisão entre o interior e o litoral concelhios. Consequentemente, para além dos apeadeiros iniciais, instalados em Carcavelos, Parede-Galiza, Estoril e Cascais, a linha seria dotada de novas paragens, mercê do crescimento das áreas que a circundavam, mais precisamente em S. João do Estoril e no Monte Estoril, no ano de 1894, e de Cai-Água, futuro S. Pedro do Estoril, em 1905.

O projeto de urbanização do Monte Estoril, a antiga Costa de Santo António, foi conduzido pela Companhia Monte Estoril, a partir de 1888, em função da linha ferroviária. Tendo por acionistas maioritários Carlos Anjos, proprietário na região, e o Conde de Moser, administrador da Companhia dos Caminhos-de-Ferro Portugueses, ambicionava, então, recriar um cenário similar ao das reputadas praias de Cannes, Arcachon ou Saint Raphael, impondo a nova localidade enquanto «estação veraneal e hiberna, quase um sanatório, que devia reunir os atrativos usados no estrangeiro para chamar a concorrência, servir de refúgio à população de Lisboa que precisasse de

Comboio a vapor  
junto ao Monte  
Estoril

[AHMCSC/AESP  
CMBP/202]



metalizar o seu sangue e atrair viajantes estrangeiros». <sup>21</sup> Para o efeito, a Companhia adquiriu terrenos e edificou as primeiras habitações, dotando a novel localidade de abastecimento de água próprio e de iluminação elétrica, muito antes de Cascais dispor desta mais-valia. A sua imposição enquanto centro de vilegiatura de primeira ordem, frequentado pela aristocracia e burguesia abastada, seria facilitada pela instalação da Rainha D. Maria Pia no antigo chalet de João Henrique Ulrich, a partir de 1893, ainda que o Casino do Monte Estoril, em funcionamento desde 1891; o Grand Hotel, inaugurado no ano de 1898; e o Casino Internacional e o Grand Hotel d'Italie, que remontam a 1899, se destacassem como as estruturas mais relevantes para a atração das elites sociais, sedentas de diversão e conforto. Desta forma, apesar de a proibição do jogo, em 1900, conduzir à falência do projeto inicial, as bases para o desenvolvimento futuro da localidade estavam definitivamente lançadas, pelo que, em 1906, Daniel Dalgado, o criador da expressão *Riviera de Portugal*, anotaria que «se o número de visitantes continuar a aumentar na mesma proporção que o ano passado, em breve os alojamentos serão insuficientes». <sup>22</sup>

Também a Marinha, situada a poucos quilómetros da vila, seria alvo de um projeto de urbanização tendo por base o caminho-de-ferro, mais concretamente uma segunda linha que deveria ligar Cascais a Sintra, correndo pela costa até à Praia das Mações. Apesar de promovido por uma «companhia ou parceria em que entrou o Dr. Feliciano Gabriel de Freitas» <sup>23</sup>, que, para o efeito, adquirira a propriedade, efetuando, depois, algumas experiências de fixação de dunas por meio da plantação de coníferas, o projeto não teria, contudo, sequência. Mercê da fama dos Banhos da Poça, administrados pela Santa Casa da Misericórdia de Cascais, na década de 1880 assistiu-se, também, à edificação das primeiras habitações na região que desde 1890 se passou a designar S. João do Estoril e cujo desenvolvimento, ao contrário do vizinho Monte Estoril, se deveu a múltiplas iniciativas individuais,

<sup>21</sup> *Gazeta dos caminhos-de-ferro*. 16 de maio de 1899, p. 149.

<sup>22</sup> Tradução nossa. Dalgado, Daniel G. - *The climate of Lisbon, and of the two health resorts in its immediate neighbourhood Monte Estoril, on the Riviera of Portugal, and Cintra*. London: H. K. Lewis, 1906, p. 36.

<sup>23</sup> Câmara Municipal de Cascais - *Legítima defesa da Câmara Municipal de Cascais: Terrenos da Marinha: Documentos coligidos pelo advogado Francisco Pinto Coelho*. Lisboa: Imprensa de Libânio da Silva, 1902, p. 87.

que obliterariam qualquer noção de conjunto. Consequentemente, ainda que o novo edifício termal, inaugurado em 1894 pela Empresa dos Banhos da Poça, se transformasse no ponto de encontro da localidade, esta nunca se destacou pela sua vivência social, ressentindo-se, ainda, da falta de alojamento, que a inauguração do Bijou Hotel, em 1901, não conseguiu suprir. O mesmo sucederia em Cai-Água, futuro S. Pedro do Estoril, que deveu o seu florescimento ao capitalista Abílio Nunes dos Santos, proprietário dos Grandes Armazéns do Chiado, por intermédio do sorteio dos chalets *Idéal* n.ºs 1 e 2, como prémio aos clientes...

Já a Parede encontrou o seu principal divulgador em José Nunes da Mata, que projectou um novo bairro entre o mar e o caminho-de-ferro, a partir de 1890, divulgando-se, depois, por intermédio do Sanatório de Sant'Ana, idealizado por Amélia e Frederico Biester, cuja primeira pedra seria lançada em 1901. Por sua vez, Carcavelos manteve a tradição agrícola, assegurando a produção do vinho generoso que recebia o seu nome, ainda que em 1870 se instalasse na Quinta Nova de Santo António a colónia inglesa destinada a explorar o cabo telegráfico submarino. Desde 1897 assistir-se-ia, também, à concretização do projeto de adaptação do baluarte seiscentista do Junqueiro enquanto Sanatório Marítimo de Carcavelos, mercê da atividade do Conselheiro Tomás António Ribeiro Ferreira e do Dr. José Joaquim de Almeida, que, na sequência de várias obras de beneficiação, seria reinaugurado em 1902. Nestas localidades triunfaram, pois, iniciativas individuais, que permitiram um importante surto de construção civil e a atração de novos habitantes, seduzidos pela proximidade do mar.

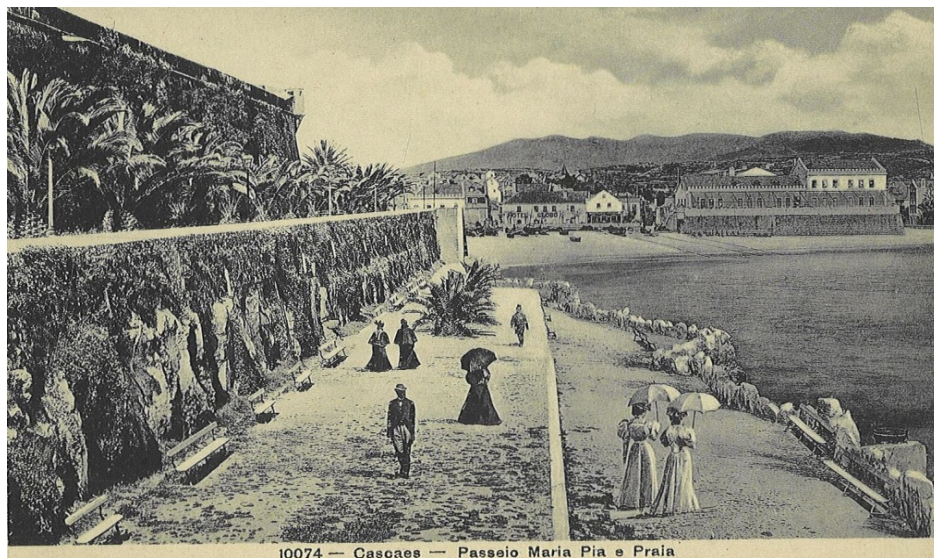
Santo António do Estoril continuava a ser sobretudo recomendado pelas termas, inseridas na quinta de José Viana da Silva Carvalho. Existiam, então, dois estabelecimentos, inaugurados em 1880 e 1894, respetivamente, assim como um grupo de casas de aluguer instaladas no “Pátio do Viana”, a quem se deveu, depois, a construção de «um hotel, que fica mesmo na frente da linha férrea».<sup>24</sup> Trata-se do Hotel Paris, a primeira unidade deste tipo em funcionamento na região, acerca da qual, em 1910, o visionário Daniel Dalgado anotaria que «se todos estes dons da natureza fossem judiciosamente empregues, com a devida atenção às necessidades e confortos dos doentes ingleses e outros, o Estoril tornar-se-ia muito em breve no melhor centro de águas cloretadas de sódio para o tratamento do reumatismo crónico e da gota, durante o inverno».<sup>25</sup>

A renovação operada em Cascais não pode, também, ser menosprezada, visto que o conjunto de obras e melhoramentos implementados foi verdadeiramente extraordinário. Em 1890 atribuir-se-ia o nome de Passeio Maria Pia à nova artéria paralela à Cidadela, defronte da baía; a que se sucederia, quatro depois depois, a construção da nova praça de touros e da Avenida Valbom, ligando a estação ao centro da vila; e, no ano de 1899, a inauguração da Avenida D. Carlos I, de acesso à Cidadela, e da iluminação a gás. Paralelamente, a arquitetura de veraneio espraiar-se-ia pelo litoral, erigindo-se alguns dos seus mais emblemáticos edifícios, casos

24 Pereira, Esteves e Rodrigues, Guilherme - *Portugal: Dicionário histórico, corográfico, biográfico, heráldico, numismático e artístico*. Lisboa: João Romano Torres, 1907, vol. III, p. 220.

25 Tradução nossa. Dalgado, Daniel G. - *The thermal springs and the climate of Estoril in chronic rheumatism and gout during winter*. Paris: Henri Jouve, 1910, p. 56.

Passeio Príncipe  
Real D. Luís Filipe,  
em Cascais. As  
palmeiras junto  
aos muros da  
Cidadela,  
à esquerda,  
permitem  
identificar o  
Passeio Maria Pia  
[AHMCSC/AESP  
CJSF/CAS 226]



da Torre de S. Sebastião e da Casa de Santa Maria, de Jorge O'Neill; da Casa de S. Bernardo, do Conde de Arnoso; ou das habitações dos Marqueses do Faial, de Joaquim da Silva Leitão, do Conselheiro Luís Augusto Perestrelo de Vasconcelos e de Francisco Augusto Trindade Baptista.

Cascais transformou-se em local de visita obrigatória, por ocasião da passagem de individualidades por Portugal, como o Rei do Sião ou o Presidente da República Francesa, Émile Loubet, em 1897 e 1905, respetivamente. Na verdade, ainda que se revista de algum simbolismo, nem mesmo o assassinato de D. Carlos, em 1908, cuja presença sazonal se transformara no emblema da vilegiatura cascalense, contrariaria esta tendência, assumindo-se, então, a vila enquanto estância balnear perfeitamente consolidada.

Deste modo, até ao derrube da monarquia, D. Afonso manteve a tradição do banho em Cascais, encontrando-se, depois, notícias da visita dos Presidentes da República Bernardino Machado, Canto e Castro, António José de Almeida, Manuel Teixeira Gomes e Óscar Carmona e até da utilização da Cidadela para algumas estadas.

A reestruturação em função da indústria do lazer prosseguiu, aumentando o número de empresas de aluguer de carruagens, casinos e hotéis. Não obstante, em 1899, anotar-se-ia que «o que vale à gente de certa posição social, que vem passear ou passar uns dias a estes sítios, são os hotéis do Estoril e Monte Estoril, porque em Cascais, a não ser no Hotel Central, onde a mesa é sempre de primeira ordem, não há onde se jante bem, e muito menos onde os exigentes possam hospedar-se a seu contento. É no que Cascais está por enquanto muito pobre».<sup>26</sup> As insuficiências da vila relativamente ao alojamento pareciam, pois, persistir, ao mesmo tempo que se evidenciava a sua subalternização face aos Estoris...

Na verdade, entre as várias unidades hoteleiras em laboração destacavam-se dois estabelecimentos, que até à inauguração do Palace Hotel, no Estoril, em 1930, se afirmaram como as mais bem apetrechadas do concelho: o Grand Hotel (Estrade) e o Grand Hotel d'Italie, em funcionamento no Monte Estoril desde 1898 e 1899,

<sup>26</sup> *Correio de Cascais*. 16 de julho de 1899, p. 2.

respetivamente. O mais antigo foi edificado por iniciativa da Companhia Monte Estoril, cedo passando a ser conhecido por Grand Hotel Estrade, uma vez que o serviço estava «a cargo do sr. E. Estrade, dono do café Montanha, que tomou aquela casa de arrendamento por alguns anos, tencionando tê-la aberta verão e inverno».<sup>27</sup> Já a construção do segundo, «em edifício vasto e propriamente construído para tal fim»<sup>28</sup>, se deveu a Petracchi Felice, antigo cozinheiro da Rainha D. Maria Pia, que o dotou, mesmo, de estação telégrafo-postal particular.

Para além dos casinos do Monte Estoril, a que já nos referimos, o estabelecimento mais famoso deste tipo continuava a ser o Casino da Praia, acerca do qual se apontaria que «os banhistas têm ali onde se podem distrair; pode mesmo dizer-se que é a única distração que à noite se encontra em Cascais. Passam ali duas horas muito agradavelmente».<sup>29</sup> Todavia, a proibição do jogo, em 1900, transformaria estes espaços em meros locais de convívio, facto de que o concelho muito se ressentiu, pelo que nem mesmo o polémico projeto, não concretizado, do Casino da Esplanada, de 1902, conseguiria silenciar «o protesto da povoação e da colónia contra a injustiça feita a Cascais, encerrando-se-lhe os seus casinos com o seu jogo e consentindo-os em outras praias».<sup>30</sup> Mercê desta alteração, o estudo da atividade torna-se menos claro, pois, para além do aparecimento de muitos estabelecimentos clandestinos, os antigos casinos, esvaziados da sua função inicial, continuaram a manter a designação de origem.

O mesmo não sucede relativamente ao desporto, que reforçou a sua influência enquanto angariador de visitantes, sobretudo por intermédio da vela. Desta forma, em 1893 disputar-se-ia na baía a primeira *corinthian race* portuguesa, regata em que as embarcações correm tripuladas apenas por amadores. Dois anos depois, Cascais receberia a Taça Vasco da Gama, a primeira regata internacional promovida no nosso país, a que se seguiu, no ano de 1902, uma inédita competição entre *bulb-keels* e a primeira regata oceânica, de Leixões e Cascais. Note-se, porém, que o regicídio conduziria ao término do ciclo mais brilhante da história desta modalidade, que foi particularmente sentido em Cascais, visto que a *paixão do mar* do monarca não encontrou efetiva continuidade no seu sucessor. Consequentemente, só voltamos a encontrar notícias acerca da organização de regatas na baía em 1912, quando se promoveu uma prova de monótipos movidos a gasolina, para a disputa de uma taça oferecida pelo Presidente da República, Manuel de Arriaga.

O Sporting Club de Cascais continuou a assumir-se enquanto *rendez-vous* privilegiado para a prática do ténis, ao estabelecer os Campeonatos Internacionais de Portugal, que se realizaram oficialmente a partir de 1902 e de forma ininterrupta até 1973, com exceção dos anos de 1910, 1940 e 1951. Iniciando-se apenas com provas de singulares masculinos e pares masculinos e mistos, agregariam, desde 1905, singulares femininos e, a partir de 1911, pares femininos, ainda que com alguns intervalos. Paralelamente, a Parada promoveria três importantes gincanas automóveis, em 1904, 1905 e 1909, que lhe garantiram inusitado destaque na história da modalidade.

<sup>27</sup> *Gazeta dos caminhos-de-ferro*. 16 de agosto de 1898, p. 247.

<sup>28</sup> *Correio de Cascais*. 8 de julho de 1900, p. 4.

<sup>29</sup> *Ibidem*. 29 de julho de 1900, p. 2.

<sup>30</sup> *Ibidem*. 20 de Julho de 1902, p. 2.

Ao conceito de vilegiaturismo sucedeu o de turismo, pela assunção das preocupações efetivas dos vilegiaturistas, que ganhou protagonismo a partir de 1906, mercê da atividade da Sociedade Propaganda de Portugal em benefício da promoção do país neste domínio. Não obstante, a sua consagração apenas se efetivou por ocasião da organização do IV Congresso Internacional de Turismo, em Lisboa, de 12 a 19 de maio de 1911, e da constituição, a 16 de maio, no Ministério do Fomento, de um Conselho de Turismo, apoiado por uma Repartição de Turismo. Ainda que, em 1907, o Grand Hotel (Estrade), o Grand Hotel d'Italie e o Royal Hotel, do Monte Estoril, tenham recebido uma recomendação da Sociedade Propaganda de Portugal e de se apontar que «esta estância no conjunto das comodidades, luxo, distrações, recursos terapêuticos é o que há de melhor em Portugal e acha-se em condições de rivalizar com as estações de Inverno no Mediterrâneo»<sup>31</sup>, o momento mais marcante da história das relações entre a Sociedade Propaganda de Portugal e o concelho de Cascais parece remontar a 15 de maio de 1911, quando os participantes do Congresso Internacional de Turismo foram obsequiados com uma notável receção em Cascais.

Os congressistas chegariam em comboio especial, ao Monte Estoril, pelas 16h30, «onde os esperava muito povo e três bandas de música»<sup>32</sup>, que os seguiram até Cascais, onde se apeou a maioria dos visitantes, igualmente recebidos por bandas e foguetes. À entrada da fortificação – o antigo Paço Real de Cascais – a guarda de honra fora entregue aos alunos da Casa de Correção de Caxias (!) que, acompanhados pela banda e grupo coral da instituição, executariam o hino nacional e, mais tarde, várias canções nacionais e estrangeiras, muito aplaudidas. No terraço da Cidadela os congressistas foram, então, recebidos para o chá por Bernardino Machado, ministro dos Negócios Estrangeiros, na qualidade de Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, assim como pelos representantes da Câmara Municipal de Cascais. A música esteve a cargo das bandas da Casa de Correção de Caxias e dos operários da Fábrica de Louça de Sacavém... À noite, nos «recintos das iluminações», tocariam, também, as bandas da Associação Humanitária e Recreativa Cascaense, da Sociedade Recreativa Musical de Carcavelos e da Sociedade Musical União Paredense, assim como da «Sociedade de Oeiras [e da] Sociedade de Paço de Arcos», ao mesmo tempo que vários grupos de bandolinistas percorriam as ruas da vila em atuação, para gáudio da população. A receção terminou pelas 19h00, com os hinos nacionais francês, inglês e espanhol, que todos os convidados ouviram de pé. Todavia, depois «houve vistosas iluminações no Monte Estoril e em Cascais à moda do Minho, queimando-se às dez horas fogo de artifício»<sup>33</sup>, preparados por reputados especialistas de Viana do Castelo. Consequentemente, «a noite de segunda-feira foi em cheio para Cascais porque o comércio fez um negócio extraordinário»<sup>34</sup>. Na verdade, «os comboios transportaram durante a tarde e noite milhares de pessoas, que deram por bem empregado o seu tempo, visitando esta linda vila»<sup>35</sup>...

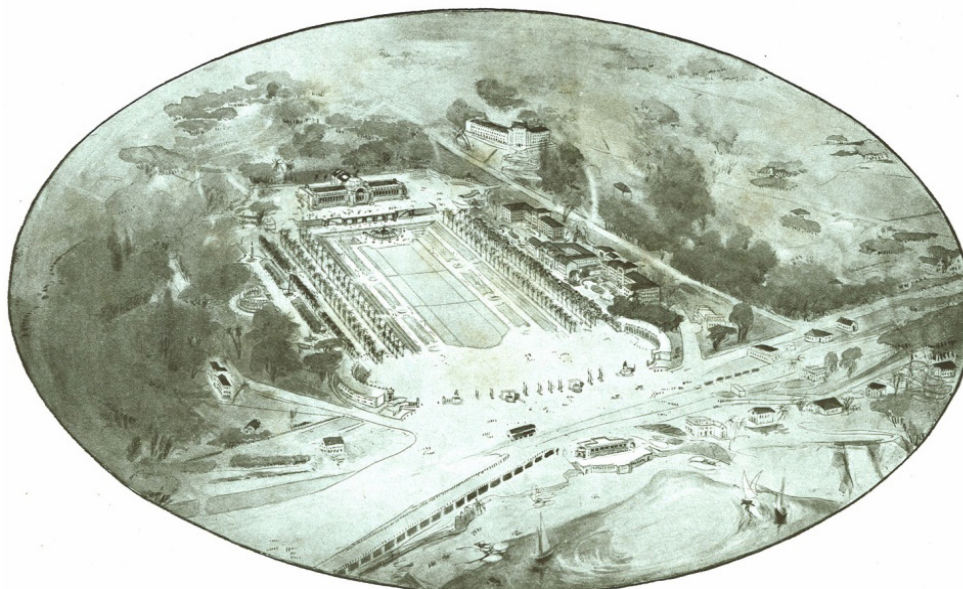
31 *Boletim da Sociedade Propaganda de Portugal*. setembro de 1908, p. 70.

32 *A voz do povo*. 21 de maio de 1911, p. 2.

33 *Jornal de Cascais*. 21 de maio de 1911, p. 1.

34 *A voz do povo*. 21 de maio de 1911, p. 2.

35 *Jornal de Cascais*. 21 de maio de 1911, p. 1. A 22 de fevereiro de 1913 também uma comitiva de jornalistas ingleses se passeou pela Cidadela e Boca do Inferno, tomando, depois, chá no Grand Hotel d'Italie. O mesmo sucedeu por ocasião da visita dos franceses da Missão Mascuraud, a 10 de abril desse ano, que percorreram o Monte Estoril, refrescando-se no Grand Hotel (Estrade). Cf. *Boletim da Sociedade Propaganda de Portugal*. fevereiro-março e maio-junho de 1913, pp. 27 e 50.



*Estoril: Estação marítima, climatérica, termal e sportiva, 1914*  
[CJMH]

Em 1914 o município tornar-se-ia sócio da Sociedade Propaganda de Portugal, num ano em que a ambicionada internacionalização da região enquanto destino turístico se começava a cumprir, por intermédio do projeto do *novo Estoril*, conduzido por Fausto Cardoso de Figueiredo e seu cunhado, Augusto Carreira de Sousa, na sequência da aquisição da Quinta do Viana e do convite ao arquiteto Henri Martinet para o desenvolvimento de um ambicioso projeto turístico, publicitado pela brochura *Estoril: Estação Marítima, Climatérica, Termal e Sportiva*. O plano a desenvolver pela Figueiredo & Sousa, Ld.<sup>a</sup>, fundada ainda em 1913, previa que a entrada no complexo turístico, junto à estação do caminho-de-ferro, se processasse por intermédio de uma ampla praça limitada por dois edifícios em forma de meia laranja, onde funcionariam estabelecimentos comerciais de luxo. Perpendicularmente à linha de praia edificar-se-iam duas avenidas de meio quilómetro, marginadas por palmeiras, entre as quais se instalaria uma *pelouse* relvada e cercada de arbustos. Numa esplanada no topo das avenidas e da *pelouse* construir-se-ia um majestoso Casino e, em cota superior, à esquerda, o Palace Hotel, voltado para o mar. Mais abaixo, junto às Termas, surgiria uma outra unidade hoteleira, de apoio à sua atividade, que comunicava com esta estrutura por meio de uma galeria envidraçada. Já do lado direito, próximo da entrada principal, se projetaria o Hotel do Parque, mais modesto que o Palace, a que se seguiria um pequeno pavilhão destinado a tratamentos terapêuticos, nomeadamente a banhos de sol, e o Parque, terreno acidentado com dezenas de hectares de pinhal, cortado por pequenos regatos. A alguns metros do Casino erigir-se-ia o Palácio dos Sports, junto ao qual se preparariam espaços para a prática de ténis, patinagem, croquet, cricket, futebol e hipismo. O projeto contaria, ainda, com circuito de golfe de cinco quilómetros e dezoito buracos. Também o Casino seria dotado de instalações para a prática de outras modalidades, como a esgrima e o bilhar, para além de salões de dança e, na parte posterior, de um teatro. Junto à praia instalar-se-iam cabines de banhos de mar, um café-restaurant e uma *digue-promenade*, equipamento imprescindível a uma estância turística de ambições internacionais, enquanto na parte mais elevada do Parque se previa a montagem de um posto meteorológico numa construção rústica, ao estilo das estações alpinas.

O novo Estoril  
continuou a  
servir-se do mar  
enquanto  
imagem de marca  
[Casino, dezembro  
de 1928]



À Figueiredo & Sousa sucedeu, em 1915, a Sociedade Estoril, composta pelos mesmos associados para «a fundação e exploração de uma estação de vilegiatura»<sup>36</sup> num território que, ainda nesse ano, passou a integrar a nova freguesia do Estoril.<sup>37</sup> Todavia, apesar de se prever a conclusão da obra em dois anos, a deflagração da Grande Guerra contribuiria para que nunca se concretizasse plenamente. Não obstante a primeira pedra do casino e das termas ser lançada a 16 de janeiro de 1916, na presença dos chefes de Estado e do Governo, também a relação com o arquiteto Martinet se degradou, pelo que, pouco depois, se anunciava que António Rodrigues da Silva Júnior o sucederia na condução do projeto. Deste modo, no ano seguinte já se publicitavam as alterações que propusera ao projeto das Termas e hotel anexo. A fim de angariar os capitais de que carecia para a prossecução dos trabalhos, a Sociedade Estoril teve de estimular a urbanização e venda de terrenos para a edificação de habitações, promovendo, mesmo, em 1918, um concurso de projetos para o efeito, a que se sucederia a aquisição de parcelas por parte da Companhia Edificadora Portuguesa, no intuito de construir, por conta própria, prédios para venda. Desta forma, quando, no ano seguinte, se divulgou o plano do Casino do Estoril, modificado por Silva Júnior, já se assistia ao nascimento de uma área residencial, em talhões de dimensão considerável, servidos por vias largas e sinuosas: o Parque Estoril, que, tendo por limites a

36 Cf. *Diário de notícias*. 31 de março de 1915, p. 6.

37 A paróquia do Estoril foi criada pela lei n.º 447, de 18 de setembro de 1915. Tinha sede em S. João do Estoril e compunha-se das «povoações do Estoril, S. João do Estoril, Cai-Água, Livramento, Alapraia e Galiza, do concelho de Cascais, que, para tal efeito, são desanexadas das paróquias de Cascais, Alcabideche e S. Domingos de Rana».

Estrada de Bicesse, os terrenos do antigo convento, a Estrada Nacional e a área onde se construiria o campo de golfe, dispunha de ruas e avenidas numeradas.

Em 1918 as Termas já se encontravam em funcionamento.<sup>38</sup> Os mentores do projeto ansiavam, porém, pela sua completa concretização, pelo que, em 1923, fundariam a Estoril-Plage para o efeito, de forma a que a Sociedade Estoril pudesse dedicar-se somente à eletrificação do ramal ferroviário, um dos seus mais ambiciosos planos. Na verdade, apesar de, por decreto de 14 de novembro de 1914, se autorizar o contrato de arrendamento do caminho-de-ferro de Cascais à Sociedade Estoril, este melhoramento apenas se efectivaria a 15 de agosto de 1926, quando esta se transformou na primeira linha portuguesa com tração elétrica.

Em janeiro desse ano a imprensa anunciava, ainda, a assinatura de um contrato de arrendamento e exploração dos edifícios do hotel e do estabelecimento termal, propriedade da Estoril-Plage, e o recomeço dos trabalhos de conclusão da obra, visto que «o arrendatário, que é o sr. Alexandre de Almeida, o mais importante hoteleiro do nosso país, [se] propõe [...] instalar naquele edifício o melhor hotel de Portugal».<sup>39</sup> Pouco depois, anunciava-se, também, a reinauguração das Termas.

A legalização e concessão do jogo, por decreto de 3 de dezembro de 1927, reforçou a vitalidade do projeto, ao criar nos Estoris e na Madeira as únicas zonas de jogo permanente, a explorar em exclusivo pelas empresas escolhidas para o efeito. Deste modo, «no concelho de Cascais só será permitido o jogo de fortuna ou azar em casino ou casinos construídos a oeste de S. João do Estoril», podendo, assim, funcionar vários «estabelecimentos modelares e sumptuosos, satisfazendo a todos os requisitos de luxo, comodidade e conforto exigidos pela vida moderna, com rico mobiliário e utensilagem».<sup>40</sup>

A concessão implicava igualmente o funcionamento de um hotel, tipo Palace, com um mínimo de 300 quartos ou de dois estabelecimentos, com 200 e 100 quartos, respetivamente. Afigurava-se, pois, premente, a construção de uma nova unidade hoteleira, que seria, ainda assim, antecedida pela inauguração da novel estação do Cais do Sodré, em 1928.

A revista *Casino*, elogiando a obra de Fausto de Figueiredo, já apelidava, nesse ano, o eixo Cascais-Estoris como Costa do Sol, registando que «Costa do Sol é igual a Terra Prometida»<sup>41</sup>... A região impor-se-ia, então, como palco de importantes eventos, de entre os quais importa destacar, a 6 de outubro de 1929, a I Feira de

38 Cf. *Diário de notícias*. 25 de agosto de 1918. Não obstante, por portaria de 17 de agosto de 1922 aprovar-se-ia um novo preçário, a pedido da Sociedade Estoril, que atesta, decerto, o início da actividade em novos moldes.

39 *Estoril-Jornal*. 16 de janeiro de 1926, p. 8.

40 Deveriam, ainda, dispor de «1.º Salões destinados a jogo de fortuna ou azar, dispostos de modo a não poderem ser vistos de qualquer outra dependência do casino ou do exterior e com entradas e saídas inteiramente independentes; 2.º Grande *hall*, salões de dança, de restaurantes, de jogos de vaza, de leitura, de fumo, de exposição e conferências, teatro e cinema, tudo com as instalações acessórias indispensáveis e necessárias para garantir o bom funcionamento geral do casino; 3.º Um parque com campos de jogos atléticos e desportivos e jardins, tudo convenientemente vedado por meio de gradeamento artístico; 4.º Uma esplanada sobre o mar, com as possíveis condições de grandeza, comodidade e conforto modernos; 5.º Um estabelecimento de banhos de mar quando na zona haja praia susceptível de nela ser construído tal estabelecimento em condições confortáveis».

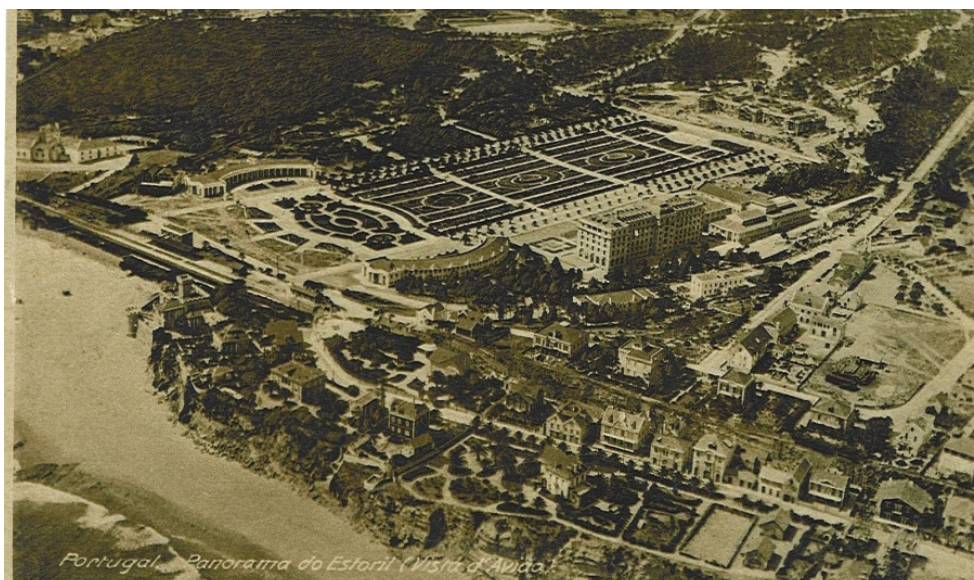
41 *Casino*. 14 de outubro de 1928, p. 18.

Amostras do Estoril, iniciativa da Associação Industrial Portuguesa, precursora da Feira Internacional de Lisboa, cuja inauguração contou com o Chefe de Estado e vários membros do Governo. Não obstante, o ano seguinte parece, ainda assim, ter sido o da verdadeira efetivação do projeto, quando «uma empresa estrangeira tomou posse da conceção [sic] do jogo no Estoril».<sup>42</sup> Todavia, como «encontrou o hotel construído em péssimas condições que [...] obriga a avultadas despesas da transformação e das obras do grande Casino nada aproveita, vai ser tudo demolido, para se dar início a uma nova construção em betão armado».<sup>43</sup>

A 30 de agosto de 1930 inaugurar-se-ia o Palace Hotel – o atual Hotel Palácio – sob a direção do arquitecto Raul Jourde e do decorador M. Fitté. A construção fora da responsabilidade de E. Reynès e a exploração entregue à Sociedade Arrendatária Internacional, tendo, no dia anterior, Fausto de Figueiredo oferecido um chá aos representantes da imprensa, na esplanada do Tamariz, para os convidar, depois, a visitar a nova unidade, dotada de duzentos quartos, de cem casas de banho e de suites no corpo central. De acordo com a tradição, os primeiros hóspedes oficiais foram o Príncipe Takamatsu, irmão de Hirohito, Imperador do Japão, e a esposa, a princesa Kikuko, que aqui pernoitaram de 9 a 11 de novembro de 1930, em lua-de-mel. Entretanto, ao edifício das Termas, que se tornaria famoso pela piscina, também já fora acoplado o Hotel do Parque, aberto ao público a 27 de julho de 1929. Por sua vez, no início de setembro de 1930, o apeadeiro do Estoril seria transformado no *terminus* do *Sud-Express*, que ligava a estância a Paris<sup>44</sup>, a que se seguiria a notícia de que a «Nova Empresa Concessionária [...] também está construindo de sua conta o novo Casino»<sup>45</sup>, inaugurado a 15 de agosto de 1931, com plano distinto do inicial, bem ao gosto dos primeiros projetos modernistas que, desde 1929, haviam despontado no Estoril.

Panorâmica do Parque Estoril, em que se evidenciam as Arcadas e os Hotéis Palácio e do Parque, para além dos alicerces do Casino

[AHMCSC/AESP  
CJSF/EST 059]



42 *Jornal de Cascais*. 20 de fevereiro de 1930, p. 3.

43 *Ibidem*. 20 de fevereiro de 1930, p. 3.

44 Em junho de 1930 publicitava-se que «a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses já está estudando a ligação do Sud-Express para a linha de Cascais, de forma que uma das carruagens e um dos “fourgons” daquele comboio de luxo conduzam diretamente do estrangeiro para o Estoril, sem necessidade de mudança de comboio nem de verificação de bagagens em trânsito, os passageiros que se destinam à Costa do Sol». *O Estoril*. 22 de junho de 1930, p. 2.

45 *Ibidem*. 31 de agosto de 1930, p. 1.

Ainda que, em termos turísticos, Cascais cedesse o seu protagonismo ao Estoril, a sede do concelho não deixou de ser alvo de importantes melhoramentos, caso do saneamento da Ribeira das Vinhas, projetado por Silva Júnior, que em 1929 ainda não se encontrava completamente terminado. Mercê da filantropia do Conde de Castro Guimarães, que em 1927 legaria ao concelho, por testamento, a Torre de S. Sebastião, com recheio e parque anexo, na condição de serem transformados em museu, biblioteca e jardim públicos, assim como parte da herança, para despesas de manutenção e enriquecimento de coleções, a vila passaria a dispor de um novo atrativo: o Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães, oficialmente inaugurado a 12 de julho de 1931. A região continuou, assim, a captar visitantes, «contando [já em 1925] com uma população flutuante de mais de 50 000 pessoas»<sup>46</sup>, num período em que a noção de percurso turístico se robusteceu, nomeadamente por intermédio do estabelecimento de uma carreira de autocarros entre o Estoril, Cascais e Sintra.

Por esta altura, a apetecível Marinha foi alvo de nova tentativa de urbanização, desta vez por iniciativa da Sociedade Comercial Financeira, Ld.<sup>a</sup>, que desde 1921 divulgou as potencialidades da zona, promovendo um significativo conjunto de eventos, entre os quais se destacariam os concursos hípicas. Os planos eram, porém, mais ambiciosos, visto que se projetara o estabelecimento de uma linha de tração elétrica de Cascais à Praia do Guincho, na extensão de oito quilómetros, nunca concretizada. Já o Monte Estoril iniciaria um lento processo de subalternização face ao Estoril, à semelhança de S. João do Estoril, que se ressentiu do encerramento dos Banhos da Poça, em 1922. Quatro anos depois, Cai-Água passou a designar-se S. Pedro do Estoril, mudança que parece atestar a dinâmica da localidade em que se instalaria, a partir de 1927, a benemérita Colónia Balnear Infantil de *O Século*. O desenvolvimento da vizinha Parede foi igualmente notável, assumindo-se enquanto área privilegiada para a cura e profilaxia de vários males físicos, em função da praia e do sol. Mercê da divulgação das razões da fixação do Sanatório de Sant’Ana, o número de visitantes aumentou de forma extraordinária, transformando-se os tabuleiros – macas montadas sobre carrinhos de quatro rodas – num dos ícones da região, como o denota, aliás, a construção de rampas, a adaptação de várias habitações e, em 1930, a inauguração de um Solário.

Na sequência da evolução registada, a indústria do lazer robustecer-se-ia visivelmente, como se detecta no *Anuário Comercial*. Em 1915 o concelho parecia dispor de sete unidades hoteleiras: o Bristol Hotel, o Riviera Hotel, o Hotel Miramar, o Grand Hotel Monte Estoril – antigo Estrade –, o Grand Hotel d’Italie, o Hotel de Paris e o Hotel Savoy; bem como de seis estabelecimentos identificados como casinos, apesar da proibição do jogo: Baía de Cascais, Monte Estoril, Oceano, Sporting Club, Club Internacional e Casino Português... Quinze anos depois, de acordo com a mesma fonte, possuía, supostamente, uma

<sup>46</sup> *A voz republicana*. 26 de julho de 1925, p. 1.

A oferta turística dos Estoris reforçou-se consecutivamente, encontrando no desporto um precioso aliado  
 [AHMCSC/AESP  
 CJSF/EST 059]



hospedaria, duas pensões e nove hotéis: um em Cascais, três no Monte Estoril, três no Estoril, dois em S. João do Estoril e um na Parede. A subalternização da sede do concelho neste domínio também se acentuara, pois, ainda que outrora apenas se fizesse sentir em relação ao Monte Estoril, fora, então, quantitativa e qualitativamente ultrapassada por um conjunto significativo de localidades. No que concerne aos casinos, nesse ano ainda se regista a laboração de quatro unidades, cuja verdadeira função está por estudar. Recorde-se, neste contexto, o abaixo-assinado enviado à Comissão Executiva Municipal, em 1920, por um grupo de vinte e sete americanos e ingleses, para a reabertura do Casino Internacional do Monte Estoril, que o Governador Civil não autorizaria, por se tratar de um estabelecimento destinado à prática de jogos de azar. Todavia, seis anos mais tarde anunciar-se-ia que «encerraram as suas portas no dia primeiro do corrente os Casinos Português e Stranger's Casino, tendo-se associado as respectivas empresas para fazer a exploração do Grande Casino Internacional, onde continuam havendo como anteriormente sessões cinematográficas seguidas de baile». <sup>47</sup> Desde então, a sua atividade consolidar-se-ia, impondo-se como sala de espetáculos de primeira ordem, que os especialistas consideram, mesmo, o berço do jazz em Cascais.

O desporto manter-se-ia como um dos principais atrativos do concelho, diversificando inclusivamente a sua oferta. Apesar de o futebol se transformar na modalidade mais apreciada, o ténis, a vela, o remo e a esgrima mantiveram o prestígio, enquanto o hipismo, o automobilismo e o golfe cativavam novos apreciadores. No que concerne ao ténis, importa recordar a presença do campeão espanhol Manuel Alonso nos Campeonatos Internacionais de Portugal

<sup>47</sup> *Estoril-jornal*. 27 de março de 1926, p. 4.

de 1919, 1920 e 1921. Este último contou, também, com o campeão francês Jean Borotra, que no ano seguinte voltou a pisar os courts da Parada, à semelhança da supercampeã Suzanne Lenglen, em 1923. Ainda que os campeonatos realizados no Sporting Club de Cascais fossem a competição mais prestigiada, o ténis alargaria a sua área de influência, pelo que já em 1928 recolhemos notícias acerca da promoção de um campeonato no campo do Parque Estoril, dirigido pela Federação Portuguesa de Lawn-Tennis.

A Grande Guerra, na qual Portugal ingressaria oficialmente em 1916, também influenciou a prática da vela, decorrendo, nesse ano, a última grande regata da década em Cascais, em que, por iniciativa da Associação Naval e com o apoio do Clube Naval de Lisboa, se promoveu uma inédita competição entre quatro *out-riggers* e disputou a *Taça Birch*, o primeiro troféu nacional de pólo aquático. Esta tradição apenas seria restabelecida em 1927, pelo Clube Náutico de Portugal que, no ano seguinte, ao organizar nova competição, apresentou a nova classe de monotipos CNP, proporcionando, assim, ao público e aos velejadores, provas entre barcos idênticos, de baixo custo, que podiam efetuar o seu percurso ao alcance da vista dos espetadores. Mantiveram-se igualmente as touradas, inaugurando-se, em 1915, uma nova praça, no sítio da Vista Alegre, por iniciativa do Grupo Dramático e Sportivo de Cascais, a que se sucederia, no ano seguinte, uma nova arena, no Alto do Lombo, também em Cascais.

Para além da Marinha, o hipismo conquistaria, ainda, o Estoril, como o atesta a promoção, em 1915, do I Concurso Hípico Internacional, acerca do qual se noticiou que «pelo número de concorrentes desde já inscritos e pelo valor dos prémios é de esperar que seja uma festa que não mais será esquecida por todos que a ela assistirem»<sup>48</sup>. Outra das modalidades que então mais se divulgou foi o automobilismo, visto que, nesse mesmo ano, por meio da adaptação da pista do Concurso Hípico, o Automóvel Club de Portugal organizaria a I Gincana do Estoril, evento que bisou em 1916 e ao qual se sucederam importantes competições, como a Prova de Resistência e Consumo Lisboa-Sintra-Cascais-Lisboa, quatro anos depois; ou o I Circuito do Estoril, em 1925. Destaque-se, por fim, a difusão do golfe, pois ainda que o Club de Golf do Estoril tivesse apenas sido fundado em 1948, este desporto já se praticava na região pelo menos desde 1929.

A afirmação do concelho de Cascais enquanto destino turístico não se efetivou, contudo, apenas por intermédio da iniciativa particular, pois, como advertiria Rocha Martins, em 1925: «Na hora em que funcionar um hotel grandioso e houver um comboio rapidíssimo, elétrico – o que se prepara – terá terminado o trabalho do iniciador e começará – ai de nós! – o dos governos».<sup>49</sup> Este processo de transição – de que o Estado Novo beneficiaria, aperfeiçoando-o, em seguida – iniciara-se

48 *A nossa terra*. 4 de julho de 1915, p. 3. O evento repetiu-se em 1920.

49 *Estoril-Jornal*. 12 de dezembro de 1925, p. 1.

pouco antes, quando, por lei de 23 de abril de 1921 se fundaram «em todas as estâncias hidrológicas e outras – praias, estâncias climatéricas, de altitude e de repouso, de recreio e turismo – comissões de iniciativas com o fim de promover o desenvolvimento das estâncias, de forma a proporcionar aos seus fregueses um meio confortável, higiênico e agradável, quer executando obras de interesse geral, quer realizando iniciativas tendentes a aumentar a sua frequência e a fomentar a indústria de turismo». Estabelecer-se-iam, em seguida, duas estâncias hidrológicas no concelho: a do Estoril e a dos Banhos da Poça, definindo-se, também, a *área em que superintendem as comissões de iniciativa*, que se estendia pelo Monte Estoril, Estoril, Alto do Estoril e S. João do Estoril.

Ainda que, por decreto de 24 de fevereiro de 1922, o Administrador do Concelho dispusesse de vinte dias para proceder à instalação da comissão, seria por intermédio do Delegado da Sociedade Propaganda de Portugal em Cascais que, a 7 de maio desse ano, se empossaria, na sala de sessões da Câmara Municipal, a Comissão de Iniciativa para Fomento da Indústria de Turismo de Cascais, depois apelidada de Comissão de Iniciativa e Turismo do Concelho de Cascais.<sup>50</sup> Pouco depois, equacionando a multiplicidade da oferta turística do concelho, por decreto de 5 de junho de 1922, estabelecer-se-ia que «a área das estâncias hidrológicas de praias, climatérica, de repouso, de recreio e de turismo seja uma única, abrangendo todo o concelho de Cascais, sob a superintendência de uma só comissão de iniciativa», que novo diploma reconfirmaria no ano de 1924. Desde então, a Comissão de Iniciativa e Turismo do Concelho de Cascais, em estreita colaboração com a Câmara Municipal garantiu, a par da iniciativa particular, projetos de embelezamento das zonas mais visitadas do litoral, nomeadamente em Cascais, no Monte Estoril e na Parede, de entre as quais importa destacar, em 1928, o co-financiamento do alcatroamento das principais ruas das povoações marginais do concelho e do Solário da Parede, para além da propaganda turística.

O eixo Cascais-Estoris pôde, então, afirmar-se definitivamente enquanto zona de lazer privilegiada, que a Estoril-Plage comercializaria, sobretudo a partir de 1930, substituindo a antiga *Riviera Portuguesa* pela *Costa do Sol*, designação oficializada por decreto de 22 de maio de 1935, que passou a abranger toda a orla marítima de Parede a Cascais. Faltava-lhe, assim, o prestígio das estâncias europeias do mesmo género, que paulatinamente alcançaria, mercê da estada de personalidades de renome internacional.

<sup>50</sup> Por decreto de 18 de maio de 1937, fundar-se-ia a Junta de Turismo de Cascais, que sucedeu à Comissão de Iniciativa. Já a 26 de julho de 1957, novo decreto estabeleceria que a zona de turismo passava a coincidir com a do concelho e que o órgão responsável pela sua administração se designaria por Junta de Turismo da Costa do Sol. Esta denominação desapareceu a 31 de maio de 1979, para dar lugar à de Junta de Turismo da Costa do Estoril, cuja extinção foi, por sua vez, anunciada em 2008.

## João Aníbal Henriques

Historiador e arqueólogo,  
Secretário-Geral da Academia de Letras e Artes,  
e membro da Sociedade de Propaganda de Cascais e da Fundação Cascais.

### Arcadas do Estoril

[AHMC/AFTG/CAP  
A/292]



# FAUSTO FIGUEIREDO E O SONHO DO ESTORIL

João Aníbal Henriques

Aliando a capacidade empreendedora a uma visão idílica extraordinária que projecta num futuro longínquo o resultado dos seus mais pragmáticos projectos, Fausto Cardoso de Figueiredo fundou o Estoril sobre uma herança romântica que conjugou os sonhos de várias gerações de Cascalenses num genial projecto turístico que foi pioneiro em Portugal. Antes dele, outros ousaram sonhar... Os Reis Dom Luís e Dom Carlos, em Cascais; Andrade Torreão no Pinhal da Andreza; Carlos Anjos e Henrique de Moser, no Monte Estoril; para além de muitos outros que nos legaram histórias excepcionais. Mas com Fausto Figueiredo o sonho concretizou-se... ou melhor, está a concretizar-se! No ano em que se comemora o centenário do Estoril, importa conhecer melhor o sonho que Fausto Figueiredo teve a capacidade de transformar numa realidade. Porque dele depende o futuro da vocação turística do Concelho de Cascais.

## 1. Cascais e o Cenário Idílico do Veraneio Português

O ano de 1870, quando o Rei D. Luís escolheu Cascais como local de veraneio, marca em definitivo os destinos do Concelho de Cascais e, por extensão, o devir histórico da futura estância turística do Estoril.

A partir dessa data, alternando usos, costumes, tradições e a própria paisagem, a futura Costa do Estoril assume-se como espaço de vanguarda na definição dos estereótipos daquilo que há-de vir a ser o mais romântico de todos os destinos do Portugal de então.

Sendo até então uma mera vila de pescadores e de pequenos agricultores, pouco importante no contexto de uma Lisboa imensamente cosmopolita e apoiada nos esteios firmes da Sintra romântica e da imensidão apoteótica de locais como Belém, Queluz ou Mafra, Cascais foi obrigada a recondicionar-se, ocupando o único espaço deixado vago pelos restantes lugares.

Pobre e insignificante na sua componente social e monumental, Cascais foi cadinho de sonhos, num pulsar de vida idílico onde o constrangimento não existia e no qual o conforto se adaptava às vicissitudes num laivo desprezioso que o Estoril, algum tempo mais tarde, vai consolidar.

O Rei, expoente máximo na hierarquia simbólica nacional, assume com muita

oposição o seu papel neste novo palco. Abandona o fausto de Sintra para vir ocupar, no fim do período estival, o velho pavilhão das cordas da Cidadela de Cascais que tinha sido singelamente adaptado a palácio real. À sua volta, ocupando os modestos casebres dos pescadores, o sangue azul da melhor aristocracia lisboeta vai-se adaptando a esta espécie de palco onde parecia menos bem sentir-se mal...

Em Cascais iludiam-se os pergaminhos através de apelos nem sempre bem conseguidos ao bom gosto e à vida requintada. Lutava-se, muitas vezes corpo a corpo, por impor as regras e os costumes que de muito longe se importavam. O resultado, quase sempre inglório, traduzia-se numa feroz incapacidade para tornar verdadeiro o dia-a-dia que aqui grassava. As senhoras deambulavam com os seus trajes de gala por entre as redes de pesca sujas e com os pés enterrados no profundo areal. Fingiam-se confortáveis e bem. Fingiam-se preparadas para enfrentar a dura realidade de um Portugal muito atrasado onde as discrepâncias entre a vida quotidiana das pessoas e o dia-a-dia na capital era gritante, preocupante e abissal. Fingiam sorrisos quando se cruzavam umas com as outras ou quando, mercê do acaso e da sorte, encontravam em pleno passeio algumas das figuras mais relevantes da corte de então. Até o Rei ou a rainha, com muita sorte, se podiam encontrar nas ruas de Cascais. E elas fingiam. Fingiam sempre para a eventualidade de terem um encontro igual e de, nesse momento, poderem curvar-se perante tão excelsas figuras que eram o modelo da sociedade de então.

Mas nessa altura os pescadores fingiam também. Dedicavam-se a servir os senhores e tentavam portar-se à altura dos costumes que eles traziam consigo da capital. Abandonavam as suas casas e moravam em barracas precárias para ganharem algum dinheiro durante o período estival.

E fingiam que era sempre assim, que as casas não eram as suas, e que aqueles



**Grupo  
a conversar com  
o Rei D. Carlos I,  
na Praia da Ribeira**  
[AHMCSC/AFTG  
CAM/B/5294]

senhores que vinham com o Rei eram iguais ao cliente habitual. As mulheres, cientes do seu papel na economia do casal, lavavam a roupa, vendiam o peixe e comentavam os vestidos, as maneiras e os modos desta gente tão especial. E também fingiam. Fingiam-se importantes perante os fingidores que lhes ocupavam as casas onde elas passavam o seu Natal. Fingiam todos, afinal.

E o contra-senso imperava. Quem fingia menos era precisamente o Rei e a Família Real. No espaço da cidadela adaptado a residência real, estavam socialmente acima dos demais e não precisavam de fingir nada de especial... Dom Luís, primeiro, e D. Carlos, depois, gostavam mesmo de Cascais. Gostavam do mar, das ondas, do clima, do peixe, dos barcos e da praia. Dom Luís refugiava-se nos seus estudos e nas prospecções. Estava em Cascais para poder estar próximo do mar. Morreu assim, a contemplá-lo. Dom Carlos gostava de tudo o resto. Gostava do mar também, mas não perdia uma ocasião para andar livremente por Cascais, sem escoltas, seguranças ou quaisquer outros cuidados. Fingia um pouco também. Fingia que não era ninguém importante e fingia que era seguro perder-se assim conversando aqui e ali com os pescadores de Cascais.

Nesses momentos fugazes não se fingia. E possivelmente por esse motivo Dom Carlos gostava tanto deles. Perante o Rei todos eram como eram... pois se ele era assim também!

Neste cenário magnífico, com o mar ao fundo e o verdejante perfil da Serra de Sintra a enquadrar a autêntica boca-de-cena que fechava aquela espécie de palco, construiu-se o sonho que dará forma ao Estoril que hoje temos. Pleno de glamour e de emoção, onde em cada esquina se pode encontrar os alicerces de uma vida diferente, onde tudo é possível e onde o amanhecer traz consigo as promessas de um futuro excepcional... Falta somente alguém que seja capaz de concretizar este sonho tão especial.

**Pescadores de Cascais, com El-Rei D. Carlos I, junto ao Baluarte, hoje Avenida D. Carlos I, agradecendo a doação de salva-vidas**  
[AHMCSC/AFTG CAM/B/11]



## 2. O Nascimento do Estoril

Antes de ser a realidade extraordinária que hoje conhecemos, o Estoril era um espaço árido, pretensamente estéril e desinteressante como o caracterizam as crónicas de então. Mas já tinha uma História. Marcada precisamente pela aridez que convidava à introspecção e que foi mote para a meditação, para o estudo e para o ascetismo daqueles que entregavam sonhadamente a sua vida a Deus.

A instalação do Convento Franciscano no Estoril aconteceu em 1527, no mesmo ano em que a Ordem entra em Portugal. De características *sui-generis*, pela sua proximidade ao mar e pelo Santo de Devoção – Santo António –, o espaço em questão, misturando o aroma a maresia com os ventos húmidos da serra, é também condicionado por uma forte presença da Serra de Sintra, marcando assim o desenvolvimento do seu potencial de aprofundamento religioso que os frades que ali se instalavam vão aproveitar durante muitos anos.

Pertença do Dr. Luís da Maia, o terreno onde veio a instalar-se o convento possuía já uma pequena capela dedicada a São Roque, mandada construir alguns anos antes, em data não determinada, por Leonor Fernandes, moradora no Casal do Estoril. O momento em que o ilustre prelado oferece o terreno à Ordem, que o recebe pela mãos de Rodrigo de Sant’lago, é precisamente aquele que marca o início do processo de construção do idílico espaço conventual, para o qual se utilizaram, trazidas do derruído Convento de Xabregas, as pedras que vieram a consolidar as suas paredes. A direcção das obras assumidas por Rodrigo de Sant’lago foi de tal modo perene, que depressa se concluiu a construção do novo templo. Composto por uma única nave, possuía no entanto três altares, onde se prestava culto à imagem de Nossa Senhora da Boa Nova, a São Domingos e a São Francisco. Segundo a *Crónica Seráfica da Santa Província dos Algarves*, na qual se descrevem os edifícios da Ordem de São Francisco, existiria ainda uma imagem de Santo António ao lado da epístola, no altar-mor, que possivelmente seria datável de um momento anterior à edificação do edifício.

Ao que parece, o grande êxito que veio a enformar a existência do convento, e que lhe granjeou uma fama que trouxe a estas paragens uma série de importantes vultos da vida Nacional, ficou a dever-se à imagem da Santa Padroeira, a já referida Senhora da Boa Nova. Joana Manuel, a quem havia sido instituído o Morgado do Estoril, Manuel Jorge, síndico do convento, Álvaro Martins, marinheiro de água doce e o Marquês de Castelo Rodrigo, apoiante incondicional da submissão filipina, são apenas alguns dos mais evidentes apoiantes da Causa Franciscana estorilense, contribuindo com importâncias que, em conjunto com a exploração agrícola que os monges foram desenvolvendo nos terrenos que desciam até à praia, garantiam a possibilidade de se irem promovendo as obras de remodelação e de manutenção que permitiram ao convento subsistir e até desenvolver-se à medida que se ia avançando para a segunda metade do século XVIII, quando o terramoto de 1755 veio, pela primeira vez, pôr em causa a sua existência.

**Carro de bois  
no Estoril. Ao  
fundo, Convento  
e Igreja de Santo  
António do Estoril**  
[AHMCSC/AEMP  
HPL/A/001/103]



Os monges do Estoril desenvolveram uma postura religiosa muito diferente da que caracterizou a Ordem Carmelita instalada no Convento de Nossa Senhora da Piedade, em Cascais. Para estes últimos, a interacção com a comunidade, numa dinâmica de ensino e de aprendizagem, em que tecnicamente a sua mais-valia se ia transportando para as actividades profissionais dos cascalenses, principalmente na pesca mas também na horticultura, as portas do convento deviam estar abertas, recebendo no seu seio todos aqueles que dele necessitassem para resolver os problemas do quotidiano. Os monges estorilenses, possivelmente também como consequência da esterilidade do seu meio, onde as comunidades humanas não se haviam instalado de uma forma sistemática, mantendo um povoamento em pequenos casais, tornaram o seu espaço num cadinho de interiorização, mantendo relações muito distantes com a comunidade e alicerçando a sua dinâmica de trabalho no princípio da auto-subsistência que, aliás, era também consequência dos princípios fundamentais que norteavam a sua Regra.

Destacando-se da generalidade dos clérigos da sua época pelo seu esplendor espiritual, mais do que propriamente pela sua maneira de funcionar em termos comunitários, Frei António de Palmela e Frei Cristóvão da Trindade, desenvolveram no Estoril o seu percurso iniciático em direcção a Deus, mortificando a carne com a pobreza extrema e fortificando o espírito em orações e jejuns sistemáticos. A fama destes monges, de quem todos ouviam falar mais que poucos conheciam pessoalmente, acabou por garantir-lhes a recepção de muitos bens, que os habitantes das redondezas lhes ofertavam, com o objectivo de contribuírem para a vida de santidade que ali promoviam. As ofertas, no entanto, eram permanentemente redistribuídas pelos mais humildes, mantendo-se os monges de Santo António na mais pura e humilde das existências, gozando apenas da extraordinária vista que se alcançava das janelas do convento. O jornalista Rocha Martins descreve de uma forma paradigmática a envolvência do convento, a qual permite perceber quais foram as grandes transformações que o denominado progresso acabou por trazer a este lugar: «Um prado verdejava na vizinhança; a

aragem suave coava-se pelo pinhal mas, por vezes, a ventania vergava o frondoso arvoredor; cresciam, na encosta virada ao mar, plantas selváticas e as águas brotavam, com a fama de milagrosas, sobretudo na parte mais baixa da serra de Santo António, a qual tinha ao sul o fortim de São Roque e a oeste o Casal do Estoril». Da mesma opinião, explicando ao mesmo tempo que a situação que caracterizava o convento em muito contribuiu para a forma como era procurado pelos mais fervorosos e dignos monges de todos os tempos em que durou a sua existência, era Frei Jerónimo de Belém que o visitou no início do século XVIII: «que o agradável da sua visita convidou em outros tempos a muitos religiosos para frequentarem nele a Escola do Céu, livres dos cuidados do Mundo que tanto embaraçavam os progressos da virtude e atrasam os espíritos mais fervorosos».

As notícias mais importantes relativas à localidade do Estoril, permanentemente relacionadas com o seu Convento de Santo António e com a actividade de apoio social que os monges que nele habitavam forneciam aos que ali se dirigiam, situam-se já no século XVIII, quando o Rei Dom José I, habitando normalmente em Oeiras durante o período estival, se desloca amiúde ao convento, seguindo a sugestão do seu amigo e conselheiro Francisco da Fonseca Henriques, para usufruir dos poderes curativos das suas águas.



**Convento e Igreja de Santo António do Estoril**

[AHMCSC/AESP  
CMBP/386]

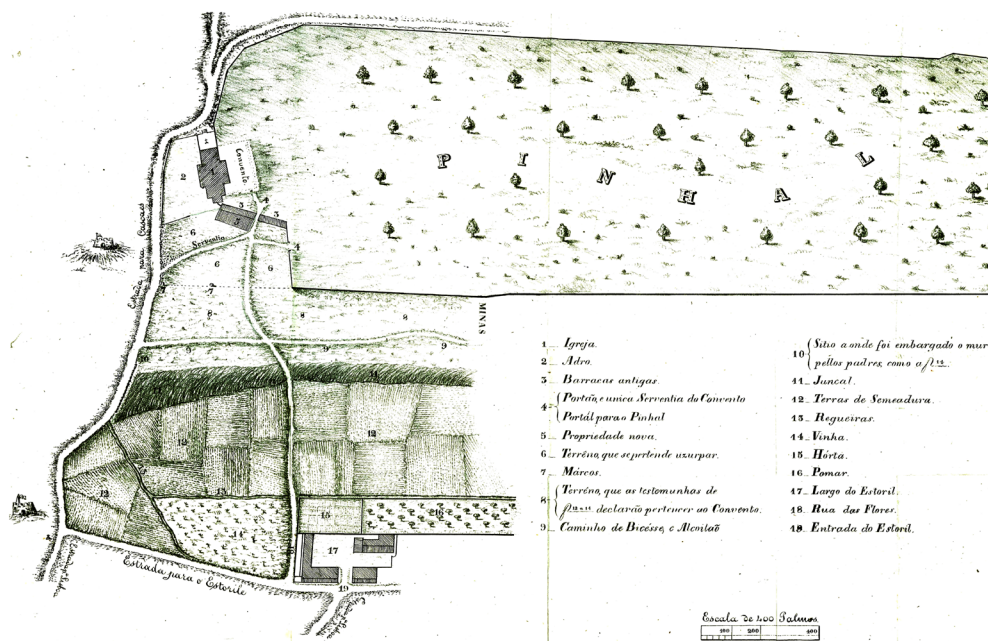
Com pouco mais de duas dezenas de monges nesta época, possivelmente como consequência das suas diminutas instalações, o Convento de Santo António do Estoril possuía, na véspera do terramoto de 1755, um aspecto que resultava do reconhecimento que havia conseguido angariar ao longo do tempo. Para além do já referido recheio interior, que sendo embora muito pobre possuía, no entanto, algumas peças dignas de uma nota muito especial, como uma relíquia do Santo lenho, um pedaço do cordão de São Francisco, e um osso de São Dionísio, o Convento possuía ainda no seu adro, junto ao cruzeiro, uma pequena capela externa dedicada a Santo António. Vai ser precisamente esta capela, com a imagem que se encontrava no seu

interior, que vai marcar o processo reconstrutivo após o terramoto, pois o Santo Taumaturgo, com as características milagrosas reconhecidas por todos, acabou por se tornar no principal símbolo da protecção conseguida pelos monges para levar a efeito, com uma rapidez extraordinária, os trabalhos de reconstrução do espaço.

Iniciadas em 1756 por Frei Basílio de São Boaventura, após terem sido recolhidas as importâncias necessárias para o início dos trabalhos, as obras de reconstrução da Igreja e do Convento de Santo António processaram-se com uma enorme rapidez, tendo sido concluídas em 1758 com a colocação de uma imagem do Santo na fachada principal.

Em relação à catástrofe que afectou o Convento, e que hoje só conhecemos por intermédio do testemunho indirecto de um dos frades que habitavam no Convento Carmelita de Nossa Senhora da Piedade, em Cascais, há muito pouco a dizer, uma vez que a fúria dos elementos, que destruíram quase por completo a Vila de Cascais, acabaram por fazer desaparecer a quase totalidade deste espaço conventual, sendo que o que sobrou, devido à proximidade do mar e do solo pouco firme em que havia sido construído, acabou por ter de ser arrasado, não apresentando a solidez estrutural suficiente para tornar possível a sua

Santo António do Estoril, c. 1845  
de Santo António do Estoril  
[AHMCSC/AESP  
CMES/252]



recuperação. As palavras deste monge nas “Memórias Paroquiais” são ilustrativas da situação em que ficou o convento, permitindo ainda perceber que quase todos os elementos que enquadraram a reconstrução, e que hoje fazem parte da estrutura externa da actual igreja, foram colocados de raiz nessa época: «De quer serve estar o Convento de Santo António, com algumas paredes inteiras, se a sua igreja veio toda ao chão e um dormitório do Poente; e o Nascente todo, até aos fundamentos, aberto, ainda que não caiu?»

Dois anos após o início das obras, quando o novo templo já estava completamente erecto e acabado, o Estoril conheceu um novo fôlego na sua história. Acompanhando o renascimento do convento, que passou a possuir condições que lhe permitiam albergar um maior número de religiosos, desenvolveu-se rapidamente a exploração das águas medicinais, as quais trouxeram em permanência a este lugar, que nunca mais vai deixar de desenvolver o seu cosmopolitismo e a sua vivência turisticamente invulgar, um número muito elevado de visitantes, que ali encontravam instalações, num espaço anexo ao do estabelecimento religioso, que permitiam a sua cómoda instalação. Muito antes de estar concluído, ou sequer pensado o Hotel das Termas, e muito menos as imponentes unidades hoteleiras que, anos mais tarde, vão trazer ao Estoril uma vivência turística marcada pelo cosmopolitismo que hoje conhecemos, já o Convento de Santo António, na pequenez da sua pobreza votiva, contribuía para desenvolver o nome, e levar bem longe a fama das pródigas águas e das formosas paisagens da Costa do Estoril...

Frei Basílio de São Boaventura, principal fonte da energia utilizada na reconstrução, mostrou desde logo possuir uma virtude que o distinguia dos restantes membros desta comunidade eclesiástica: poder de visão e capacidade de sonhar.

Foi precisamente esta característica encadeada com o sonho que nascerá com a chegada da Corte a Cascais, que serviu de pedra basilar aos alicerces que depois suportarão o edifício dos modernos Estoris. Um espaço onde sonho e realidade, misturados com o pragmatismo e a genialidade daqueles que lhe deram forma, dão forma a cenário de excelência que leva longe a sua fama e condiciona de forma evidente o dia-a-dia daqueles que nele vivem ou visitam.

A excepcionalidade do Estoril, neste paradigma idílico de bem-estar que Fausto Figueiredo concretizará a partir do início do Século XX, está bem plasmado na forma como resistiu (miraculosamente...) ao conturbado processo da revolução republicana em Portugal...

Quando Manuel Joaquim Jorge recebe o Convento, depois da arrematação pública de que foi alvo, acaba também por receber o encargo de zelar pela igreja, encarregando-se de a manter fechada e preservada.

E porque para além da capacidade empreendedora de alguns os sonhos dependem também dos acasos para se poderem concretizar, é importante frisar que o espaço da Igreja de Santo António do Estoril nunca foi incluído na arrematação pública que permite a Manuel Joaquim Jorge adquirir o espaço conventual... Os problemas que derivam deste facto, e que vêm a complicar o processo de criação da Paróquia em 1929, são firmemente esclarecidos pela neta do primitivo proprietário, Anna Thereza Jorge Goularde de Vasconcellos, em carta enviada ao Administrador do Concelho de Cascais, Lourenço Correia Gomes. Para além de referir expressamente que a Igreja de Santo António não estava incluída na arrematação do seu avô, a qual decorreria a 6 de Outubro de 1835, a então proprietária do Convento refere que tendo

a igreja ficado ao abandono, a corporação local, de comum acordo com os seus antepassados, entregou a estes a sua conservação bem como a das respectivas alfaias e paramentos, tendo eles sempre mantido tudo com o maior interesse e tal e qual como o haviam recebido. Sublinhando o seu envolvimento pessoal em todo o processo, Anna Goularde refere que em 1906, quando o seu pai falecera e ela tomara posse da propriedade que o avô arrematara, a Junta de Freguesia lhe dirigiu um ofício, com a referência nº 2, e data de 15 de Outubro, conferindo-lhe igual encargo.

O prédio de rendimento, que a herdeira recebeu na mesma data, e no qual funcionou também uma escola primária, possuía acessos pelos terrenos que envolviam a igreja, facto que levanta alguma celeuma na ocasião da criação da nova paróquia estorilense, no dia 13 de Junho de 1929, e sobretudo no decurso da reconstrução do espaço após o incêndio de 1927. Já falecida nesta altura, e com um testamento em que deixa às Oficinas de São José a totalidade da propriedade em questão, torna-se evidentemente necessário delimitar as fronteiras entre as duas partes, de modo a dar carácter oficial ao documento que marca o início do funcionamento da nova paróquia já pela mão de Monsenhor António José Moita.

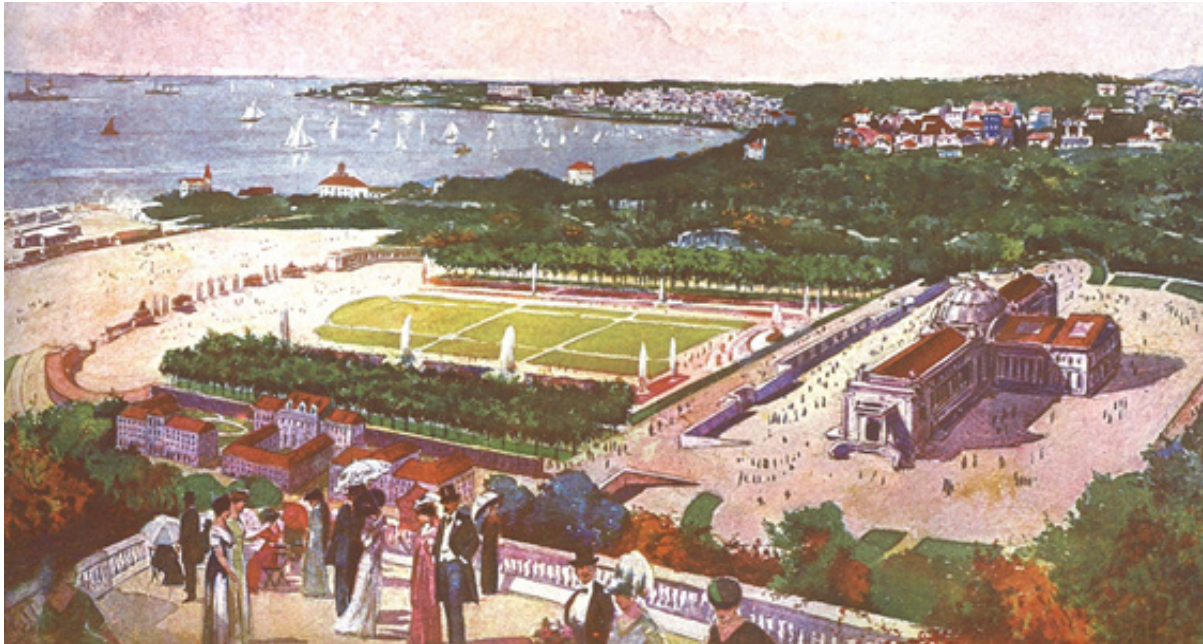
A actuação dos frades Franciscanos durante este período de nascimento do Estoril, criando as bases que vêm permitir um aproveitamento coerente das águas termais, foi fundamental para que a nova localidade se afirmasse no contexto do concelho de Cascais e até no seio da área suburbana de Lisboa. Sem este primeiro ensejo monástico, que dotou o território de uma aura de pureza e de fascínio que nunca mais se perdeu, jamais o Estoril conseguiria usufruir de todos os benefícios que recebeu com a criação da estância de Fausto Figueiredo e que o transformaram num dos mais icónicos e deslumbrantes destinos turísticos da Europa de então.

### 3. Fausto Figueiredo e o Novo Estoril

Apaixonado por Cascais e pelo Monte Estoril, onde passou a residir em Maio de 1910, Fausto Cardoso de Figueiredo é uma figura incontornável na história do urbanismo português.

Nascido em Celorico da Beira, Distrito da Guarda, em 17 de Setembro de 1880, Fausto de Figueiredo era Licenciado em Farmácia e foi, desde muito jovem, um dos mais promissores da Companhia Portuguesa dos Caminhos de Ferro.

Radicado no Estoril desde os seus trinta anos, quando casou com Clotilde Ferreira do Amaral, mostrou apetência para os negócios desde a mais tenra idade, assumindo-se muito sensível aos inúmeros problemas económicos e financeiros que afectaram Portugal e o seu tecido empresarial no período final do regime monárquico e no decorrer da 1ª república.



**Projeção do futuro Estoril, de 1914**  
[*Estoril: Estação Marítima, Climatérica Termal e Sportiva, 1914*]

Clarividente e empreendedor, foi capaz de contrariar as vicissitudes conjunturais de um País que se encontrava à beira da falência, totalmente dependente de capitais externos e da iniciativa estrangeira, e de imaginar, projectar e construir aquele que é, segundo Maria da Graça Gonzalez Briz, é um dos únicos conjuntos urbanísticos globais de Portugal.

Iniciando o processo de construção do então denominado 'Parque do Estoril' pela aquisição dos terrenos inseridos na antiga Quinta do Viana, onde existia somente um conjunto de construções precárias que davam apoio às actividades do recinto termal, e os restos degradados do Convento Franciscano de Santo António, Fausto de Figueiredo depressa percebeu que a única forma de enfrentar a concorrência oferecida pela Vila de Cascais, marcada por vários anos de presença da Corte; pelo aristocrático Monte Estoril, possuidor de uma fama de qualidade que ultrapassava as fronteiras Nacionais; e por São João do Estoril, povoado de raiz burguesa, institucionalizado a partir da exploração dos Banhos da Poça e da iniciativa de algumas das mais importantes figuras da finança portuguesa; era fazer do Estoril um espaço com uma identidade própria que promovesse uma forma renovada de cidadania.

Os esboços iniciais do Arquitecto Francês Martinet, que se orientavam precisamente pelo carácter global de toda a urbanização, pressupunham a recriação na velha Quinta do Viana de um espaço homogéneo bem definido, no qual as diversas actividades, como a habitação, o comércio e o lazer, se interpenetravam, numa dinâmica consolidada a partir das características arquitectónicas e urbanísticas dos edifícios e dos espaços.

Os equilíbrios gerados por esta formulação urbana, promoveriam, no entender do extraordinário empreendedor, uma qualidade de vida sem igual, na qual se tornaria fácil a recriação de uma identidade que cunhasse o Estoril com a marca de qualidade pela qual todos ansiavam.

**Fausto Figueiredo**  
[AHMC/AESP/CNM]



Estas experiências de urbanização integral baseadas num planeamento prévio, necessariamente contrárias àquilo que eram (e continuam a ser infelizmente...) os hábitos de construção em Portugal, já haviam sido testadas com sucesso noutras partes da Europa. Em Portugal, exemplos como o da baixa pombalina de Lisboa ou o da criação do Monte Estoril, este último inacabado devido às dificuldades económicas da ‘Companhia Mont’Estoril’, mostravam que era possível e conseqüente a concretização destes projectos, bastando, para tal, que existissem os capitais necessários e o apoio político formal das instituições oficiais.

E foi precisamente isso que aconteceu. Como resultado da capacidade pessoal e do empenhamento de Fausto de Figueiredo e do seu sócio Augusto Carreira de Sousa, a ‘Sociedade Estoril-Plage’ conseguiu cativar o interesse dos grandes capitalistas lisboetas, que escolheram o Estoril para construir as suas novas habitações. Por outro lado, e mercê da influência cénica marcada pela construção daqueles que haveriam de transformar-se nos principais elementos aglutinadores da nova localidade, como o edifício das termas, os hotéis Inglaterra, Paris e Palácio, e o grande casino internacional, as novas edificações enquadram-se quase todas no estereótipo criado em torno dos valores da tradicional “Casa Portuguesa” e das inúmeras variações de cariz modernista que caracterizaram a época.



Jardim do Casino Estoril, junto à Avenida Marginal. Ao fundo, Hotel Palácio

[AHMCSC/AFTG  
CAP/A/386]

Em termos políticos assumiu papel de especial relevo, na década de 30, o surgimento do Estado Novo. Fundamentado numa propaganda que dependia de uma recriação quase artificial de uma nova forma de ser e de estar em Portugal, não só como incentivo à promoção turística no estrangeiro, como também à consolidação dos novos valores Nacionais, o Governo utilizou profusamente o Estoril como cenário privilegiado para os seus eventos.

A fama e o prestígio do Estoril, marcados pela qualidade do seu projecto urbano, pela dinâmica social e cultural que se enquadrava nos espaços existentes, e pela fulgurante propaganda estatal, depressa se institucionalizaram, facilitando assim o processo de venda de lotes e de edificação de novas construções.

O Parque do Estoril, centrado na grande praça que resulta da construção das arcadas - edifícios de utilização mista de comércio e habitação -, no seu vasto e amplo jardim, no imponente casino, e na praia, possui todas as condições que garantem aos novos habitantes a possibilidade de se integrarem socialmente. Os eventos estorilenses, dos quais se destacam a grande Feira de Amostras da Indústria, em 1929; o II Circuito de Portugal em Automóvel, em 1933; os entrudos e as lendárias passagens de ano; vão-se complementar com a electrificação da linha de caminho-de-ferro, com a criação dos Bombeiros dos Estoris, com a inauguração da Estrada Marginal, com a recuperação da Igreja de Santo António, com a inauguração do Hotel Palácio e do Casino Estoril, etc.

A excelência do espaço, aliada a uma formulação urbanística de grande qualidade, a um enquadramento arquitectónico baseado em linhas mestras comuns, e a uma promoção sem igual no panorama Nacional, transformam o Estoril naquilo que ainda hoje consegue ser: um local equilibrado, agradável, e socialmente saudável, onde a habitação, o comércio, os serviços e o lazer coexistem pacificamente, com evidentes benefícios recíprocos e uma qualidade de vida incomparavelmente maior do que aquela que caracteriza outras zonas do Concelho de Cascais.



Como é evidente, esta situação acaba por ter consequências efectivas no quotidiano de todos quantos vivem, trabalham ou passeiam no Estoril. A qualidade da envolvência, e o grande cuidado dispensado ao espaço urbano, dignifica as zonas públicas, valorizando o património privado e transformando-se numa mais-valia para o local. Os hábitos, os usos, os costumes, e o dia-a-dia do estorilenses vão-se adaptando às suas condições de vida, facto que, por sua vez, influi na educação, no civismo e na cultura dos habitantes.

A qualidade do Estoril, sonhada por Fausto de Figueiredo que a concretizou através do projecto urbano de Martinet integrado na cenografia da localidade, é hoje resultante de uma panóplia que agrega também o apoio político do Estado e da Autarquia; a vontade e a educação dos seus habitantes; a capacidade e o espírito empreendedor dos seus comerciantes e empresários; a visão dos promotores que ali existem; e o civismo daqueles que visitam o local.

Tudo isto, como é evidente, é resultado do planeamento global prévio levado a cabo por Fausto de Figueiredo, da sua capacidade de ultrapassar as vicissitudes do sistema e do enquadramento geral que ele conseguiu imprimir a todos aqueles que ali construíram as suas habitações.

Cem anos depois, e ainda mantendo bem vivo o seu espírito original, apesar de algumas desvirtuações pontuais que resultaram de incapacidades políticas conjunturais, o Estoril assume-se como exemplo de sucesso que demonstra que é possível recriar espaços de enorme qualidade nos quais o comércio, a habitação e os serviços se equilibram promovendo uma vivência socialmente saudável, com excelentes parâmetros de segurança e de bem estar.

Ao conjugar a sua capacidade de sonhar com um mundo melhor mais perfeito com a capacidade empreendedora e concretizativa que demonstrou ter, Fausto Cardoso de Figueiredo foi verdadeiramente genial na forma como fez nascer a região de Turismo do Estoril, perspectivando para daí a mais de um século

(sabendo que nessa altura já não andaria por cá) os resultados da excelência que estava então a promover.

O impulso dado por Fausto Cardoso de Figueiredo ao turismo, baseado não só na criação de raiz daquela que vai ser a primeira grande urbanização totalmente pré-planeada em Portugal, como também nas inúmeras intervenções pontuais que desenvolveu enquanto político, fazem dele uma personalidade incontornável na história do Concelho de Cascais e do sector turístico em Portugal.

Faleceu na sua residência, no Estoril, no dia 05 de Abril de 1950.

## 4. Os Queques da Linha e as Tias do Estoril

O carácter único de Fausto Figueiredo, plasmado no seu projecto do Estoril mas também na enorme multiplicidade de subtis acrescentos que foi juntando de modo a assegurar o sucesso final da sua ideia, é essencial para compreender a influência que a sua personalidade e ideias têm ainda hoje no dia-a-dia dos Estorilenses.

Na altura em que se comemoram os 125 anos da inauguração da linha férrea de Cascais, importa recordar que foi Fausto Figueiredo o principal responsável pela sua electrificação e, dessa forma, pela transformação de uma mera linha de comboios num verdadeiro motor que sustentou o crescimento da vida nesta região. Como é evidente, 64 anos após a sua morte, são milhares os Cascalenses que todos os dias chegam ao seu trabalho em Lisboa em pouco mais de 30 minutos como resultado da capacidade empresarial deste homem excepcional... O mesmo aconteceu com as implicações que casas, estradas, jardins e a própria



Sud-Express  
na estação de  
caminho-de-  
ferro do Estoril  
[AHMCSC/AEMP  
HPL/A/001/086]

paisagem têm na configuração assumida por uma povoação e pela comunidade que lhe dá forma. Fausto Figueiredo, sofrendo as adversidades próprias de quem ousa pensar para além do seu tempo, percebeu bem a forma como isso acontece, e planeou não o Estoril que os seus contemporâneos desejavam, mas aquele que ele sabia que desencadearia o processo de consolidação social do qual dependência a excelência do seu projecto.

Um dos mais ilustrativos exemplos da forma como as casas e os espaços influenciam de forma concreta as pessoas é o edifício Luís Vergani, situado na Rua de Nice, no Estoril, onde desde há mais de meio século funciona a conhecida e reconhecida Pastelaria Garrett. Tendo ali funcionado originalmente o Hotel Paris, faz parte do conjunto de edificações que serviam de apoio aos Banhos do Viana e que, depois de terem sido substituídos pelas modernas unidades hoteleiras, acabaram por readaptar as suas funções e por manter-se activas no seio da nova dinâmica urbana da povoação.

O prédio, que ainda hoje se encontra figurativamente próximo daquilo que era naquela época, trás consigo as memórias vividas de um tempo em que o Estoril ainda não era elegante e em que surgia sempre relacionado com as enfermidades que buscavam a cura através dos banhos. A ocupação do mesmo pela pastelaria, que desde há muito tempo assumiu o seu carácter de pedra basilar da melhor sociedade Estorilense, centra em si próprio o cerne da História moderna do Estoril. Aos fins-de-semana, logo pela manhã para o pequeno-almoço e ao final da tarde para o chá, a Pastelaria Garrett enche-se de Estorilenses que ali vão para verem e serem vistos, trocando os cumprimentos que tantas vezes condicionam os equilíbrios políticos e sociais da região e mesmo de Portugal. Há muitas décadas atrás, ainda antes do seu bolo-rei ter ganho a fama que faz com que actualmente, na quadra de Natal, seja comum ver na Rua de Nice filas de muitas centenas de metros de gente que pacientemente aguarda a sua vez para adquirir aquela que é considerada como uma das melhores iguarias de Portugal, eram os queques



**Grupo no Estoril.  
Ao fundo, Arcadas  
e Hotel Palácio**

[AHMCSC  
AEMP/HPL  
A/001/171]

ainda quentes que faziam as delícias de quem andava por lá. Os queques, bonitos e amarelos que saíam dos seus fornos, eram comidos ao pequeno-almoço pelos filhos das melhores famílias do local e que normalmente antecederiam a entrada no comboio que os levava ao liceu, ao trabalho ou à empresa situada em Lisboa. Eram, desta forma, os queques da linha, adoptando um designativo que ganhou força social e que passou a descrever também os meninos bem comportados e bem penteados que do Estoril chegavam a Lisboa através da linha do caminho-de-ferro... Os queques da linha, de bons modos e boas maneiras, são o repositório integral e total da genialidade de Fausto de Figueiredo, conjugando a linha de comboio, as acessibilidades a Lisboa e a própria formulação urbana e especial da estância com a criação de uma sociedade nova e moderna que suportasse o nascimento de um novo Portugal.

O comportamento dos denominados “*meninos da linha*”, apelidados de “*queques*” pelos que noutras partes da região de Lisboa os viam chegar de comboio sempre aprumados e muito bem-educados, nascem precisamente da capacidade que aquele empreendedor, através da sua Sociedade Estoril-Plage, teve de promover os relacionamentos através da conjugação de diversos factores que Fausto conhecia bem e soube trabalhar excepcionalmente.

Como facilmente se verificará ainda hoje, e que infelizmente a história mais recente de Cascais tão tristemente comprovou, teria sido mais lógico e financeiramente significativa que Fausto de Figueiredo urbanizasse o Estoril a partir da linha de comboio e da estação. Os terrenos que reservou para jardins e a largura das avenidas que os abraçam, fechando os relvados numa espécie de espaço particular pensado à semelhança de uma casa ou de um lar de família, poderiam ter sido enchidos com lotes de construção que renderiam muitos milhares de contos a qualquer promotor imobiliário. Mas Fausto de Figueiredo, tal como os seus visionários e sonhadores antecessores haviam ousado fazer no Monte Estoril, teve a capacidade genial se alargar o seu horizonte temporal e de vislumbrar no futuro os frutos da sua planificação no presente. Os jardins do casino e o conforto urbano que ofereciam, associado à proximidade da estação e na facilidade de acessos a Lisboa, promovem a vida ao ar e as caminhadas. Nada mais natural, para os capitalistas ricos que viviam nos lotes urbanos que envolviam o Estoril, do que saírem de casa a pé em direcção à estação. Nas caminhadas matinais que os levavam aos queques da Garrett e depois ao comboio que em pouco mais de vinte e cinco minutos os levava a Lisboa, depressa se foram conhecendo, reconhecendo e estreitando laços de amizade e vizinhança transformando uma povoação completamente nova, construída de raiz para gente sem raízes comuns que pudessem partilhar e que suportassem a criação de vínculos de uma identidade sã, num Estoril onde quase todos são uma família constituída artificialmente pelo promotor, mas sólida nos vínculos que no seu seio vão criando.

**Avenida Clotilde  
e Jardim do  
Casino Estoril**  
[AHMCSC/AFTG  
CAP/A/299]



**Arcadas do Estoril**  
[AHMCSC/AFTG  
CAP/A/292]





Praia do Tamariz  
[AHMCSC/AESP  
CAM/BPI/564]

Os jardins do casino, confortáveis, elegantes e apetecíveis numa terra onde são raros os dias de chuva e para os quais o frio nunca vem, são o local onde naturalmente passeiam as senhoras e os filhos dos capitalistas que trabalham em Lisboa e que, não trabalhando elas, ali gastam as suas tardes entretendo os filhos e partilhando também elas um queque e um chá na vistosa Pastelaria Garrett. As crianças crescem em conjunto, partilhando diariamente aqueles jardins que sendo públicos quase parecem ser uma extensão da casa deles, e no qual desenvolvem laços onde a filiação conta menos do que as amizades que se vão impondo de forma sã.

Nasce assim um Portugal moderno, atractivo e simpático, onde a cidadania e a identidade surgem bem vincadas e em que os costumes se assumem que devem ser diferentes. As crianças, pulando e rindo em brincadeiras pueris por entre as palmeiras, os tamarindos e as demais espécies exóticas que enchem o Estoril, vão ouvindo a partilhando as conversas das mães no seu dia-a-dia despreocupado. Nas festas de aniversário, nos jantares de amigos, nos bancos do Colégio João de Deus e mais tarde dos Salesianos, vão consolidando os laços de família e recriando uma nova forma de viver em comunidade. Mas passa pela cabeça a alguém cuspir para o chão ou dizer palavrões dentro da sua própria casa? É evidente que não. E o Estoril, com os seus espaços urbanos excepcionais, é como se fosse a casa de cada um deles, que se vão habituando a um comportamento tendencialmente diferente daquele que caracterizava a juventude noutras zonas de Portugal. E se as mães, em conversas longas ou em torno de um queque e um chá, se vão demorando por ali, partilhando com as crianças o processo natural do seu crescimento e dessa forma criando afinidades, como hão-de-ser chamadas pelos mais novos? Senhoras donas? A gente que está tão próxima? Que é a mãe do meu melhor amigo e que me viu crescer? Aquela senhora que mantém sempre aberta a porta de casa para que a criançada Estorilense por

ali se espraie partilhando brincadeiras e o mistério agradável desta vida suave? É evidente que não. Não o sendo em ternos sanguíneos, são-no efectivamente por proximidade afectiva... são as tias do Estoril que, como os meninos da linha, darão fama a uma terra que se constrói através de um processo sociologicamente muito especial e o tornarão num espaço que, visto de fora, é diferente, agradável, sempre certinho e muito bem-educado...

E é novamente Ramalho Ortigão, nas mesmas “Praias de Portugal” que atrás citámos que explica como vai ser o Estoril, cerca de cinquenta anos antes de Fausto Figueiredo ter começado a sonhar com uma estância balnear excepcional, e de os meninos da linha, com a sua muito própria de ser e de estar, terem começado a encher os jardins com as suas brincadeiras infantis: “O sindicato de Cascais propõe-se transformar o lindo arrabalde do Estoril, onde junto da praia há uma rica nascente de água termal, em vila de banhos e de águas no moderno tipo elegante de Wiesbaden, de Trouville ou de San Sebastian. (...) Desde que se decidiu para todos os efeitos que isto é um alegre desfazer de feira, que depois de nós pode vir o dilúvio quando for servido, porque a gente vai acabar com o resto que há para perder o mais velozmente que se possa, - desde que esta decisão se tomou por acordo geral e a contento do maior número - o Estoril-les-Bains, tornou-se para nós uma necessidade social. A meia horas de Lisboa, por um caminho-de-ferro de luxo na margem do Tejo, Estoril-les-Bains com o seu grande estabelecimento de banhos, com o seu casino, com as suas salas de ópera e de concertos, com as suas roletas, com os seus pavilhões enigmáticos, com os seus cottages misteriosos, e com os seus camarões permanentes em gabinete reservado, é um imprescindível complemento da civilização que felizmente disfrutamos.”

## 5. Para a Excelência do Estoril

Numa entrevista concedida há cerca de 100 anos ao Diário de Notícias, e quando lhe pediam que avaliasse o seu desempenho enquanto principal promotor da nova estância turística do Estoril, Fausto Figueiredo refere que somente daí a um século, quando se concretizassem todos os pressupostos que ele havia imaginado, se estaria em condições de fazer essa avaliação.

Avançava, no entanto, que nessa altura, quando no Estoril já fossem os seus netos e bisnetos a viver e a comemorar o primeiro centenário da localidade, que seria considerado ou um génio ou um louco...

E tinha razão.

Apesar das vicissitudes e das contrariedades próprias do devir histórico da região,



Hall do Hotel  
do Parque  
e das termas  
do Estoril

[AHMCSC/AEMP  
HPL/A/001/001  
089/0708]

virtualmente impossíveis de prever, o Estoril é ainda hoje uma das mais pujantes marcas turísticas da actualidade, com projecção internacional e resultados operacionais que comprovam a qualidade do projecto que ele empreendeu.

A nível nacional, da mais estranha fraga da Serra do Gerês até aos areais ensolarados dos Algarve, não existe ninguém que não conheça o Estoril. Rectificando: muitos Portugueses não conhecem o Estoril mas sabem o que é, onde é e têm uma ideia bem formada acerca dele!

Os conceitos que precedem o conhecimento, vulgarmente considerados preconceitos, ganham no Estoril uma dimensão nova. Existem estereótipos ao nível dos comportamentos, dos relacionamentos sociais, das práticas empresariais e do lazer, que atribuem a esta terra uma excelência verdadeira. São transversais, não só em termos geográficos como também sociais ou culturais, as opiniões que dão ao Estoril uma aura de excelência que é impossível de contradizer.

O Estoril é sinónimo de bom, de pujança, de bem-estar e de beleza transcendente. E os Estorilenses são vistos como gente diferente, que promovem invejosamente uma maneira diferente de viver num local onde todos desejam estar.

Tudo isto, concretizado através do projecto da Estoril-Plage de 1914 e sonhado desde há alguns anos por Fausto Figueiredo, demonstram que ele tinha razão. Mais: comprovam que foi um génio a quem este Estoril e o Estoril do futuro tudo devem.

## • Bibliografia

Cardoso, Guilherme, *Estoril Passado a Preto e Branco*, Cascais, Associação Cultural de Cascais, 1996.

Colaço, Branca de Gontha e ARCHER, Maria, *Memórias da Linha de Cascais*, Parceria António Maria Pereira, 1943.

Encarnação, José d', *Para uma História do Turismo no Estoril*, in Actas do III Congresso Nacional de Turismo - Documentos, Porto, 1986.

Henriques, João Anibal, *Levantamento Exaustivo Do Património Cascalense*, Cascais, Fundação Cascais, 2000;

\_\_\_\_\_, João Anibal, *Turismo do Estoril*, Monte Estoril, Academia de Letras e Artes, 2011.

\_\_\_\_\_, João Anibal, *O Estoril e a Paróquia de Santo António*, Cascais, Fundação Cascais, 2010.

Henriques, João Miguel, *Cascais: do Final da Monarquia ao Alvorecer da República (1908-1914)*, Lisboa, Colibri, 2001.

\_\_\_\_\_, João Miguel, *Da Riviera Portuguesa à Costa do Sol: Fundação, Desenvolvimento e Afirmação de uma Estância Turística: [Cascais, 1850-1939]*, Lisboa, Colibri, 2011.

Ramalho, Margarida de, *Estoril a Vanguarda do Turismo*, Lisboa, By the Book, 2010.

## Cândida Cadavez

Doutorada em Estudos de Literatura e de Cultura, docente na ESHTE e investigadora no Centro de Estudos de Comunicação e Cultura e no Instituto de História Contemporânea.

### Campo de Golfe do Estoril

[AHMCSC  
AEMP/HPL  
A/001/076]



# ANTÓNIO FERRO, UM ANFITRIÃO NA COSTA DO SOL NOS PRIMÓRDIOS DO ESTADO NOVO

Cândida Cadavez

## 1. Avant propos

No âmbito da evocação devida a Fausto de Figueiredo e ao seu precioso legado no espaço outrora designado por Costa do Sol, urge identificar e recordar o simbolismo político atribuído a esse lugar nos primórdios do Estado Novo português. Neste contexto, António Ferro surge como uma personagem incontornável, quer pelo protagonismo que encarnou nos primeiros anos do regime de Salazar, nomeadamente graças à sua intervenção no setor do turismo, quer pela ligação próxima e pessoal que sempre o uniu, bem como a toda a família Quadros Ferro, a este espaço.

## 2. António Joaquim Tavares Ferro

Quem foi, afinal, este homem, jornalista, escritor, dramaturgo, político e, ousando utilizar uma nomenclatura mais contemporânea, um verdadeiro empreendedor *avant la lettre*? Trata-se do agente escolhido pelo Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, para dirigir os órgãos oficiais da propaganda do regime, o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) e o Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI), entre 1933 e 1949. Ao longo desses dezasseis anos foi solícita e apaixonada a dedicação que António Ferro dirigiu às inúmeras atividades que visavam a divulgação de elementos da *cultura nacional*, assim designada segundo os padrões ideológicos do Estado Novo, muitos deles replicados no setor turístico, nomeadamente em momentos relacionados com a criação de uma rede de pousadas, ou através das diversas atividades que Ferro agenciou no sentido de se regulamentar a atividade turística ou de se recuperar representações culturais, em moldes, por vezes, discutíveis, é certo, mas que, apesar disso, continuam hoje em dia a ser reproduzidas, nomeadamente em práticas de turismo.

António Ferro nasceu no ano de 1895 e faleceu em 1956. Era filho de comerciantes alentejanos republicanos e cedo terá despertado para a oratória por influência dos muitos discursos que ia ouvindo a António José de Almeida (vd. Guerra, 2002: 46). A sua obra foi considerada por alguns como um verdadeiro atentado à moral, mas terá sido essa mesma crítica feroz o primeiro impulsor para que se tivesse tornado uma figura pública (vd. *ibidem*: 48). A biografia de António Ferro disponível no sítio eletrónico da Fundação António Quadros – Cultura e Pensamento refere mais de cinquenta títulos que incluem obra publicada e textos inéditos, produzidos a partir do ano de 1921. Das vinte e uma edições datadas até ao ano de 1932, i.e. o ano em que “entrevistou” Salazar e que antecedeu a sua nomeação como diretor do Secretariado de Propaganda Nacional, cumpre destacar três títulos. O primeiro é uma edição de autor de 1918 intitulada *O Ritmo da Paisagem*, na qual são evidentes exemplos da estética ruralista e popular inúmeras vezes repetida por Ferro em contextos de oratória turística. *Viagem à Volta das Ditaduras*, uma publicação do ano de 1927, com prefácio de Filomeno da Câmara, reunia uma série de entrevistas e reportagens feitas em Itália, Espanha e Turquia a figuras como Garibaldi, Mussolini, ou Primo de Rivera, e poderá ter servido de motivação a Salazar para a realização das célebres “conversas” de 1932. Por último, recorde-se as três edições de *Leviana* (1921, 1923 e 1929), um texto que provocou escândalo à época, devido à ousadia dos temas abordados.

Os dezoito títulos datados do período em que dirigiu o SPN e o SNI incluem fundamentalmente a edição, pela Empresa Nacional de Publicidade, das “entrevistas” e as suas inúmeras traduções, assim como publicações mais específicas, muitas delas incluídas na coleção “Política do Espírito” lançada pelos secretariados, sobre a Política do Espírito, as artes modernas, o Museu de Arte Popular, e ainda a emblemática coletânea *Turismo, Fonte de Riqueza e de Poesia*.

A vida de António Ferro deve ser celebrada pelo seu cariz multifacetado e interventivo, no qual a cultura e a política terão sido motivações sempre constantes. Aos vinte e dois anos António Ferro era já o editor da revista *Orpheu*, e foi nesse mesmo ano de 1917 que partiu para Angola como oficial miliciano, interrompendo um curso de Direito que não viria a concluir. No ano seguinte, foi nomeado Secretário-geral do Governo português em Angola, e em 1919 regressou a Lisboa, tendo-se tornado analista político de *O Jornal*. No início da década de Vinte, iniciou uma carreira de repórter internacional ao serviço de *O Seculo*, tendo sido nesse âmbito que se encontrou com o poeta Gabriel D’Annunzio. A sua atividade jornalística intensificou-se por essa ocasião e, ainda em 1920, começou a assinar como crítico teatral e literário do jornal *Diário de Lisboa*.

No ano seguinte, Ferro foi nomeado diretor da revista *Ilustração Portuguesa*, onde evidenciou alguns dos traços que mais tarde caracterizariam a gestão que viria a fazer do SPN e do SNI, nomeadamente pelo protagonismo atribuído a questões relacionadas com a cultura popular portuguesa, como referido anteriormente. No cumprimento desta tarefa acompanharam-no alguns intelectuais modernistas, como Almada Negreiros, Cottinelli Telmo, Stuart de Carvalhais, Eduardo Viana, Francisco Franco e Henrique Franco. Conviveu também com Sá-Carneiro, Fernando Pessoa e Alfredo Guizado,

tendo, nesse contexto, retomado as atividades literárias e culturais, em detrimento das tarefas jornalísticas que lhe haviam ocupado os últimos tempos Assim, em 1925 fundou o Teatro Novo com a colaboração de Leitão de Barros e de José Pacheco, antigo responsável gráfico da revista *Orpheu* e diretor da revista *Contemporânea*.

No mesmo ano em que publicou *Viagem à Volta das Ditaduras*, em 1927, visitou os Estados Unidos, num périplo a que António Ferro jamais afastaria das suas memórias. Em 1931 fundou o Sindicato Nacional da Crítica e organizou, em Lisboa, o IV Congresso da Crítica Dramática e Musical, que contou com a presença de Pirandello, Robert Kemp, Fabre Le Bret e Gerard Bauer, entre outros. Os congressistas foram acolhidos como verdadeiros turistas, tendo-lhes sido proporcionada uma noite de fados em Alfama e um passeio ao Estoril, em comboio fretado para o efeito.

1932 foi inquestionavelmente um ano decisivo no percurso público e político de António Ferro, e ficará marcado como o ano da sua rendição ao Salazarismo (vd. Guerra, 2002: 58). De acordo com Cidalisa Guerra, essa capitulação, materializada nas “entrevistas” a António de Oliveira Salazar, teria resultado do cansaço decorrente do ambiente sociopolítico que grassava no país no período que se seguiu à morte de Sidónio Pais, de quem Ferro era admirador reconhecido. O jornalista António Ferro ter-se-á deixado fascinar por Salazar por vislumbrar no político alguém que conseguiria transmitir aos portugueses os elementos necessários ao renascimento da autoestima perdida, indispensável ao relançamento de sentimentos de glória e orgulho da nação (vd. *ibidem*: 59-60). A título de agradecimento pela eficácia da difusão feita, ou como resultado de adivinhar neste homem um potencial braço direito que se adequaria ao tipo de divulgação ideológica que pretendia para a “Nação”, Salazar nomeou António Ferro diretor do órgão oficial da propaganda do Estado Novo, o SPN, por decreto de setembro de 1933.

Independentemente da real motivação, certo é que as já referidas “entrevistas” terão servido para que Ferro se tornasse num dos homens de confiança do Presidente do Conselho, o qual o terá usado para “a comunicação, para a apresentação e para a decoração do regime” (Portela, 1987: 54). Ferro acabou, assim, por manter esta função até 1949, quando o Secretariado de Propaganda Nacional já se tinha tornado o Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo havia cinco anos.

A criação do Teatro do Povo, um teatro ambulante dirigido por Francisco Lage e Francisco Ribeiro, que percorreu o país durante alguns anos, antes de se ter tornado o Teatro Nacional Popular, conferiu a António Ferro mais uma ocasião para louvar um alegado espírito popular tão caro ao regime. No discurso inaugural da companhia, ocorrida em 15 de junho de 1936, Ferro advogou que o teatro fora obra do povo que, por seu intermédio, exprimia a sua alegria e a sua tristeza. No contexto de renovação do Estado Novo, o Teatro do Povo era a “própria respiração do regime, porque são os gestos e pensamentos indispensáveis à vida” (Ferro, 1936). Neste discurso de onze páginas rasuradas pode ler-se ainda acerca das intenções de espalhar ensinamento, alegria e poesia pelas aldeias e lugarejos, e do modo como esta iniciativa representava uma clara evidência de

que os governantes pensavam no povo, “depois do «pão nosso de cada dia» - o sonho vosso de cada noite!” (Ferro, 1936).

A atividade multidirecionada de António Ferro continuou quando, em 1937, usando o pseudónimo de Jorge Afonso, redigiu o argumento do filme *A Revolução de Maio*, em colaboração com António Lopes Ribeiro. Essa película foi estreada no cinema Tivoli em Lisboa e passada ao público visitante da Exposição Internacional de Paris, de que foi comissário-geral em 1937. Foi ainda nesse ano que o SPN criou os circuitos de cinema ambulante que haveriam de visitar algumas terreolas e lugarejos portugueses.

1938 ficou identificado como um tempo de grande celebração da cultura popular através do concurso da Aldeia Mais Portuguesa de Portugal, enquanto 1939 trouxe a Ferro mais um cargo de comissário-geral de exposições, desta feita em Nova Iorque e em São Francisco. Os festejos da “Nação” prosseguiram em 1940 com as Comemorações do Duplo Centenário e com António Ferro a desempenhar o papel de secretário-geral da Comissão Executiva das mesmas.

No ano seguinte, o SPN lançou a icónica *Panorama, Revista de Arte e Turismo*, que contava com a direção literária do poeta Carlos Queirós, e artística do pintor Bernardo Soares. Em 1941 Ferro acumulou a função de presidente da Emissora Nacional, o que veio a revelar-se favorável à divulgação da política folclorista promovida e incentivada pelo Secretariado. 1941 foi ainda o ano dos Concursos das Estações Floridas, da fundação do Círculo Eça de Queiroz e da estreia do grupo Verde Gaio no Teatro de S. Carlos, em Lisboa, com o bailado *D. Sebastião*, de cujo argumento António Ferro fora autor, inspirado na história e no folclore nacionais. Num texto apresentado aos microfones da Emissora Nacional, em 8 de novembro de 1940, intitulado “Apresentação dos Bailados Populares”, Ferro defendeu que a dança concentrava em si “tudo quanto de elevado existe em cada povo” (Ferro, 1940), servindo, por isso, para educar e afinar o gosto e a sensibilidade.

A intensa ação de António Ferro em prol do turismo teve um momento marcante quando, no ano de 1942, foi inaugurada a primeira pousada em Elvas, tendo essa ocasião coincidindo com a apresentação do plano das Pousadas de Turismo. Em 1944, Ferro assumiu a direção do SNI e, quatro anos depois, inaugurou o Museu de Arte Popular no dia 15 de julho de 1948. Intervieram na implementação deste museu os arquitetos Veloso Reis e Jorge Segurado, os artistas Thomaz de Mello (Tom), Estrela Faria, Carlos Botelho, Manuel Lapa, Paulo Ferreira e Eduardo Anahory, e o etnógrafo Francisco Lage. Na sua abertura, Ferro declarou que o espaço representava um “exemplo de soberania espiritual, da nossa profunda diferenciação, retrato da alma de um povo que não quer renunciar nem à sua graça nem ao seu carácter” (Ferro, 1948), tendo ainda admitido que a ideia da criação de um museu como este tomara novo fôlego com a concretização do Centro Regional na Exposição do Mundo Português. O Museu de Arte Popular surgia como evidência da campanha em defesa de uma arte moderna profundamente nacional, e como prova de que o povo era sempre o artista mais novo, mais espontâneo, e mais atual de todas as épocas (*ibidem*).

Curiosamente, um ano depois da abertura de um espaço tão simbólico para a propagação da cultura popular tal como esta era preconizada pelo regime, António Ferro foi nomeado ministro de Portugal em Berna, em circunstâncias ainda não totalmente esclarecidas, vendo-se, desta forma, afastado das lides da propaganda e do turismo. Uma curta carreira diplomática levou-o a desempenhar a sua derradeira tarefa ao serviço da “Nação” em Roma, na altura em que a legação portuguesa foi elevada ao estatuto de embaixada.

António Ferro faleceu em Lisboa no ano de 1956, no seguimento de uma cirurgia menor, mas da qual Salazar tentara aparentemente dissuadi-lo.

### 3. O significado e a importância ideológica do turismo no início do Estado Novo: a exceção da Costa do Sol

Desde a sua criação no ano de 1933, e mesmo ainda antes de a atividade ter passado formalmente a pertencer às pastas do primeiro secretariado de António Ferro, o que sucedeu por determinação do decreto-lei n.º 30:289 de 3 de fevereiro de 1940, o “problema do turismo” sempre ocupou a agenda do órgão oficial de propaganda dos primeiros anos do regime de Salazar.

A par da profusão legislativa que visava regulamentar o setor e enfatizar o seu carácter patriótico, inúmeras vezes evocado em ocasiões de maior ou menor solenidade, os anos Trinta e Quarenta assistiram a uma série de iniciativas, das quais serão aqui evocadas apenas algumas para comprovar a crença de que ao turismo era atribuído um papel significativo enquanto ferramenta de divulgação e de validação ideológicas do jovem regime do Estado Novo.

**Motociclistas junto  
ao Hotel Palácio**  
[AHMCSC/AEMP  
HPL/A/001/619]



Em 1934 a União Nacional reuniu, pela primeira vez, em congresso com o propósito de enaltecer os feitos até então alcançados pelo novo paradigma político. Face à importância atribuída pelo regime a este encontro é deveras significativo e pertinente que sete das comunicações reproduzidas nas atas do mesmo tenham versado o setor turístico, descrevendo-o como potenciador de orgulho nacional e veículo preferencial para a exibição da história nacional e da cultura popular.

Dois anos mais tarde, aconteceu o maior congresso até então realizado em Portugal e que tinha como tema precisamente o turismo, o I Congresso Nacional de Turismo, o que, de novo, evidencia a atenção dedicada à indústria do lazer pelo regime. Nele o Estoril de Fausto Figueiredo foi um tema constante. O orador da sessão inaugural do congresso, Roque da Fonseca, diretor do Automóvel Club de Portugal, onde também ocupou a função de presidente da comissão de turismo, e membro da Comissão de Turismo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, alertou para a necessidade de se edificar grandes hotéis de luxo no grande centro turístico dos Estoris (vd. Fonseca, 1936: 50). Álvaro Viana de Lemos, por seu turno, sugeriu a construção de uma estrada marginal entre Lisboa e os Estoris (Lemos, 1936: 4). Além disso, o programa cultural e social preparado para os delegados incluía visitas a Cascais e aos Estoris, bem como um jantar de gala e de encerramento do encontro no Hotel Palácio do Estoril, exaustivamente documentados em duas edições de janeiro de 1936 do *Diário de Notícias* (vd. *Diário de Notícias*, 14 de janeiro de 1936: 6, e *Diário de Notícias*, 17 de janeiro de 1936: 6). Também a publicação “O SECULO” e o *Congresso*, suplemento de o jornal *O Seculo*, de 13 de janeiro de 1936, se ocupava deste grande evento nacional e naturalmente que o espaço idealizado por Fausto de Figueiredo mereceu grande parte da atenção da separata. Assim, a página 8 exibia onze caixas publicitárias que divulgavam infraestruturas hoteleiras e turísticas localizadas nos Estoris, como o sumptuoso Hotel Palácio, ou o Hotel de Inglaterra. Havia referências a atividades e a espaços recreativos como o casino, o golfe, o ténis e o hipismo, bem como às termas, à praia e à piscina do Tamariz.



Vista aérea do Estoril, c. 1930  
[AHMCSC/AEMP  
HPL/A/001/004/625]

**Banhistas na  
Praia do Tamariz**  
[AHMCSC/AEMP  
HPL/A/001/424]



**Banhistas na  
Praia do Tamariz**  
[AHMCSC/AEMP  
HPL/A/001/693]



**Campo de Golfe  
do Estoril**  
[AHMCSC/AEMP  
HPL/A/001/076]



Também a existência de uma livraria inglesa e de uma loja de lãs estrangeiras, que vendia artigos regionais e fatos de banho, pareciam ser importantes chamarizes para os turistas, tendo sido, por isso, chamadas a figurar neste anexo. Era igualmente publicitada a existência de comboios elétricos que, de meia em meia hora, chegavam ao Estoril, e as páginas 9 e 10 mostravam textos publicitários alusivos a empresas de camionagem, cargueiros, agências e companhias de navegação, carreiras aéreas entre Lisboa e Londres, e naturalmente às ligações a Madrid e a Paris através do Sud Express (vd. *O SÉCULO* e o *Congresso*, suplemento do jornal *O Século*, de 13 de janeiro de 1936: 8-11).

Ainda no âmbito das iniciativas agenciadas pelo regime de Salazar que deveriam servir para exponenciar o turismo, alargando a oferta, de modo considerado adequado, aos diversos grupos que compunham a sociedade da “Nação”, urge igualmente referir a criação, em 1935, da Federação Nacional para a Alegria no Trabalho, cujo objetivo oficial seria proporcionar às classes trabalhadoras formas de lazer e de turismo adequadas aos seus interesses, mas que, na prática, se assemelhavam mais a momentos de doutrinação ideológica, durante os quais os participantes eram guiados através das mais válidas representações da “Nação”.

Ainda na década de Trinta teve lugar um dos mais simbólicos momentos da institucionalização do regime e que, ao mesmo tempo, serviu para criar um imaginário turístico ainda hoje reproduzido. O concurso Aldeia Mais Portuguesa, acerrimamente apadrinhado por António Ferro, serviu, em 1938, para identificar alegados ícones da nação portuguesa numa ação, cujo resultado viria a ser aproveitado quer em narrativas políticas, quer em narrativas turísticas.

Igual relevância em termos da pertinência atribuída ao turismo pode ser reconhecida, por exemplo, na organização de inúmeras feiras e exposições nacionais e internacionais, também elas palcos simultâneos de representações políticas e turísticas, como foi o caso da I Mostra Internacional de Arte Popular, em Genebra, no ano de 1935, da Exposição Internacional de Paris, em 1937, ou da icónica Exposição do Mundo Português, no segundo semestre de 1940.

**Termas do Estoril**  
[AHMCSC/AEMP  
HPL/A/001/707]

**Banhistas com pranchas de madeira na Praia do Tamariz**  
[AHMCSC/AEMP  
HPL/A/001/781]



Porém, havia um espaço diferente e único onde era permitido e fomentado um tipo diferente de turismo, cujos propósitos passavam igualmente pelo aproveitamento, para fins de propaganda ideológica, de uma atividade à partida tão inocente e despreziosa como a turística parece ser.

Em 30 de setembro de 1934, *O Século* afirmava que “[a] Costa do Sol é, com justíssima [sic] razão, um motivo de orgulho para a capital do País, pois rivaliza com as mais célebres estâncias de turismo estrangeiras” (*O Século*, 30 de setembro de 1934: 10). O conteúdo desta referência não constitui, contudo, uma novidade, pois, a zona costeira designada como Estoris, que incluía Monte Estoril, Santo António do Estoril, São João do Estoril e São Pedro do Estoril, ou rótulo mais abrangente de Costa do Sol, que cobria a extensão entre São Julião da Barra e o Guincho, indicavam havia já algum tempo um significativo pólo de atração turística. As termas, o clima, a proximidade da capital e o glamour associado aos seus visitantes terão naturalmente contribuído para tal.

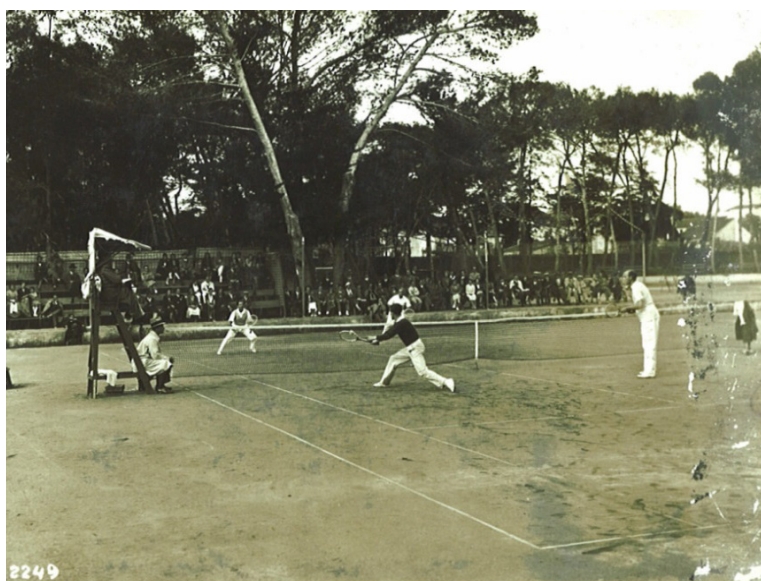
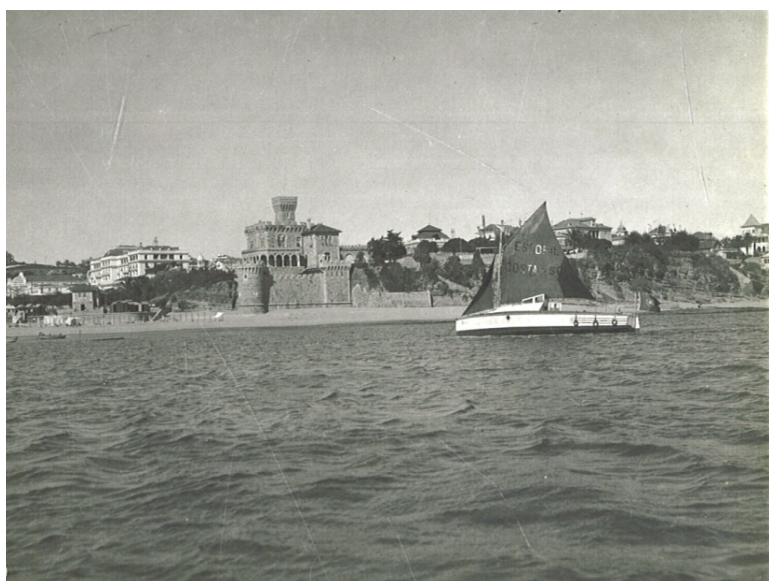
Além disso, para o desenvolvimento inicial dos Estoris terá sido fundamental a tendência crescente à época que defendia o tratamento do corpo e da mente, resultante do movimento higieno-sanitário oitocentista, e que parecia encontrar nesta costa o terreno ideal para vingar. A maior parte dos espaços termais e de banhos sítos por estes lados encontrava-se instalada em edifícios sofisticados que, além das terapias, ofereciam as condições necessárias à prática dos desportos de ar livre, como o ténis, a vela, a natação e o remo, que começavam também a ser divulgados em Portugal, primeiro pelas elites endinheiradas estrangeiras, depois pelas nacionais. O culto deste bem-estar físico entendia agora a pele bronzeada como um sinal de riqueza, indicativo da abundância de tempo e de recursos financeiros que permitiam despender algum tempo em estâncias de veraneio como a concebida por Fausto de Figueiredo.

**Barco à vela junto  
à Praia do Tamariz**

[AHMCSC/AEMP  
HPL/A/001/512]

**Partida de ténis  
no Campo de Ténis  
do Estoril**

[AHMCSC/AEMP  
HPL/A/001/558]





**Baile no Casino do Estoril**

[AHMCSC/AEMP/HPL A/002/008]

Este fator foi exponenciado durante o regime de Salazar por via da promoção feita da prática desportiva como meio para se chegar ao idealizado Homem Novo, enquanto símbolo da regeneração moral e física pretendida para o povo português. A designação utilizada durante o Estado Novo para aludir a este espaço, Costa do Sol, começara já a ser ouvida no ano de 1928. Pouco a pouco, mais do que uma designação geográfica, este rótulo passou a representar um habitus de vida e de lazer único no universo das rotinas turísticas autorizadas pelo regime político permitido pela revolução de 1926. Na verdade, arquitetavam-se para este microespaço ousados padrões sociais e de lazer para inglês ver (como referiram, por exemplo, Branca de Gonta Colaço e Maria Archer, no ano de 1943) com o intuito de demonstrar ao exterior a imparcialidade nacional, anunciada por Salazar em setembro de 1939.

A Linha do Estoril surgia, assim, como um espaço que acolhia a diferença, e que funcionava como um bilhete-postal destinado fundamentalmente ao público estrangeiro, a quem era transmitida a mensagem de que esta era uma “Nação” tolerante e multifacetada, que aceitava até os hábitos e costumes pautados por um luxo e por uma sofisticação que destoavam daquilo que era apregoado e permitido à maioria da população nacional.

O seminário *Os 100 Anos do Projecto Estoril: 1914-2014* evoca a data de 20 de maio de 1914, ocasião em que Fausto de Figueiredo exibiu na Assembleia Nacional a brochura *Estoril, estação marítima, climática, thermal e sportiva*. A divulgação institucional deste projeto de planeamento e desenvolvimento do Estoril serviu igualmente para apresentar a Sociedade Figueiredo e Souza Limitada enquanto entidade dinamizadora da construção e da exploração dos hotéis, casinos,

António Ferro



estabelecimentos termais, jardins e parques a construir nos terrenos recentemente adquiridos. Esse documento derrubou qualquer dúvida que pudesse existir quanto à vontade de Fausto de Figueiredo de transformar realmente o Estoril numa estância de renome internacional. O plano foi intensamente promovido junto das embaixadas acreditadas em Portugal e divulgado pela imprensa nacional e estrangeira, e o êxito e o renome pretendidos parecem ter sido de facto alcançados a fazer crédito, por exemplo, na imprensa mais ou menos especializada da época, como é o caso da publicação *Rádio Nacional*, que referiu em dezembro de 1937:

“Hoje, o Estoril é a capital da linha de Cascais, por ser onde mais capital se tem gasto. E há uma cousa que caracteriza especialmente o Estoril: é o fausto. Façam o que fizerem as outras terras, a verdade é que nenhuma outra tem aquele fausto: largas avenidas asfaltadas, grandes palacetes, hotéis vastos, casinos, parques com palmeiras, é fausto em tudo e por todos os lados.”

[*Rádio Nacional*, 12 de dezembro de 1937: 5]

## 4. António Ferro, um anfitrião na Costa do Sol

Mas qual foi, então, a relação entre António Ferro e a glamorosa Costa do Sol sonhada e projetada por Fausto de Figueiredo? Tal envolvimento ocorreu de forma plena, pois que se concretizou quer no âmbito oficial, quer num âmbito mais pessoal, como irá ser demonstrado de seguida. Essa dualidade identifica e comprova o modo incontestável como a Costa do Sol e todo o luxo e a sofisticação que lhe estavam associados representavam oficialmente aquilo que de melhor a “Nação” podia exibir a visitantes ilustres, sobretudo estrangeiros, e dos quais se pretendia um retorno sob a forma de propaganda positiva do novo regime português.

Em 1931, ainda antes de ser diretor do Secretariado da Propaganda Nacional, Ferro fundou o Sindicato Nacional da Crítica e, nesse âmbito, organizou, em Lisboa, o IV Congresso da Crítica Dramática e Musical, que contou com a presença de Pirandello, Robert Kemp, Fabre Le Bret e Gerard Bauer, entre outros. O programa cultural preparado para acolher os congressistas incluiu diversas atividades, entre as quais um périplo pela zona dos Estoris para o que foi especialmente fretado um comboio.

Quatro anos depois, no ano de 1935, e já em plena chefia do dispositivo propagandístico que ele próprio terá convencido Salazar a criar, Ferro convidou um grupo de intelectuais estrangeiros para visitar Portugal. Maurice Maeterlink, Pirandello, Gabriela Mistral, Miguel de Unamuno e outros conceituados vultos culturais de então aceitaram o convite que incluiu uma verdadeira digressão por Portugal, guiada por António Ferro. Assim, após terem sido recebidos por Fernanda de Castro, esposa de Ferro, na Estação de Santa Apolónia, os visitantes embarcaram num périplo que começou em Lisboa, onde ficaram a conhecer os bairros antigos da capital. O programa proporcionava igualmente a reconstituição de um grandioso torneio medieval no Mosteiro dos Jerónimos, bem como visitas a museus e a monumentos, e a participação nas Festas de Lisboa e em outros momentos etnográficos e folclóricos. Posteriormente, foram mostrados aos convidados destinos como Curia ou Viana do Castelo, e naturalmente também o Estoril, sempre na companhia do melhor guia do regime, António Ferro.

Esta terá sido uma das iniciativas mais simbólicas dos primeiros anos do Secretariado, e tinha claramente a função de apresentar a nova “Nação” a reconhecidos vultos culturais internacionais numa ação que, à partida, parecia ser fundamentalmente turística, mas cujo objectivo principal era transformar estes convidados em promotores da nova “Nação” pelo mundo fora. Considerando o cuidado atribuído à escolha dos locais que os intelectuais convidados deveriam visitar e apreciar, é particularmente importante constatar como, mais uma vez, a zona dos Estoris fez parte de um itinerário criteriosamente escolhido.

Inúmeras publicações internacionais de Junho e Julho de 1935, como a *ABC*, *El Debate*, *Le Figaro* ou o *Daily Mail* elogiavam a viagem admiravelmente organizada por António Ferro e destacavam os encantos dos Estoris e da Costa do Sol, em geral, e com particular referência à estância termal, como fez Fernandez Florez no *Diario de Madrid*, 30 de junho de 1935. Também num dos volumes da obra *Ao Fim da Memória*, Fernanda de Castro refere esta como tendo sido uma “quinzena extraordinária mas difícil, inolvidável mas exaustiva” e na qual o marido, António Ferro reunira em Portugal a “fina-flor da intelectualidade europeia” (vd. Castro, 1988).

Este tipo de convites repetiu-se, sempre com o mesmo objetivo oficial: mostrar ao mundo a forma como Portugal recuperava de anos de tumultos e instabilidade, enquanto a restante Europa era vítima de conflitos bélicos. Pretendia-se que os convidados replicassem esta informação nos países de origem, em suma, que fossem eles os turistas que propagandeavam o novo estado português. Os *Cadernos da Revolução Nacional. Portugal de Ontem. Portugal de Hoje. Portugal de Amanhã* referem as visitas destes intelectuais como sendo “ótimos elementos para que o nosso País, as suas instituições, a sua índole, a sua arte e as suas belezas panorâmicas e riquezas artísticas sejam mais conhecidas, mais justamente apreciadas no Estrangeiro” (*Cadernos da Revolução Nacional. Portugal de Ontem. Portugal de Hoje. Portugal de Amanhã*, s/d: 63). Por seu turno, o próprio António Ferro afirmou que os convites tinham o objetivo de “esclarecer” a opinião política internacional sobre o “caso português” (Ferro, 1943: 14-15). Independentemente dos fundamentos oficiais para as incursões, certo é que se terão tratado de momentos, nos quais o turismo esteve claramente ao serviço da propaganda da “Nação” em cenários arquitetados e supervisionados pelo principal responsável da propaganda da “Nação”.

## 5. A família Quadros Ferro na Costa do Sol

Escute-se, de novo, a voz de Fernanda de Castro para melhor se compreender, agora, o vínculo pessoal que unia Ferro e a família Quadros Ferro, em geral, à Costa do Sol, nomeadamente através da ligação da família à Quinta da Marinha, onde passavam longos períodos de férias, e ainda de um empreendimento hoteleiro a cargo precisamente de Fernanda de Castro.

A propósito da primeira, a escritora conta-nos, na já citada obra *Ao Fim da Memória*, deliciosos episódios acerca das rotinas de sociedade que aconteciam por aquelas paragens:

Durante quinze anos tive a sorte de ter uma casa, alugada, na Marinha de Cascais. Primeiro uma casa bastante pequena, completamente escondida entre os 32 pinheiros. Mais tarde, já não sei porquê, mudámo-nos para uma muito maior, muito bem situada, actualmente o Clube da Marinha. A Quinta da Marinha era deliciosa, ainda hoje o é, embora mais poluída e muito menos arborizada. Naquele tempo havia cerca de vinte casas dentro da quinta e, em todas ou quase todas elas, moravam amigos ou pelo menos pessoas com que mantínhamos relações amigáveis (...). Passávamos a vida em casa uns dos outros e inventávamos mil maneiras de nos divertirmos: campeonatos de brídege, de canasta e de boules, concursos de gastronomia, piqueniques, etc.

[Castro, 1988: 32]

O segundo exemplo do envolvimento pessoal de António Ferro e família com esta zona remete para uma iniciativa em que Fernanda de Castro foi empresária hoteleira. A propósito desta aventura que foi o Solar D. Carlos, empreendida após a morte de Ferro, pode ler-se o seguinte ainda em *Ao Fim da Memória*:

Resisti, sem mérito, a uma senhora que me propunha sociedade para a instalação dum pequeno hotel em Cascais. A ideia pareceu-me disparatada. Um hotel, porquê? Que sabia eu de hotéis, de instalações de hotéis? Absurdo. ...Até ao momento em que deparei com uma espécie de solar, no velho Cascais, com todos os rodriguinhos a que não sei dizer que não: capela com magníficos azulejos do século XVIII (...), sala de música com frescos em relativo bom estado de conservação e dois jardins provincianos, autênticos jardins de curé, absolutamente irresistíveis.

(...) A luta foi dura mas curta: formou-se a sociedade, arranjou-se dinheiro – nunca tive nada a não ser crédito –, alugou-se a casa e assim nasceu o Solar de D. Carlos.

Demos um suspiro de alívio, a minha sócia e eu, quando ao fim de quatro anos pudemos trespassá-lo sem prejuízo moral nem material, e até com um certo lucro (...). Ninguém compreendeu então que abandonássemos um negócio que, de certo modo, ia de vento em popa, mas ela e eu sabemos, sabemos muito bem porquê! O trabalho era de matar. Amáveis, ambas, por natureza, não tendo nem uma nem outra o mínimo profissionalismo, recebíamos os hóspedes como se fossem amigos íntimos, o que,

evidentemente, era bom para eles, mas extenuante para nós. Chegávamos à noite sorvidas, esmagadas pela simpatia, pela cortesia, pela amizade, por um pouco diria pelo amor dos nossos hóspedes – desde Lord e Lady Glasgow, que nos convidaram para o seu castelo do século XII, na Escócia, recheado de fantasmas, ou uma Miss Lovet-Hamilton, descendente da famosa Lady Hamilton, que queria à viva força dar-nos de presente móveis e tapetes preciosos que tinha na sua casa de Londres e que, dizia ela, não lhe faziam a mínima falta, até Marguerite Yourcenar, que passava os dias escrevendo no jardim.

[Castro, 1988: 43]

## 6. A memória de Ferro

Foi inicialmente referido que António Ferro terminou a sua vida pública como diplomata em Berna e em Roma. Voltou ainda a Portugal, onde veio a falecer no ano de 1956. As autoridades da Costa do Sol, nomeadamente os agentes da indústria turística, fizeram também parte das vozes que se manifestaram nesse momento. O *Boletim da Junta de Turismo do Estoril*, de 15 de novembro de 1956, poucos dias após o óbito, na rubrica “Apontamento da Semana” escreveu que a “obra deste homem está palpável, visível, patente aos olhos de nós todo”, caracterizando-o como um “renovador das letras e das artes” e como um “homem de rara visão para as coisas de turismo, campo onde sobretudo a sua acção mais se fez sentir” (*Boletim da Junta de Turismo do Estoril*, 15 de novembro de 1956).

Em janeiro de 1957, o boletim de informações da Junta de Turismo do Estoril, *Costa do Sol*, publicou o artigo “Morte de António Ferro”, de Augusto d’Esaguy (este artigo replica uma carta de Augusto d’Esaguy dirigida a Fernanda de Castro no ano anterior, logo após o óbito de António Ferro), de onde se destacam afirmações de emoção e consternação nos meios artísticos, político e social pela morte de Ferro (vd. d’Esaguy, 1956)

Por deliberação da Câmara Municipal de Cascais, em 16 de fevereiro de 1968, a toponímia da zona eternizou o vínculo ao batizar como Rua António Ferro uma artéria de São João do Estoril.

Esta sumária apresentação encontra-se naturalmente longe de esgotar os vínculos conhecidos e outros ainda por identificar que terão unido António Ferro e Fausto de Figueiredo, nomeadamente como resultado da existência de um espaço tão multifacetado e significativo como o Estoril. Pretendeu-se somente aludir a encontros e partilhas com o propósito de exaltar dois vultos ímpares que agenciaram atividades e iniciativas determinantes para a atual cultura turística portuguesa.

À laia de remate, quem melhor do que a própria esposa e companheira de António Ferro, Fernanda de Castro, para concluir acerca do que aqui se apresentou? Numa crónica manuscrita, não datada e intitulada “Lisboa-Sintra-Cascais-Lisboa”, a escritora sintetiza aquilo que se pretendeu transmitir com esta intervenção, i.e. a intensidade da relação entre António Ferro e os Estoris, quando afirma:

a beleza decorativa e cenográfica dos Estoris e de Cascais já não detêm António Ferro, pois que ele já lhe conhece todas as manhas.

[Castro, 19(??): 43]

## • Agradecimentos

A autora agradece a disponibilidade e a amabilidade da Fundação António Quadros – Cultura e Pensamento, na pessoa de Mafalda Ferro, sua presidente, que, mais uma vez, facultou livre acesso ao acervo de António Ferro.

## • Bibliografia

*Boletim da Junta de Turismo do Estoril*, 15 de novembro de 1956.

*Cadernos da Revolução Nacional. Portugal de Ontem. Portugal de Hoje. Portugal de Amanhã (s/d)*. Lisboa: Edições SPN.

Castro, Fernanda de (2007) *Ao Fim da Memória II*. Mem Martins: Círculo de Leitores. Coleção Obras Completas de Fernanda de Castro.

Colaço, Branca de Gonta e Maria Archer (1999) [1943] *Memórias da Linha de Cascais*. Edição Fac-similada. Vila Real de Santo António: Câmara Municipal de Cascais e Câmara Municipal de Oeiras. Parceria A. M. Pereira.

*Diário de Madrid*, 30 de junho de 1935. Fundação António Quadros, recorte disponível em CAIXA 005A - recortes de imprensa acondicionados em capilhas ou cadernos. Capilha IV - Visita dos intelectuais estrangeiros, 1935/1936.

*Diário de Notícias*. Ano 72.º, N.º 25023, 14 de janeiro de 1936.

*Diário de Notícias*. Ano 72.º, N.º 25026, 17 de janeiro de 1936.

Esaguy, Augusto d' (1956) Carta dactilografada com assinatura manuscrita de Dr. Augusto d'Esaguy, em papel timbrado da Junta de Turismo de Cascais, dirigida a Fernanda de Castro, 13 de Novembro. Fundação António Quadros, Processo "A propósito da morte de António Ferro".

Ferro, António (1936). Fundação António Quadros, Caixote 015A, AF.

\_\_\_\_\_ (1940). Fundação António Quadros, Caixote 015A, Envelope I.

\_\_\_\_\_ (1943). *Dez Anos de Política do Espírito. 1933-1943*. Lisboa: SPN.

\_\_\_\_\_ (1948). Fundação António Quadros, Caixote 015A, Discursos de AF, Envelope III. Informação n.º 1328 SNI.

Fonseca, Joaquim Roque da (1936) "O DISCURSO DO SR. ROQUE DA FONSECA, ORADOR OFICIAL DO CONGRESSO", in *I Congresso Nacional de Turismo*. IV Secção: 49-65.

Guerra, Cidalisa Maria Ludovino (2002) *Do fervor modernista ao desencanto do regime instituído. António Ferro (1895-1956) ou o Retrato de uma personalidade em luta*. Dissertação de Mestrado em Estudos Portugueses. Cultura Portuguesa Contemporânea. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

Lemos, Álvaro Viana de (1936) "Excursionismo Popular – Turismo Médio", in I

*Congresso Nacional de Turismo*. II Secção.

*O Seculo*. 30 de setembro de 1934, Ano 54.º. Número 18.860.

"O SECULO" e o Congresso, suplemento de *O Seculo*, 13 de Janeiro de 1936, Ano 55.º. Número 19.335.

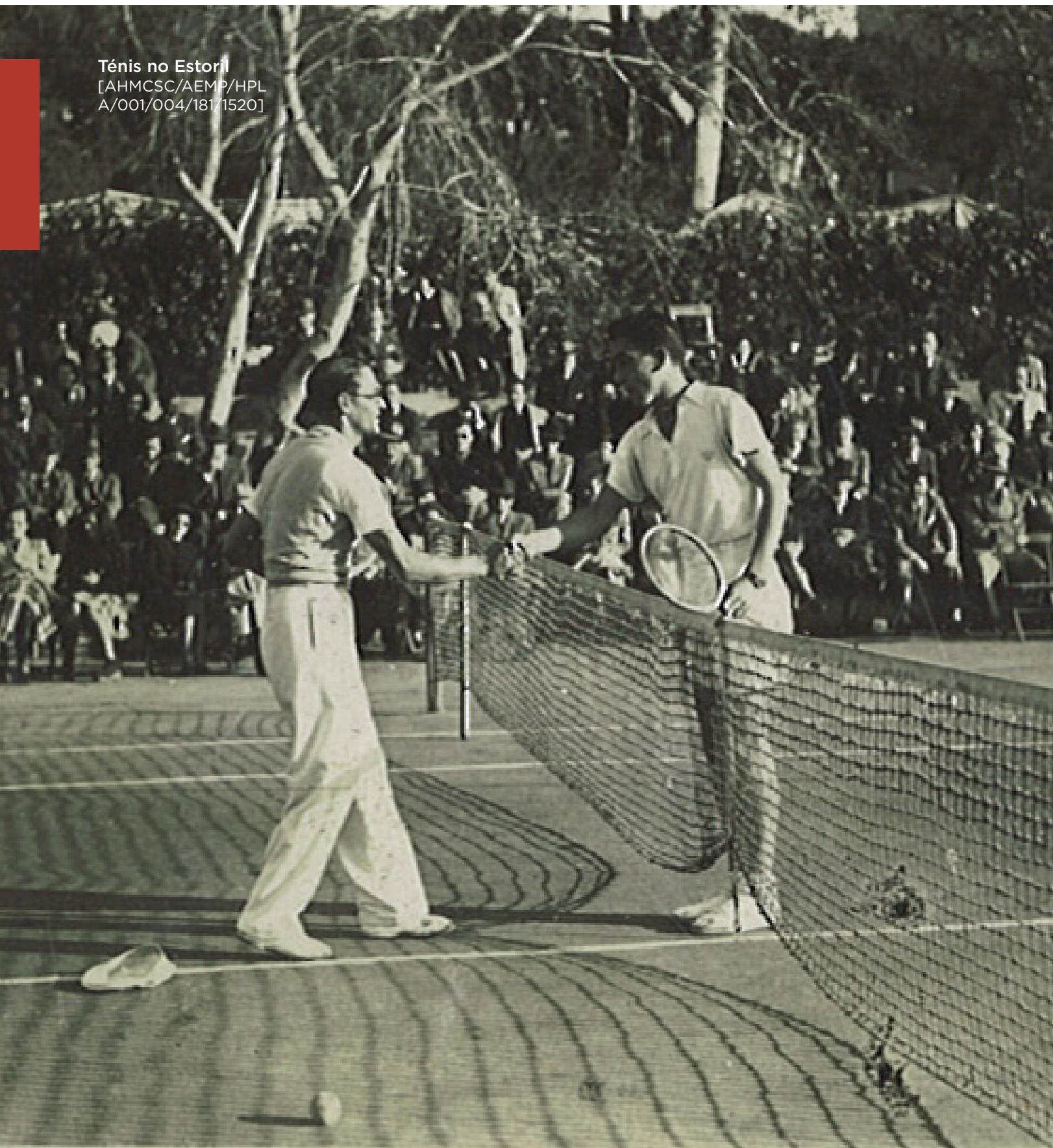
*Rádio Nacional*. 12 de dezembro de 1937. Ano I – N.º 20. Lisboa: Comissão Administrativa dos Estúdios das Emissoras Nacionais.

Portela, Artur (1987) *Salazarismo e Artes Plásticas*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

## Cristina Carvalho

Doutorada em História (Regional e Local), docente na ESHTe e investigadora no Centro de História da Universidade de Lisboa UID/HIS/04311/2013.

**Ténis no Estoril**  
[AHMCSC/AEMP/HPL  
A/001/004/181/1520]



# O MERCADO BRITÂNICO OS DELEITES TURÍSTICOS NO ESTORIL DOS ANOS 30

Cristina Carvalho

Esta reflexão sobre a História do Turismo no Estoril tem por base a tese de doutoramento da autora, intitulada *O Turismo no Eixo Costeiro Estoril-Cascais (1929-1939): Equipamentos, Eventos e Promoção do Destino*. De modo a celebrarmos os 100 Anos do Projecto Estoril recordaremos as atracções então oferecidas na estância para bel-prazer do principal mercado emissor: o britânico. Dividido em quatro áreas, abordar-se-ão temas como a atractividade primordial do microclima cascalense, a criação da estância por Fausto Figueiredo, o *vício* anglófono do Golfe e outras atracções e lazeres *in situ*. Mas comecemos por breve tentativa de definição conceptual.

O termo *Turismo* provém do inglês *tourism* (derivado do francês *tourisme* e *tour*), enraizando-se nas práticas educativas do *Grand Tour* britânico que, com o advento da Revolução Industrial, transformou a viagem não laboral considerando meios de transporte, distâncias, serviços e destinos (Machado, 1977, p. 353); até à Segunda Guerra Mundial verificou-se a hegemonia de viajantes abastados, pelo que, nos meios intelectuais anglo-saxónicos, o conceito era, desde 1930, defendido por Arthur Bormann como prática de intentos hedonistas, comerciais, profissionais e afins, alargando-se o leque de motivações e considerando-se a ausência demorada da residência habitual (apud Sirgado, 1990, p. 39). A prática regular da viagem na Grã-bretanha justificou cedo a visão abrangente do fenómeno, contudo, segundo Licínio Cunha (2006), há cerca de um século que se tenta conceptualizar o fenómeno *Turismo*, mas a tarefa não tem sido fácil, visto nenhuma proposta ter ainda reunido consenso (p. 21). Em 2001 a própria Organização Mundial do Turismo (2001) admitiu esta dificuldade face à multidisciplinaridade do termo (p. 35).

Vila estival dos Bragança desde 1870, Cascais perdeu fulgor no dealbar da República, ao invés de Monte e Estoril, urbanizados pelas Companhia do Monte Estoril e Sociedade Estoril, respectivamente. As práticas turísticas no Monte iniciaram-se na década de 1880 com a chegada de portugueses e britânicos,

buscando estes últimos a amenidade da estação fria. O clima foi, portanto, o factor primordial de atractividade e, em 1930, dois guias turísticos londrinos reiteravam a sedução dos Estoris cosmopolitas e de Cascais. De facto,

1) o *Satchel Guide* aconselhava Estoril, Monte e Cascais, estâncias detentoras de clima primaveril anual, sendo a Baía o elemento agregador da “Portuguese Riviera” (Crockett & Crockett, 1930, p. 389);

2) o reputado *Cook’s Traveller’s Handbook* adjectivava equipamentos e lazeres oferecidos no Estoril, a flora odorífera do Monte e a identidade histórica de Cascais (Elston, 1930, p. 535).

Este estudo recorda os esforços edificadores e promocionais que modelaram a imagem do triângulo com os vértices Estoril (*resort* plural), Monte (*resort* climático) e Cascais (*resort* paisagístico e etnográfico), e conduziram à fixação do termo (e do território) *Costa do Sol* pela Lei nº1909, de 22 de Maio de 1935. Depois de, em 1914, Fausto Figueiredo submeter a avaliação governamental a proposta *Estoril – Estação Marítima, Climática, Thermal e Sportiva*, constrangimentos súbitos impossibilitariam a plena concretização do projecto. Contudo, concessionários e promotores adaptar-se-iam à conjuntura e, já em 1939, a revista *Turismo* reconheceria que

Portugal sem a vida dos modernos Estoris, sem a sua «Costa do Sol», seria hoje muito menos conhecido no estrangeiro. Sem a vida cosmopolita dos Estoris, o nosso país seria qualquer coisa a menos... o velho Portugal continuaria com o seu relógio bastante atrasado da hora marcada nos moderníssimos cronómetros da Europa (*Turismo – Revista de Hotéis, Viagens e Actualidades*, Outubro/Dezembro de 1939, s/p).

## 1. O Clima como Factor de Atracção

Ao longo do século XIX, os fluxos de britânicos rumo ao Monte Estoril na demanda de Invernos amenos foram facilitados pela companhia de vapores que fazia escala em Lisboa. Segundo Bucknall & Boulay (1961),

It is not clear when visitors began to come out from Britain in the winter. The Booth Steamship Line started offering short winter visits at very reasonable rates in the yearly years of the century, but visitors also came for longer periods (p. 12).

À visão de Jim Ring (2004, p. 27) de ter sido a oposição a Napoleão que afastou os britânicos de estâncias continentais firmadas, levando-os a paragens distantes

como Madeira e Lisboa, Marc Boyer (2008) recorda que cedo os insulares associaram a vilegiatura climática ao eixo Estoril-Cascais, ao afirmar que “au Portugal, sous influence anglaise la villégiature hivernale s’implanta tôt, à Estoril et Cascais” (p. 129). James Henry Bennet (1816/1891) inovaria ao defender a Riviera francesa para patologias pulmonares, alicerçando-se o desenvolvimento de Nice na helioterapia, ali surgindo hotéis e sanatórios (Hale, 2009, p. 67); em Cascais, a conselho de médico inglês à esposa de D. José de Saldanha Oliveira e Sousa seria erguida, na década de 1880, a Casa de São José da Guia, por ser esse local acariciado pela corrente do Golfo (Falcão, 2005 [1970], p. 502). Igual razão levou o capitalista João Martins de Barros a instalar-se na Poça, em 1886, curando-se a sua filha com os ares do pinhal e do mar (Colaço & Archer, 1999 [1943], p. 299); a Barros se deveria a conversão do forte de Santo António da Cruz no exótico *Chalet* Barros. A transmutação alquímica do Vale de Santo António em *resort* internacional emularia ainda as experiências botânicas do Sul de França, pois

Com o progresso urbano o Estoril ia-se apropriando da flora mediterrânea, flora de uso e abuso em Nice, Mônaco, e toda a Riviera francesa e italiana. As palmeiras, os tamarindos, as araucárias, os cedros de várias espécies, as olaias que florescem em revoadas de perfume, as acácias que florescem em ondas de cor, os ciprestes, os eucaliptos, começaram a desenvolver o casario com seu abraço luxuriante (Idem, p. 303).

O Dr. Daniel Dalgado (1910) foi o arauto do microclima cascalense e, em 1906, no *15º Congresso Internacional de Medicina*, elogiá-lo-ia, pincelando uma polícroma aguarela discursiva, como se visualiza neste trecho. Assim:

The climate is such that boots never become mouldy, the pavements are not moist in the morning, the tiles are not covered with moss, and iron never gets rusty. (...) Some of the plants which flower only once a year elsewhere flower twice at Estoril, once, as usual, in the spring, and once again in the autumn or winter, so that Estoril is a veritable Land of the Two Springs and a Summer (pp. 36-37).

Dalgado fundamentava a sua certeza em evidências geográficas (Carvalho, 2014, p. 276), mas apenas duas décadas volvidas se estudariam as especificidades locais na senda do *13º Congresso Internacional de Hidrologia, Climatologia e Geologia* reunido, em Lisboa, em Outubro de 1930. Nesse encontro científico, Narciso & Mata (1930), declarariam que “the climate of the Costa do Sol has an advantage by the combination of the thermal regularity of the Atlantic, without its fogs, with the thermal regularity of the Mediterranean, without its Mistral, which accounts for all its mildness and softness” (p. 26). Após comparação das temperaturas anuais verificadas na Costa do Sol e nas rivais francesas Biarritz e Nice, os autores coroavam as estatísticas afirmando que “there is no winter at the Costa do Sol, but only a

precocious spring, that there is almost no autumn, but only a prolonged summer” (Narciso & Mata, 1930, p. 35). A amenidade cascalense levaria o já Dr. Dalgado (1910) a apelidar o Estoril de *Terra das 2 Primaveras* (p. 37) e, segundo Ferreira de Andrade (1969), o coberto vegetal cascalense contabilizava cerca de 62% de espécies mediterrâneas, 7% de espécies atlânticas, 3% de endemismos e as 28% restantes de origens europeia e asiática. Por exemplo, na orla marítima predominavam pinhais, urzes e rosmaninhos e, das espécies exóticas introduzidas em finais do século XIX, destaquem-se palmeiras, tamarindos, hibiscos, buganvílias e acácias (pp. 94-99).

As condições climáticas justificariam a inauguração do solário de Dr. K. Shaw (AHMCSC/AADL/CMC/L-E/001-004/3626; AHMCSC/AADL/CMC/L-E/001-004/3639). Ao fim de 30 anos de especialidade, o clínico de Harley Street concluía terem os Estoris condições ímpares, numa área que “indubitavelmente virá a ser o mais importante, o mais rico centro e turismo do mundo! (O Século, 9 de Setembro de 1931, p. 2)” O aperfeiçoamento do estudo deveu-se à criação de estações climatológicas no Solário de Parede, em 1930, e na sede da Comissão de Iniciativa e Turismo de Cascais, em 1931; em acta, a Comissão registou o apoio de Ferrugento Gonçalves (residente no Monte e membro do Observatório Central de Lisboa) na conversão dos graus *Celsius* (C) em *Fahrenheit* (F), o que denuncia interesses promocionais junto a públicos anglófonos (AHMCSC/AACD/JTCE - Actas da Junta de Turismo de Cascais, Livro nº3 da CITC (1931-1933), 20 de Novembro de 1931, p. 4v). Nessa reunião acordar-se-ia ainda a aquisição de equipamentos como evaporímetro, termómetro de mínimas e máximas *Fahrenheit*, termómetro de máximas de irradiação solar e rosa-dos-ventos.

Em Janeiro de 1934, o *Diário da Manhã* noticiaria o movimento de hóspedes no Hotel Palácio, ao qual clientes se dirigiam “atraídos não só pelo belo clima do Estoril, como também pelas comodidades que este hotel apresenta” (*Diário da Manhã*, 8 de Janeiro de 1934, p. 9). Em Novembro, ali retornaria a actriz americana Frances Day para convalescer após acidente de automóvel em França; após breve passagem, em Junho, Day confessaria que, sempre que possível, procuraria “o clima, o sol e o sossego que existe neste privilegiado recanto de Terra” (*Modas & Bordados*, 5 de Maio de 1934, p. 5). Em Fevereiro de 1935, também o Duque de Connaught (primo de Jorge V) e a esposa, a Duquesa de Fife, regressariam para cura climática (*Portuguese Times*, 13 de Fevereiro de 1935, p. 1).

Além de hotéis havia no Monte a *Estoris Nursing Home*, “the only British nursing home in Portugal” (*Idem*, 23 de Janeiro de 1935, p. 8), com corpo médico e auxiliar insular, nela convalescendo a esposa do Sr. Scullard, *Surveyor for Lloyd’s Marine Register*, nova prova dos confortos ofertados *in situ* a esta poderosa clientela. Em 1936, Gibbons conjugaria o clima à diversidade sazonal de turistas, ao escrever que “There are two distinct seasons. There will be the fashionable winter of the English and the North Americans, and then in the summer they will get middle-class English and also the Spanish and the Argentines and the Brazilians” (p. 32).

**Estátua de Fausto  
Figueiredo no  
Parque Estoril**

[Fotografia da  
Autora]



Em Março desse ano, a Estação Climatológica da Comissão de Turismo foi visitada por Ladislau Gorczynski, “membro da Comissão Internacional de Radiação Solar” (AHMCSC/AACD/JTCE – Actas da Junta de Turismo de Cascais, Livro nº4 da CITC (1933-1935), 12 de Julho de 1935, p. 155), que a elogiou, sugerindo a compra de *solarigraph* que permitisse obter dados para um estudo que pretendia apresentar no próximo congresso, em Edimburgo. O sucesso do Monte como *resort* no início do século XX apelara visitantes distintos a fixar-se, como aconteceu com Fausto Figueiredo, em 1910, devido à frágil saúde da esposa. Clotilde Ferreira do Amaral tinha apenas um pulmão e um médico suíço recomendara os ares do Estoril; após o enlace, o casal fixou residência na encosta virada ao Vale de Santo António (“Estoril – Uma Realização Pessoal”, 2001, p. 21). Foi o que Marques Mata (1960) defendeu nas *Primeiras Jornadas Luso-Espanholas de Hidrologia Médica*, pois

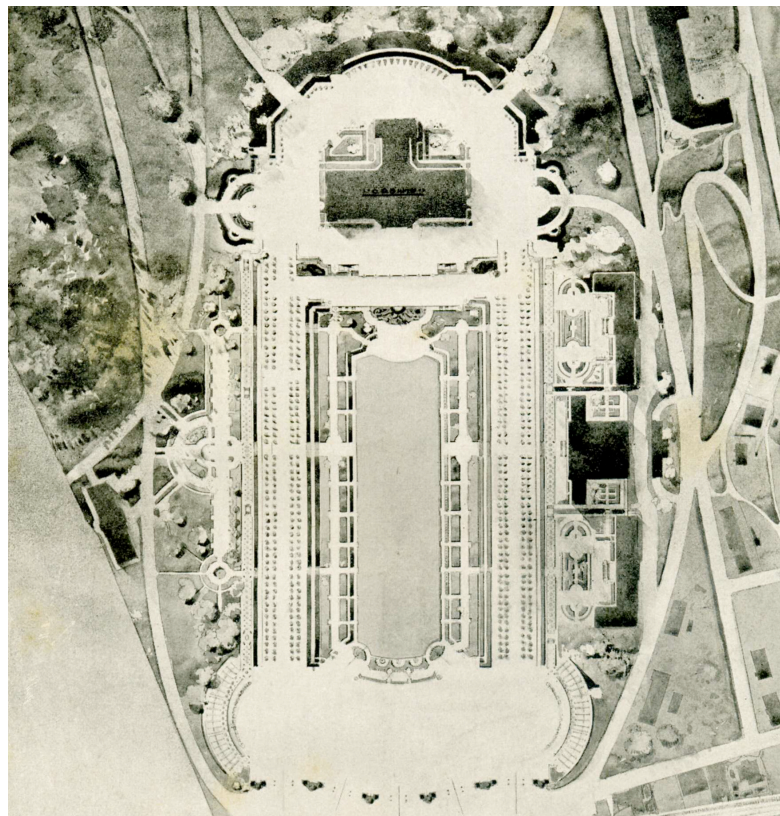
Não fora a regularidade do clima desta região para atrair, para almejada cura, a Ex.ma Senhora D. Clotilde Amaral de Figueiredo, que beneficiando do tratamento climático, determinou seu marido a fixar residência nestas paragens, nunca o Estoril poderia ter atingido o grau de progresso e de desenvolvimento que hoje possui (p. 38).

Figueiredo cedo percepcionou as potencialidades naturais do pinhal, adquirindo terrenos vários (como a Quinta do Viana) para delinear o *resort* de luxo que ponderou baptizar de “Estoril-les-Bains” (Hampton, s/d, s/p): para Licínio Cunha (2010), esta “foi uma iniciativa pioneira que só viria a ser aplicada, 50 anos depois, com o projecto de Vilamoura no Algarve” (p. 135).

## 2. Estoril: o Homem Sonha, a Estância Nasce

Fausto Cardoso de Figueiredo nasceu em 1880, completando o curso de Farmácia na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa (Vilarinho, 2008, p. 300); aos 30 anos casou com a filha de José Ferreira do Amaral, roceiro de cacau que o introduziu no palco socio-financeiro coevos. O criador do Estoril idealizaria a Casa de Portugal em Paris, integraria a organização do *I Congresso Nacional de Turismo* e a Comissão Peninsular de Turismo, falecendo a 6 de Abril de 1950 na casa do Pinhal Manso, no Monte. No rescaldo do *IV Congresso Internacional de Turismo*, realizado em Lisboa, em 1911, Figueiredo deslocar-se-ia a Paris para incumbir Henri Martinet de desenhar o projecto e, em 1914, submeteria à apreciação governamental a brochura *Estoril - Estação Marítima, Climaterica, Thermal e Sportiva* (Pinto & Mangorrinha, 2009, pp. 206-210).

Dos equipamentos a erigir destacamos hotéis, campo de golfe, *courts* de ténis e esplanada para passeios (reminiscência da *Promenade des Anglais*, em Nice). Além destes, no capítulo intitulado *O Futuro do Estoril* afluam-se pérgolas envidraçadas ao longo das (actuais) avenidas Clotilde e Aida para usufruto do mercado britânico, e sobre este imperativo estrutural recordamos Fred Gray (2006), para quem “the seafront parks and gardens, intricately related to the promenade, were a particularly critical dimension in designing the British seaside resort...[because they] domesticated the seaside, in a familiar and comfortable way” (p. 133). A urbanização do Estoril seguiu o modelo de Lozato-Giotart (1990) para espaços turísticos polivalentes e balneares, pois a sua criação implicou: (1) passeio marítimo; (2) distribuição de equipamentos ao longo da linha costeira; (3) residências secundárias acessíveis através do caminho-de-ferro; (4) sendo raros os espaços turísticos para o interior rural (pp. 84-87).



Plano da estância Estoril inserido na brochura de 1914 [Biblioteca Celestino Domingues]

Figueiredo iniciou as obras e, logo em Agosto, após visita ao estaleiro do futuro *resort*, o representante de um periódico lisboeta redigiria a peça onde fixaria a frase profética: “Vamos ao Estoril – ao Estoril que se prepara a desafiar a Riviera, Biarritz e Ostende” (*Ilustração Portuguesa*, 10 de Agosto de 1914, p. 165). O projecto seria avalizado e, sem demora, Figueiredo, o cunhado Augusto Carreira de Sousa e selectos contactos de negócios formariam a Sociedade Estoril, detentora de terrenos a urbanizar para fins turísticos. Martinet foi o primeiro arquitecto, mas cedo a parceria se revelaria tão frágil quanto as mal calculadas fundações dos edifícios e, à equipa francesa, seguir-se-ia uma nacional liderada por António Rodrigues da Silva Júnior (Silva, 1991, p. 50). O plano que se vaticinara exequível em dois anos seria atrasado por factores extrínsecos como a participação do país na Primeira Guerra Mundial e a instabilidade política portuguesa (apenas dominada após a instauração da ditadura militar a 28 de Maio de 1926).

### 3. O Vício Insular do Golfe

O plano faustino incluía um circuito de golfe de 18 buracos através de 5km de terreno, da autoria do Conde O’byrne, “secretario geral do *Golf Club* de S. Jean de Luz, e que expressamente veio a Portugal para este fim” (*Estoril – Estação Maritima*, s/p). Anos mais tarde, em carta dirigida ao ditador Salazar, Figueiredo recordaria que o campo não fora obrigatório por lei, mas revelara-se *indispensável* como atracção turística (ANTT/AOS/CO/FI-5, pt.18 [folha 561]). Para John Towner (1996), “in the late nineteenth century, another middle class recreation emerged. In Loweson’s (1993) words, golf was ‘land hungry’ and became an expression of middle class ‘spatial hegemony’ as areas of land became reserved for their exclusive use” (p. 238). Desde finais do Oitocentos que o Monte se assumia como estância de Inverno e, em simultâneo com a chegada de ingleses ligados ao cabo submarino de Carcavelos (1872), cedo se alterariam as práticas de lazer: de facto, os insulares seriam o nicho de mercado para quem se delinearía o campo de Golfe no Estoril. À inauguração a 30 de Março de 1929 assistiram o Embaixador de Inglaterra, o Presidente da República, ministros como o dos Negócios Estrangeiros e os autarcas de Cascais e Lisboa, elogiando-se o equipamento para satisfação de clientela definida, pois

veio preencher uma lacuna que muito se fazia sentir na linha de Cascais, onde a constante afluência de franceses e ingleses que cultivam este curioso género de desporto o impunha e justificava... continuando a Sociedade Estoril a cumprir o programa que se propôz levar a cabo e pretendendo marcar na via nacional um lugar de destaque (*O Século*, 31 de Março de 1929, p. 5).

O *Diário de Lisboa* publicaria peça a destacar o impacto que teria no público anglófono de ambas as margens do Atlântico. Leia-se:

O golf é, como se sabe, o desporto predilecto dos milionários americanos, dos políticos ingleses, é, de um modo geral, da sociedade elegante, de todos os países onde a cultura física não é apenas um desejo platónico das federações desportivas. Um bom campo de golf constitue... uma atracção indispensável (29 de Março de 1929, p. 4).

As obras por Charles de Gassiel remontavam a 1928, mas I. E. Coombes deslocara-se de Thurlston (Devonshire) para introduzir melhoramentos, sendo o campo aberto a 31 de Março de 1930 (*O Estoril*, 5 de Outubro de 1932, p. 8); a presidência do clube era exercida pelo Embaixador da Grã-Bretanha e pelo Major António Mascarenhas. Em Abril de 1931, anunciava-se que *A Parisiense* tinha peças para todas as ocasiões, mencionando-se o *course* no Estoril (*ABC*, 25 de Abril de 1931, p.14) e o aparato justificava-se, uma vez que

golf was a game in which class and status was a major consideration in every aspect of its organization, from the appointment of the right kind of person as the club secretary, to the administration of the new members... right down to the proper dress code (Hill, 2002, p. 143).



**Golf do Estoril**

[AHMCSC  
AEMP/HPL  
A/001/004/1188]

Ao longo de 1932 relatar-se-ia o estímulo que esta actividade provocava em vultos como o Almirante inglês (e veterano da Grande Guerra) John Jellicoe e o Coronel Stimson (Secretário de Estado de Roosevelt), tal como, a 8 de Maio de 1932, em carta ao ministro do Interior, Figueiredo congratular-se-ia pela afluência “sobretudo de estrangeiros de categoria e fortuna, o que até agora

não acontecia” (ANTT/MI/GM, mç.478, pt.7/1 [folha 107]). Não só a saturação da *Côte d’Azur* levava a elite britânica a destinos distantes, como também os preços apelativos a aliciavam até Portugal. Em carta de 10 de Agosto de 1932 do responsável pela Casa de Portugal em Londres, António Santos Mendonça, a António Ferro, líder do Secretariado de Propaganda Nacional, lia-se que

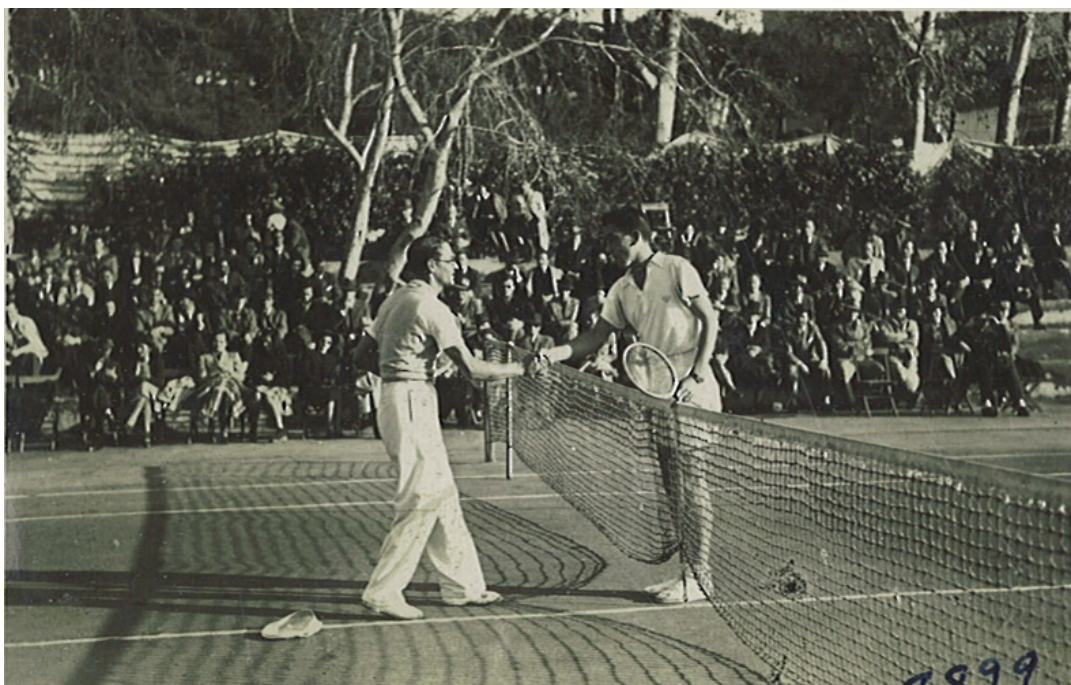
o Inglez por indole, viaja muito, e Portugal com o seu Estoril, Sintra, Bussaco, Leiria, Viana, Braga, Evora, Algarve, etc. está muito em moda em resultado de um pouco de despeito pela ‘Côte d’Azur’ e principalmente porque é mais barato (ANTT/SNI, cx.494).

Além dos motivos expostos, a suavidade do Inverno cascalense ditava a sua lei como se lê em *O Meu Portugal*, do brasileiro Guilherme D’Almeida (1933). Estabelecido no Estoril, o repórter caracterizou a atmosfera em Fevereiro de 1933, ao escrever que “[h]ouve em São Paulo uma grande Guerra; e houve um grande inverno em Inglaterra. Resultado: o Estoril ficou cheio de paulistas refugiados e de ingleses rheumaticos. E por todos os Estoris - o Alto, o Monte...- só se ouve falar paulista e inglez” (p. 48); a longa estada não se revelava penosa para os residentes da mística *Albion*, tanto que se cruzara com um insular que cantarolava um hino ao *resort*. Ei-lo:

“Terra, adorada,  
Entre outras mil,  
E’s tu, Estoril” (Idem, p. 50).

Quanto a reuniões de peso, em Setembro de 1932 realizou-se o *13º Congresso da FIDAC* (Federação Internacional dos Antigos Combatentes), sendo a delegação inglesa a primeira a chegar e os dezanove elementos instalados no Hotel Palácio dedicar-se-iam à prática do golfe até ao início dos trabalhos (*Diário de Lisboa*, 30 de Agosto de 1932, p. 4). Em 1933 chegou a ser ponderada a criação do *Golf Hotel*, da autoria do arquitecto berlinense Lesser, cuja exploração poderia ser realizada por “EWALD KREPSCHMAR, grande hoteleiro alemão” (ANTT/AOS/CO/FI-5, pt. 18 [folha 482-502]). O equipamento teria 281 quartos com 320 camas e casas-de-banho privativas para os clientes, mais 42 quartos com 104 camas para empregados. Virados a Sul e ao oceano, os quartos seriam escalonados em *terrasse*, permitindo exposição solar ao longo do dia. O encargo total ascendia à soma astronómica de 16.360.000\$00, pelo que Lesser remetia uma detalhada projecção sobre receitas e lucros directos (*Idem* [folha 485]) para atenuar o choque dos valores, mas a sugestão foi recusada pelos analistas financeiros do regime.

No raiar de 1934, a estada do antigo Primeiro-Ministro britânico David Lloyd George, confirmava a estância como palcos de luxo frequentado pela elite europeia. O Golfe era distracção de imperativo canónico que não dispensava, a ponto de se noticiar que “Lloyd George trabalhou hoje no seu livro desde as 6 da manhã e, com excepção da sua hora de «golf», não abandonou a mesa de trabalho até ao fim do dia” (*Diário de Lisboa*, 15 de Janeiro de 1934, p. 4). Esta presença daria azo a uma anedota que imaginava entrevista entre George e Salazar: nela o inglês convidava o luso para uma partida de golfe e um jogo de ténis, mas Salazar recusava os jogos de campo por apenas saber jogar... ao rapa (Oliveira, 1998, p. 95).



**Ténis no Estoril**

[AHMCSC  
AEMP/HPL  
A/001/004/181/1520]

Aos olhos do visitante britânico a paisagem do *course* seduzia pelos vislumbres paisagísticos que se estendiam entre Sintra e o Tejo, e pela policromia de centáureas, anémonas, alfazemas e maravilhas botânicas afins (*The Anglo-Portuguese News*, 22 de Janeiro de 1938, p. 2). Em Março de 1935 relatava-se a evolução dos melhoramentos do arquitecto MacKenzie Ross, com 50 homens a desbastar e nivelar o terreno, aos quais juntar-se-ia *Mr. Chapman*, capataz da firma Sutton & Sons, de Reading (*Portuguese Times*, 16 de Março de 1935, p. 5). A 16 de Maio de 1937 inaugurou-se o *green* de 18 buracos, no Alto do Picoto, para o qual Carlos de Oliveira Raposo delinear a pavilhão-sede com cabines, salas de estar, de jantar e de aula onde se ministraria ensino básico aos “cinquenta e nove rapazes que ali prestam serviço” (*O Século*, 17 de Maio de 1937, p. 2). Dez anos após a abertura, o Golfe era uma actividade já praticada tanto por homens, como por senhoras, nacionais e estrangeiros, sendo “um dos melhores elementos de atracção para o turista internacional” (*O Estoril*, 27 de Junho de 1937, p. 3), e a comprová-lo estava o convite da concessionária Sociedade Estoril-Plage aos oficiais da esquadra inglesa que sulcou o Tejo, em Fevereiro de 1939, para umas tacadas no *course*, seguidas de almoço no sumptuoso Hotel Palácio (*Diário de Lisboa*, 6 de Fevereiro de 1939, p. 5).

Tendo acima sido referido o campo de Golfe quase como um templo de sanidade para Lloyd George, impõe-se inserir um parágrafo sobre a religiosidade anglicana. Desde cedo os fluxos insulares justificaram a organização de missas nos hotéis do Monte e o envio, pela Igreja Anglicana, de Capelão para os meses de Inverno (Bucknall & Du Boulay, 1961, p. 12). A 21 de Março de 1932, seria Luís Vergani, proprietário-gerente do Hotel Paris, sito no Alto Estoril, a requerer aval para erigir edifício destinado ao culto protestante no perímetro da sua unidade, definindo-o como obra de “utilidade TOURISTICA, visto na COSTA do SOL frequentada pela COLONIA INGLEZA não aver ainda” (AHMCSC/AADL/CMC/L-E/001-004/3793). A necessidade de espaço condigno, aliada à generosidade dos contingentes residente e flutuante conduziria, a 10 de Fevereiro de 1935, à inauguração da igreja de São Paulo (*O Século*, 11 de Fevereiro de 1935, p. 7).

## 4. Outras Atracções & Lazeres Coevos

A 30 de Agosto de 1930 inaugurou-se o Hotel Palácio e o Presidente da República, General Óscar Carmona, agraciou Figueiredo com a Grã-cruz da Ordem de Mérito Agrícola e Industrial (*Diário do Governo*, II Série, nº220, de 22 de Setembro de 1930). A unidade de luxo foi desde cedo recomendada por associações automobilísticas através de placas afixadas como a que ostentava o timbre da *Automobile Association*, de Inglaterra (*Diário de Lisboa*, 16 de Agosto de 1932, p. 2) e, logo depois, assistiu-se à chegada do *Sud-Express*, o qual desde 1887 ligava Paris-Madrid-Lisboa. O ramal de Cascais foi inaugurado em 1889, arrendado à Sociedade Estoril, em 1918, por esta electrificado em 1926 e, dois anos volvidos, a empresa inauguraria a moderna estação terminal do Cais do Sodré, desenhada por Porfírio Pardal Monteiro. A 1 de Setembro de 1930 chegou ao Estoril a composição oriunda da *Gare d’Orsay* (*Notícias da Costa do Sol*, 6 de Setembro de 1930, p. 18) e, em sentido inverso, a ligação Estoril-Paris saiu dia 2 de Setembro de 1930. Em artigo de opinião, Fausto Figueiredo seria aplaudido pela valorização da imagem do Turismo em Portugal (*Diário de Lisboa*, 10 de Outubro de 1930, p. 2); quatro décadas depois, o filho António Amaral de Figueiredo (1971) resgataria a afirmação popular de quem via passar as composições eléctricas e, sem outro termo cultural comparativo, comentava “lá vão as vacas do Fausto” (p. 11).

O exotismo dominava o britânico que, mudando de carruagem à entrada da Península, a percorria em locomotiva a carvão e, em Alcântara-Mar, prosseguia rumo à *civilização* na Costa do Sol, daí defender-se que os comboios eléctricos vieram “imprimir a esta zona uma nota de elegância que os combóios a vapor não lhe podiam dar” (*Lisboa-Estoril*, 29 de Setembro de 1932, p. 9). No âmbito da Literatura de Viagens (Carvalho, 2014, p. 280), enquanto Gibbons (1936) explicaria a diferença de bitolas europeias (p. 170), Smithes (1931), maravilhado com o traje das funcionárias das passagens de nível, descrevia-as como sendo

“women, in uniforms of blue striped skirts, short jackets, and black felt hats, stand with signal flags by the gates of the level crossings” (p. 53). O serviço do *Sud* seria interrompido entre 1936 e 1939, restabelecido a 1 de Agosto de 1939, mas depressa foi suprimido devido à nova Guerra em curso.

Quanto ao Jogo, em 1927 a ditadura militar legislá-lo-ia pelo decreto nº14:643 de 3 de Dezembro e, em Junho de 1928, seria publicada a *Acta do contrato entre o Governo e a Estoril Plage (Diário do Governo, II Série, nº147, de 29 de Junho de 1928)*. O Casino do Estoril abriria ao público em Agosto de 1931 e, em obra de 1936, Gibbons demarcaria o ambiente respeitável da estância pela ausência de suicídios e escândalos, comparando Guilherme Cardim a *Monsieur François Blanc*, do Mónaco, ironizando que o Estoril não era “a wicked place... in fact, it is so respectable that Mr. Lloyd George once went and stopped there” (p. 32).

No âmbito de eventos e competições começa-se pelo Carnaval. O seu usufruto turístico devera-se a ingleses de passagem pela Riviera (os *hivernants*), a partir de 1876, sendo a Batalha de Flores a versão sublimada da caótica festa pagã. Em Portugal, Fevereiro de 1931 reluziria com a estada do Príncipe de Gales (futuro – e efémero –Eduardo VIII) para assistir à Batalha das Flores no Monte Estoril, estando inscritos no Corso “dois mil automóveis, 500 carros ornamentados e 300 trens” (*O Estoril*, 15 de Fevereiro de 1931, p. 1) para desfile na Avenida de Sabóia. As exposições de flores eram outro momento que seduzia britânicos e pavoneava as benesses de solos e microclima locais, com as primeiras a decorrer em Outubro de 1931 (*Diário de Lisboa*, 30 de Outubro de 1931, p. 4). Em Setembro de 1934 surgiu a *1ª Exposição Canina Internacional*, transpondo-se uma prática já enraizada em *resorts* gauleses, pois

Monte Carlo, Nice, Cannes, Biarritz, San Sebastian e, de uma forma geral, todas as grandes praias de moda e internacionais de França e de Inglaterra, consideram parte indispensável no quadro das suas atracções e das suas demonstrações de civilização e de cultura, uma exposição de cães de caça. O Estoril não pode deixar de seguir-lhe a atenção (Idem, 4 de Agosto de 1934, p. 3).

Em termos desportivos, além de provas regulares de ténis nos *courts* perto do Casino (onde hoje se situa o Centro de Congressos), as regatas cascalenses, as provas automobilísticas e um leque de distintas modalidades eram igual factor de atracção. Por exemplo, em Agosto de 1936 organizou-se a *1ª Semana Náutica Internacional do Estoril* disputada por equipas de Inglaterra, França, Bélgica e Portugal, cabendo a vitória aos gauleses (*Os Sports*, 21 de Agosto de 1936, p. 1); no domínio automobilístico releve-se o *Circuito Internacional* de 15 de Agosto 1937. Ao longo do Parque Estoril competiram pilotos então famosos como o brasileiro Benedito Lopes, o inglês E. K. Rayson e os lusos Vasco Sameiro, Jorge Monte Real e (o actual realizador de cinema) Manuel de Oliveira: o último concorrente nomeado seria o vencedor ao volante de um *Ford* (*ACP*, Julho de 1937, pp. 11-14).

O Cocktail Estoril  
2014/Fausto  
Figueiredo,  
inspirado em  
receita de 1935

[Acervo Fotográfico  
da ESHTe]



A estada de britânicos seria alvo de astuta programação, com a *Estoril-Plage* e a Sociedade de Propaganda da Costa do Sol a dominar as subtilezas psicológicas deste nicho de mercado, bajulando o ego do cliente endinheirado, como comprovam (1) batidas às raposas nas matas cercanas, em Fevereiro de 1934; (2) jantares de gala no Casino, no dia do patrono São Jorge, em Abril; ou (3) a suspensão dos jantares de gala, em Janeiro de 1936, “por motivo do falecimento do Rei de Inglaterra” (*O Século*, 23 de Janeiro de 1936, p. 2). A comunidade radicada também acolhia conterrâneos flutuantes, daí o *Portuguese Times* publicar a receita do *Estoril Cocktail*, em Janeiro de 1935, o qual incluía raspas de laranja, *Booth’s dry gin* e Vermute, servindo-se com azeitonas de Elvas e amêndoas salgadas, e brindando-se “with compliments to the Sunny Coast of Estoril” (*Portuguese Times*, 30 de Janeiro de 1935, p. 7). O crescente apelo da Costa do Sol levaria a que, a 2 de Fevereiro de 1936, nascesse a ligação aérea Lisboa-Londres (Sintra-Croydon) com recurso a trimotores da *Crilly Airways Ltd*.

Em 1938, uma nova fase nas relações bilaterais trouxe a Lisboa a Missão Militar Inglesa. Nos pontos da agenda de trabalhos cifraram-se a inexistência de base naval em Lisboa e o ensejo dos portugueses em garantir a protecção da fronteira terrestre, mas o desinteresse inglês no rearmamento do aliado conduziria ao fracasso das negociações (Duarte, 2010, pp. 132-144); quanto ao programa social, a estada da Missão incluiu um passeio a Sintra-Cascais, seguido de almoço no Hotel Palácio, torneio de ténis e banquete oferecido pelo governo, no Estoril. Quando em 1939 eclodiu a Segunda Guerra, Portugal hasteou a bandeira da neutralidade (por falta de meios de defesa) e Londres aceitou a posição (Marques, 2001, p. 673).

## 5. Reflexões Finais

Com objectivos comerciais e promocionais, em Fevereiro de 1931 surgiria a Casa de Portugal em Paris (decreto nº19:333 de 10 de Fevereiro de 1931) e Fausto Figueiredo integraria o seu conselho administrativo (*Diário do Governo*, II Série, nº123, 29 de Maio de 1931); em Julho inaugurar-se-ia a Casa em Londres (decreto nº20:104 de 25 de Julho de 1931), com regulamento similar ao da gaulesa. A nível diplomático, desde 1931 que a Costa do Sol acolhia “emigrados políticos” (*O Estoril*, 29 de Abril de 1934, p. 1) espanhóis e, no tecido social de refugiados residentes e de familiares que os reviam no Verão, recorde-se a posição da OMT para apenas considerar os segundos como visitantes com intentos turísticos. Os danos à imagem lusa derivados da eclosão da Guerra Civil vizinha resultariam de rumores sobre a estabilidade territorial lusa; e se cedo os britânicos arrepiariam caminho, a Casa em Londres não tardaria a desmentir situações através de publicados na Imprensa insular “em que se mostra a tranquilidade que se goza no nosso País, pelo que os turistas o devem preferir para passarem o inverno” (*O Século*, 19 de Novembro de 1936, p. 8). Como refere o historiador Hugh Kay (1970),

It was because of Portugal’s sympathy for General Franco’s Nationalists in the Spanish Civil War that critics abroad began to attach the Fascist label to the Portuguese regime... Life, however, in the peninsula has never been open to quite such a simplified reading (p. 86).

Apesar de ter assinado o Acordo de Não-Intervenção na Guerra Civil, evidências contrárias levariam Londres e Paris a acusar Salazar de posição contrária, pelo que, em Janeiro de 1937, o ditador entregaria aos embaixadores carta a ilibar o país. Dias depois, atentados bombistas em Lisboa salvariam a face do regime junto da comunidade internacional e Salazar emergiria como o profeta que avisara sobre o perigo do poder republicano, em Espanha, para a Civilização Ocidental. Ao vislumbrar-se a vitória de Franco, Lisboa recebeu o pan-iberismo da Falange armada por Hitler, firmando-se um Tratado de Amizade, em Março de 1939 (Rosas, 1988, p. 24): no contexto europeu, acautelava-se a posição nacional e, para Fernando Dacosta (2009), “Salazar revelou-se de um maquiavelismo diplomático notável” (p. 70). O assalto a Danzig, pelos nazis, a 1 de Setembro de 1939, resultaria na declaração de guerra apresentada por Inglaterra e França, dois dias depois, e na invasão da Rússia de Estaline, à Polónia, a 17 de Setembro.

Em termos sonoros, a década de 1930 daria um filme com três tendências distintas: na primeira parte (1929-1933) escutar-se-ia *Jazz*, na segunda (1934-1936) *Folclore* e, na terceira (1937-1939), uma fusão entre o eco distante das metralhadoras centro-europeias, as gargalhadas dos assistentes às revistas populares exibidas

no Casino e o trino das guitarras portuguesas. Destruindo os mercados que se deslocavam nota-se a sazonalidade de britânicos no Inverno e espanhóis no Verão, e a periodicidade das deslocações de portugueses ao fim-de-semana.

Sobre o Lazer, alguns teóricos defendem que a acção do *Homo Ludens* tem sido mais significativa para a evolução das sociedades do que a do *Homo Faber* (Huizinga & Mumford apud Rojek, 2005, p. 46). Esperamos, assim, ter mostrado como equipamentos, eventos e imagem turística oferecidos, na década de 1930, foram fulcrais à estada e ao entretenimento de foragidos à carnificina da Segunda Guerra Mundial, na década seguinte. A nosso ver, nesse lapso temporal (ainda tão mal-amado pela memória histórica) o eixo Estoril-Cascais entrou na terceira fase de vida do destino turístico anunciada, em 1980, pelo Modelo de Butler (2004) : a do *Desenvolvimento* (p. 159).

Faltou apenas uma aventura do detective *Hercule Poirot* a bordo do *Sud-Express*, rumo ao Estoril, para Agatha Christie immortalizar o *glamour* coevo da estância Estoril (e até da restante Costa do Sol) na memória literária (e fílmica) europeia. Poirot orgulhava-se de ser belga, à semelhança da *Société Financière* de Bruxelas que auxiliou na electrificação da via-férrea Lisboa-Cascais, ou de Edgard Lipens e demais associados da *Amitiés Belgo-Portugaises* de Gand que tanto promoveu a Costa do Sol na Flandres. Reiterando que foi graças à admirável empresa consumada na década de 1930 que a imagem do Estoril se afirmou a nível internacional, termine-se com argumento de base promocional, pois:

No estrangeiro, mercê das acções internacionais de propaganda de Fausto de Figueiredo e pela Comissão de Iniciativa para o Fomento da Indústria de Cascais (criada em 1921) e pela Sociedade de Propaganda da Costa do Sol, o Estoril ganharia também grande visibilidade, sobretudo a partir dos anos trinta e, em definitivo, com a Segunda Guerra Mundial (Ferreira & Simões, 2010, p. 91).

## • Fontes e bibliografia

### Fontes manuscritas

Arquivo Nacional – Torre do Tombo  
Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência, FI-5, pt. 18  
Secretariado Nacional de Informação, cx. 494  
Arquivo Histórico Municipal de Cascais  
AACD – Arquivos da Administração Central Desconcentrada  
JTCE – Junta de Turismo da Costa do Estoril  
Actas da Junta de Turismo de Cascais  
AADL – Arquivos da Administração Local  
CMC – Câmara Municipal de Cascais

### Fontes impressas

Crockett, W. D., & Crockett, S. G. (1930). *A Satchel Guide to Spain and Portugal*. London: George Allen & Unwin, Ltd.  
Dalgado, D. G. (1910). *The Thermal Springs and the Climate of Estoril in Chronic Rheumatism and Gout during Winter*. Paris: Henri Jouve.  
D’Almeida, G. (1933). *O Meu Portugal*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.  
*Estoril – Estação Marítima, Climaterica, Thermal e Sportiva* (1914). Lisboa: Typographia A Editora Limitada.  
Elston, R. (1930). *Cook’s Traveller’s Handbook to Spain & Portugal*. London: Simpkin Marshall, Ltd.  
Gibbons, J. (1936). *Playtime in Portugal: An Unconventional Guide to the Algarves*. London: Methuen & Co. Ltd.  
Narciso, A., & Mata, M. (1930). *The Climate of Costa do Sol (Sun Coast)*. S/l: Sociedade de Propaganda da Costa do Sol.  
Smithes, M.F. (1931). *Things Seen in Portugal*. London: Seely Service & co. Limited.

### Fontes Legislativas

*Diário do Governo, I Série – 1927-1931*  
*Diário do Governo, II Série – 1928-1930*

### Publicações periódicas

*ABC* – 1931  
*ACP* – 1937  
*Anglo-Portuguese News (The)* – 1938  
*Diário de Lisboa* – 1929-1939  
*Diário da Manhã* – 1934  
*Estoril (O)* – 1931-1938  
*Ilustração Portuguesa* – 1914  
*Lisboa-Estoril* – 1932  
*Notícias da Costa do Sol* – 1930  
*Portuguese Times* – 1935  
*Século (O)* – 1929-1937  
*Sports (Os)* – 1936  
*Turismo – Revista de Hoteis, Viagens e Actualidades* – 1939

### Bibliografia

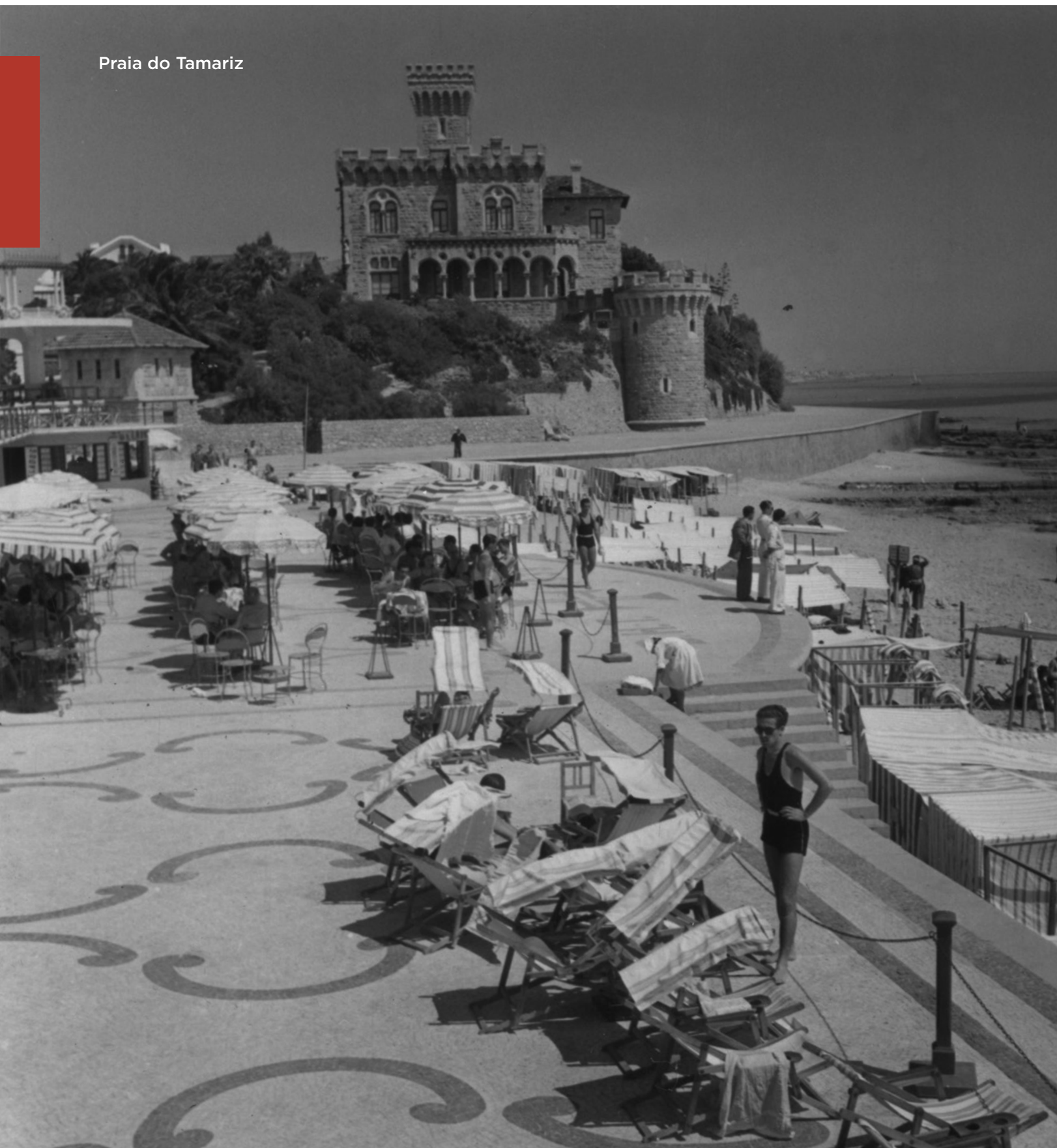
Andrade, F. (1969). *Monografia de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.  
Anjos, M. C. C. (2012). *O Turismo do Eixo Costeiro Estoril-Cascais (1929-1939): Equipamentos, Eventos e Promoção do Destino* (Tese de Doutoramento não publicada). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.  
Boyer, M. (2008). *Les Villegiatures du XVIe au XXe Siècle – Panorama du Tourisme Sédentaire*. Paris: Éditions EMS.

- Bucknall, M., & Du Boulay, D. (1961). *History of the Anglican Church on the Costa do Sol, Portugal: 1872-1960*. Lisboa: Centro Tipografia Colonial.
- Butler, R. (2004). The Tourism Area Life Cycle in the Twentieth-First Century. In Alan A. Law, C. Michael Hall, Allan M. Williams (Eds.), *A Companion to Tourism* (pp. 159-169). Malden/Oxford/Victoria: Blackwell Publishing.
- Carvalho, C. (2014). Anglophone Perceptions on the Estoril-Cascais Resorts back in the 1930s. In Sílvia Quinteiro and Rita Baleiro (Eds.), *Lit & Tour – Ensaio sobre Literatura e Turismo* (pp.269-290). Famalicão: Edições Húmus.
- Colaço, B. G., & Archer, M. (1999 [1943]). *Memórias da Linha de Cascais*. Vila Real de Santo António: Câmara Municipal de Cascais e Câmara Municipal de Oeiras.
- Cunha, L. (2006). *Economia e Política do Turismo*. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo.
- Cunha, L. (2010). A República e a Afirmação do Turismo. In *Viajar – Viajantes e Turistas à Descoberta de Portugal no Tempo da I República* (pp.129-138). Lisboa: Centenário da República 1910-2010 e Turismo de Portugal.
- Dacosta, F. (2009 [1997]). *Máscaras de Salazar*. (25ª ed.). Alfragide: Casa das Letras.
- Duarte, A. P. (2010). *A Política de Defesa Nacional 1919-1958*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- “Estoril – Uma Realização Pessoal”, *Dirhotel*, nº29, Julho/Agosto 2001, pp.20-25.
- Falcão, P. (2005 [1970]). *Cascais Menino*. (2ª ed.). Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2005.
- Ferreira, C.C., & Simões, J. M. (2010). Portugal Turístico ao Tempo da I República: Espaços, Lugares e Projectos. In *Viajar – Viajantes e Turistas à Descoberta de Portugal no Tempo da I República* (pp.77-98). Lisboa: Centenário da República 1910-2010 e Turismo de Portugal.
- Figueiredo, A. A. (1971). *50 Anos da Sociedade Estoril*. Lisboa: Litografia António Coelho Dias, Lda.
- Gray, F. (2006). *Designing the Seaside: Architecture, Society and Nature*. London: Reaktion Books.
- Hale, J. (2009). *The French Riviera: A Cultural History*. Oxford: Signal Books.
- Hampton, J. D. (S/d). *Cascais, do Passado ao Presente (Uma breve Resenha Histórica)*. S/l: S/e.
- Hill J. (2002). *Sports, Leisure & Culture in Twentieth-Century Britain*. Hampshire/New York: Palgrave Macmillan.
- Kay, H. (1970). *Salazar and Modern Portugal*. London: Eyre & Spottiswoode.
- Lozato-Giotart, J. P. (1990). *Géographie du Tourisme – De l'Espace Regardé à l'Espace Consommé* (3ª ed.). Paris/Milão/Barcelona/México: Masson.
- Machado, J.P. (coord.) (1997). Turismo. In *Dicionário Etimológico de Língua Portuguesa* (Vol. 5 Q-Z, p.353). (3ª ed.). Lisboa: Livros Horizonte.
- Marques, P. L. (2001). A Aliança no Século XX. In *Actas do I Congresso Internacional de Estudos Anglo-Portugueses* (pp.671-676). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Mata, M. (1960). “A Costa do Sol Hidrológica e Climática”. Separata de «O Médico» nº460. Porto: Tipografia Sequeira, Lda.
- Oliveira, B. (1998). O Príncipe Encarcerado – Apontamentos para um Perfil Psicológico de Salazar. In Amândio César *et al*, *Salazar sem Máscaras*. (2ª ed.). Lisboa: Nova Arrancada.
- Organização Mundial do Turismo. (2001). *Introdução ao Turismo* (Dolores Martin Rodriguez Corner, trad.), São Paulo: Editora Roca Ltda.
- Pinto, H. G., & Mangorrinha, J. (2009). *O Desenho das Termas, História da Arquitectura Termal Portuguesa*. Lisboa: Ministério da Economia e da Inovação/Direcção Geral de Energia e Geologia.
- Ring, J. (2004). *Riviera: The Rise and Rise of the Côte D'Azur*. London: John Murray Publishers.
- Rojek, C. (2005). *Leisure Theory: Principles and Practice*. Hampshire/New York: Palgrave Macmillan.
- Rosas, F. (1988). *O Salazarismo e a Aliança Luso-britânica (Estudos sobre a Política Externa do Estado Novo nos Anos 30 e 40)*. Lisboa: Editorial Fragmentos, Lda.
- Silva, R.H. (1991). *Estoril, Estação Marítima, Climática, Thermal e Sportiva – As Etapas de um Projecto: 1914-1932*. In *Arquivo de Cascais: Boletim Cultural do Município*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, nº10, pp.41-60.
- Sirgado, J. R. (1990). *Turismo e Desenvolvimento Local e Regional: O Caso do Concelho de Lagos na Região do Algarve e no País*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Towner, J. (1996). *An Historical Geography of Recreation and Tourism in the Western World: 1540-1940*. Chichester: John Wiley & Sons, Ltd.
- Tribe, J. (2009). Who is a Tourist? Conceptual and Theoretical Developments. In John Tribe (Ed.), *Philosophical Issues in Tourism* (pp.25-42). Bristol: Channel View Publications.
- Vilarinho, L. (2008). *De Lisboa a Cascais – Rostos, Liberdade e Medicina*. Lisboa: Dislivro.

## Cristina Pacheco

Mestre em História Contemporânea  
e chefe de Divisão de Animação, Promoção e  
Patrimónios Culturais da Câmara Municipal de Cascais.

### Praia do Tamariz



# O MUNDO NO ESTORIL: INSTANTES EM TEMPO DE GUERRA (1939-1945)

Cristina Pacheco

A breve apresentação que aqui vos trago trata do Estoril na Segunda Guerra Mundial – ou, para ser mais rigorosa, do eixo Cascais-Estoril durante a Segunda Guerra Mundial. É um tema vasto e eu devo ser o mais breve possível, por isso começaria por dizer que 2014 é, de facto, um ano especial, ao concentrar a comemoração de várias datas importantes para o concelho de Cascais.

Para além de se assinalar o 650º Aniversário da Elevação de Cascais a Vila, efeméride que tem um programa comemorativo abrangente, passam 100 anos sobre o início da Primeira Guerra Mundial e da apresentação do projeto do Estoril por Fausto de Figueiredo, motivo pelo qual nos encontramos aqui reunidos. Mas passam também 75 anos sobre o início da Segunda Guerra Mundial, conflito de inauditas proporções e significado que encerrou de forma especialmente dramática a primeira metade do século XX.

Ora, apesar de externas ao território continental português, estas duas grandes guerras projetaram a sua sombra sobre o Estoril, influenciando, cada uma à sua maneira - mas sempre de forma determinante -, o seu desenvolvimento enquanto estância turística: em 1914 condicionando o calendário e alcance do projeto de Fausto de Figueiredo e Augusto Carreira de Sousa; em 1939, potenciando a performance das infraestruturas turísticas entretanto já construídas. Tal deveu-se essencialmente, como veremos já de seguida, à afluência à região de milhares de estrangeiros, movimento que acelerou de forma fulgurante a internacionalização da região e fez disparar as receitas provenientes da atividade turística para máximos absolutos (ainda que, nestas circunstâncias, dificilmente se possa classificar este fluxo inesperado de visitantes estrangeiros como turístico).

Em 1939, porém, esta perceção não era imediata e muito menos evidente. Temia-se que, à semelhança do sucedido durante a Guerra Civil de Espanha, o novo conflito viesse perpetuar ou agravar a estagnação que pendia sobre a atividade turística na região desde 1936. Recorde-se que a populosa colónia espanhola exilada no Estoril desde 1934 em torno do dissidente general José Sanjurjo, venerada

ao início como fator de atração turística, acabara por se tornar um incómodo crescentemente difícil de gerir, à medida que a guerra espanhola evoluía para um conflito duradouro, extremado, sangrento e com forte impacto internacional, quer ideológico, quer estratégico.

Todavia, em 1939, ao contrário do que sucedera com a Guerra Civil de Espanha - em que o regime português decidira apoiar, desde a primeira hora (ainda que de forma não oficial) os nacionalistas de Franco, atraindo sobre o país a forte animosidade por parte de quem se perfilava do outro lado do espectro ideológico -, o governo português não tomou qualquer partido, declarando oficialmente a 2 de Setembro a neutralidade portuguesa no conflito. A conjugação desta circunstância com a posição geográfica de Portugal e a progressiva ocupação do continente europeu pela Alemanha nazi, faria com que, a partir de junho de 1940, depois da invasão de França, o país se tornasse praticamente na única plataforma de embarque intercontinental para milhares de estrangeiros em trânsito e refugiados em fuga do continente europeu, uma pequena avalanche que transformou o habitualmente periférico Portugal, em particular a sua capital Lisboa e arredores, num fervilhante e inédito caldo de nacionalidades.

Neste ponto, uma palavra para dizer que, se por um lado o pouco tempo disponível torna difícil a abordagem de um assunto tão vasto, por outro, a tarefa é de algum modo facilitada pela circunstância de poucos temas como o da Segunda Guerra Mundial, tantas vezes retratada em filmes, séries e documentários, convocarem de forma tão imediata a familiaridade do público. Mas mesmo neste contexto saturado de iconografia, ainda é possível sentir alguma surpresa perante o contraste que resulta da comparação entre as dramáticas imagens de países europeus devastados pelos efeitos da guerra - como as de Londres durante o Blitz - e as que retratam, na mesma altura, no mesmo continente, a tranquilidade solarenga da paisagem do Estoril ou de Cascais.

A ligeira surpresa sentida hoje por alguns de nós, todavia, não será seguramente nada comparada à que sentiram os que chegaram a Portugal a partir de 1940. Para muitos, a imagem de Lisboa como capital da abundância magicamente iluminada surgia quase como uma alucinação e, para alguns, uma região específica dos arredores da capital protagonizava de forma especialmente desconcertante esse cenário idílico, inacreditável numa Europa em chamas: precisamente o Estoril, em cujas praias, “livres de minas, artilharia e arame farpado os estrangeiros se podiam banhar”<sup>1</sup> e cujo casino oferecia a miragem possível de tranquilidade, cosmopolitismo e... oportunidades.

Convém no entanto recordar que não eram as massas em geral que entravam em Portugal, devido, em grande parte, à política altamente restritiva quanto à atribuição de vistos de entrada e autorizações de permanência de refugiados em território nacional, o que, por diversas ocasiões, provocou situações dramáticas, não obstante

<sup>1</sup> *National Geographic Magazine*, vol. LXXX, n.2, August 1941, pp. 259-274.

o esforço de alguns diplomatas portugueses, dos quais se destaca Aristides de Sousa Mendes. Porém, por poucos que fossem os estrangeiros que conseguiam efetivamente entrar, eram muitos à escala do país. Neste contexto, a zona do Estoril, pelas suas infraestruturas hoteleiras, ligações ferroviárias a Lisboa e proximidade à capital, foi muito procurada, sobretudo por quem possuía um pouco mais de recursos económicos.

E já que trouxe à colação as infraestruturas hoteleiras, um breve parêntesis para sublinhar que falar do Estoril na Segunda Guerra Mundial é, em larga medida, falar de hotéis, sobretudo dos seus grandes hotéis, no contexto de uma época que ainda era herdeira da tradição que estabelecera esses locais como grandes centros de vida social e cosmopolita. Ora, numa altura em que tudo em Portugal, apesar da neutralidade do país, estava afinal etiquetado em termos da adesão a um dos dois grandes blocos em confronto – desde cafés a revistas, das forças policiais ao exército e função pública –, os hotéis acabaram inevitavelmente por ser associados quer aos Aliados, quer ao Eixo nazi-fascista. Neste mesmo sentido apontava um relatório norte-americano de 1942, ao informar que no Estoril um americano podia registar-se com segurança no Hotel Palácio e também no Grande Hotel e no Grande Hotel d'Itália; já na categoria pró-Eixo figurava o Hotel Atlântico e, segundo outras opiniões, o Hotel do Parque.<sup>2</sup> Ainda que a documentação preciosamente conservada no Arquivo Histórico Municipal de Cascais proporcione alguma evidência desse “diagnóstico”<sup>3</sup>, a verdade é que, tal como tudo o resto nesta época, também estas classificações não eram isentas de matizes e sombras, desafiando qualquer classificação mais categórica.

Mais consensual é o facto de ter sido no Hotel Palácio que se hospedaram em maior número as muitas personalidades de maior notoriedade (coeva ou futura) que por essa altura passaram pelo Estoril, contribuindo fortemente para a construção de um imaginário que perdura até hoje. Pelo Palace (como também era conhecida esta unidade hoteleira ainda hoje existente), passaram Antoine de Saint-Exupéry, Ian Fleming, John Keynes, Edward Murrow – jornalista e broadcaster americano que se tornou célebre pelas suas pioneiras transmissões noticiosas em direto de Londres, no auge do Blitz, sofregamente seguidas por milhões de ouvintes – e um muito jovem Isaiah Berlin. E também figuras enigmáticas como Dusan Popov, espião frequentador do Casino Estoril que poderá ter inspirado o referido Ian Fleming na construção do enredo do primeiro volume da mítica série de aventuras de James Bond, a que chamou Casino Royale... a este propósito, mais um breve parêntesis para referir que um dos grupos que já à época suscitava ávida atenção e mesmo um certo deslumbramento era precisamente o ligado às redes de informação, espionagem e contra-espionagem.

<sup>2</sup> António José Telo, *Propaganda e Guerra Secreta em Portugal (1939-1945)*. Lisboa, Perspetivas & Realidades, 1990, p. 11.

<sup>3</sup> Referimo-nos aos vários conjuntos de Boletins de Alojamento de Estrangeiros e Relações de Hóspedes conservados e disponíveis para consulta no Arquivo Histórico Municipal de Cascais.

Descontando alguns potenciais exageros (patentes nos relatórios coetâneos de alguns agentes da PVDE), o Estoril e os seus hotéis desempenharam, de facto, um papel importante nestas atividades essenciais à guerra e há mesmo quem sustente que foi a partir do Estoril que o espanhol Jean Pujol, nome de código Garbo, conseguiu iludir a atenção dos alemães quanto ao local onde se faria o desembarque aliado na Europa, contribuindo assim para o sucesso do desembarque na Normandia<sup>4</sup>

A atenção que naturalmente se volta para os nomes mais conhecidos das personalidades que passaram pelo Estoril durante a Segunda Guerra Mundial não nos deve fazer esquecer, todavia, outros aspetos igualmente importantes, como por exemplo o de que estes hotéis registaram a passagem discreta mas recorrente de importantes figuras ligadas a redes humanitárias de resgate de refugiados ou ainda a redes que operacionalizavam a passagem de soldados oriundos de países ocupados.

Dos vários exemplos que poderíamos aqui recordar, destacamos o caso da norte-americana Marta Sharp, distinguida como “Justa entre as Nações” pelo Estado de Israel em 2005 pela ação humanitária desenvolvida em prol das crianças refugiadas em Pau (sul de França), na sequência da entrada das tropas alemãs em território francês. Refira-se que esta operação de assistência foi preparada em Lisboa, onde Martha Sharp e o marido aportaram a 20 de Junho de 1940, e no Estoril, concretamente no Grande Hotel, onde permaneceram hospedados durante todo o período necessário à preparação da operação, entre 20 de Junho e 14 de Julho de 1940.

Uma nota também para o caso de outro norte-americano, Robert Dexter, responsável pela delegação do Unitarian Service Committee em Lisboa e representante em Portugal do então recém-formado War Refugee Board, que, em conjunto com a sua mulher Elizabeth, tiveram um papel importante no apoio a refugiados associados a ativismos de esquerda, incluindo ex-combatentes republicanos da guerra de Espanha que tinham conseguido escapar dos campos de concentração franquistas e entrar em Portugal.<sup>5</sup> Precisamente na altura em que a organização que tutelavam foi considerada pela PVDE como parte ativa de um esquema que subsidiava clandestinos espanhóis em Lisboa com o objetivo de ativar a propaganda comunista e desenvolver a ação terrorista na Península, Robert e Elizabeth Dexter parecem ter desenvolvido uma particular apetência pelo Estoril, concretamente no Hotel Atlântico, onde se hospedaram por um razoável período de tempo.

4 Irene Flunser Pimentel, *Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial. Em fuga de Hitler e do Holocausto*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006, p. 293.

5 Irene Pimentel, *Op. Cit.*, p. 245.

Boletim  
de Alojamento  
de Martha Sharp  
no Grande Hotel  
[AHMCSC/AADL  
CMC/1/009-006-001]

Boletim  
de Alojamento  
de Robert Dexter  
no Hotel Atlântico  
[AHMCSC/AADL  
CMC/1/009-003-007]

**BOLETIM INDIVIDUAL**  
Para os efeitos do art. 1.º do Decreto N.º 16.386 de 18 de Janeiro de 1929  
(Aprovado pelo Decreto-lei N.º 26.327)

Nome completo Nom et prénom		Martha Dickie Sharp.	
Nacionalidade Nationalité		Estados Unidos America	
Nascimento Naissance	local lieu	Providence	
	data date	25 de Abril de 1905	
Profissão Profession		/r	
Domicílio habitual Domicile habituel		E. U. A.	
Passaporte Passaporte	agente viagem	Personate N.º 6121	
	data saída	14 de 1940	

Recebi a declaração de alojamento do estrangeiro: Americana  
Martha Dickie Sharp  
20/6/40 (a)

N. B. — Este talão deve ser devolvido á Reparação que o passou, quando o estrangeiro deixar esse alojamento, com a data da saída.  
20/6/1940 Martha Dickie Sharp

**BOLETIM INDIVIDUAL**  
Para os efeitos do art. 1.º do Decreto N.º 16.386 de 18 de Janeiro de 1929  
(Aprovado pelo Decreto-lei N.º 26.327)

Nome completo Nom et prénom		Robert C. Dexter	
Nacionalidade Nationalité		U. S. A.	
Nascimento Naissance	local lieu		
	data date	1 de Oct. de 1889	
Profissão Profession		Adido Legação U. S. A.	
Domicílio habitual Domicile habituel		Lisboa	
Passaporte Passaporte	agente viagem	Cartão Identidade N.º 685 Ministerio Negocios Estrangeiros	
	data saída	12 de Abril de 1940	
Assinatura Signature		Robert C. Dexter	

Hotel Atlântico  
MONTE ESTORIL

A documentação existente no Arquivo Histórico Municipal de Cascais não esclarece a razão desta permanência que se prolongou quase ininterruptamente por mais de dois meses: poderão aí ter aguardado pelo desanuviamento da vigilância feita pela polícia política portuguesa sobre o escritório da agência em Lisboa; ou poderão ter aproveitado para desenvolver parte dos seus contactos no caldo de agentes aí presentes, que fazia dos hotéis do Estoril, como vimos, locais indubitavelmente interessantes para se exercer atividade. Refira-se, a título de exemplo, que a estadia do casal Dexter no Hotel Atlântico coincidiu parcialmente com a de Isaac Weissman, judeu polaco nascido na Turquia que, desde 1943, era o representante em Portugal do Relief Committee for Jewish War Victims e do Congresso Mundial Judaico. Weissman era também um defensor da utilização de métodos menos ortodoxos no resgate de refugiados, no que contrastava (e conflituava) com o posicionamento mais cauteloso assumido pelo então presidente da Comunidade Israelita de Lisboa, Moses Amzalak, cuja atividade, aliás, teria oportunidade de criticar<sup>6</sup>. Meras pistas que uma investigação mais profunda poderá ou não validar.

6 Segundo o respetivo Boletim de Alojamento de Estrangeiro do AHMC, Weissman deu entrada no Hotel Atlântico a 17 de Junho e saiu a 10 de Agosto. Para aprofundamento deste tema, cfr. António Louçã e Isabelle Paccaud, *O Segredo da Rua do Século. Ligações perigosas de um dirigente judeu com a Alemanha nazi (1935-1939)*. Lisboa: Fim de Século Edições, 2007, pp. 129-145.

Apesar de receber milhares de estrangeiros durante os anos da guerra, a relativa tranquilidade da situação no concelho de Cascais nunca deixou de contrastar com a transbordante Lisboa. Não era no concelho mas sim na capital portuguesa que se concentrava a maioria dos consulados ou embaixadas, as agências de viagens ou os centros de comunicação – em suma, tudo quanto era primordial a quem se encontrava em trânsito ou fuga. Ainda assim, também em Cascais-Estoril uma enorme minoria esperava, trocava contactos e informações, negociava, desenvolvia intrigas de toda a espécie, das quais porventura a mais rocambolesca tenha sido a tentativa de rapto do Duque de Windsor por agentes alemães.<sup>7</sup> Enquanto isso, jogava-se no Casino, assistia-se a regatas, frequentava-se a esplanada do Tamariz e, se o tempo o permitisse, as praias, dançava-se em bailes, assistia-se a sessões de cinema e campeonatos de ténis, enfim, toda uma panóplia de atividades que já há algum tempo caracterizava o quotidiano de uma estância balnear que se queria distinta e elegante.



Aspeto da assistência a um jogo de ténis em Cascais

Mas para além deste cenário que desde a primeira hora marcou fortemente o imaginário histórico local,<sup>8</sup> é possível identificar outras dimensões menos conhecidas que merecem ser recordadas.

Um pouco mais distante da agitação mundana do Estoril, nomeadamente em Cascais, alguns dos estrangeiros temporariamente resguardados no concelho acabaram por encontrar um outro motivo de interesse, menos óbvio e certamente menos glamouroso, mas porventura mais reconfortante: falamos da Biblioteca do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães que, desde finais de 1941, era dirigida de forma inovadora e militante pelo escritor Branquinho da Fonseca, que aí trabalhou arduamente para construir em Cascais uma

<sup>7</sup> O episódio tem sido abordado por vários autores, designadamente por António José Barreiros, *A Lusitânia dos Espiões e outras histórias do serviço secreto*. 2ª ed. Lisboa: Hugin, 1995.

<sup>8</sup> Ver as saborosas recordações de Ruben A. em *O Mundo à Minha Procura: autobiografia*. 3 volumes [Lisboa] Portugal, 1964-1968.

biblioteca viva e plural, representativa dos vários campos do saber e atenta às novidades do mercado editorial seu contemporâneo, nacional e estrangeiro.<sup>9</sup>

Uma dimensão não despicienda, se pensarmos no especial significado que podem ter os livros e a leitura para quem espera, enquanto a vida se encontra suspensa e o conceito de “futuro” parece esvaziado de sentido.<sup>10</sup> E, de facto, o livro de registo de leitores da Biblioteca Condes de Castro Guimarães que abarca o período da guerra revela-nos que, então, muitos estrangeiros terão feito o caminho do Estoril até Cascais em direcção à única instituição do concelho que fazia as vezes de biblioteca municipal, nela se inscrevendo para, porventura, poder ler no local ou trazer de empréstimo os vários títulos existentes em francês, espanhol e inglês, entre outras línguas menos representadas na coleção.

Dos muitos exemplos que poderíamos extrair das páginas do livro de registo em causa,<sup>11</sup> repleto de inscrições manuscritas e autografadas de leitores cujos nomes indiciam inequivocamente uma proveniência estrangeira (e, em muitos casos, uma filiação judaica), destacamos o caso da família Weiss-Chorin, uma das mais ricas e influentes da Hungria, cuja história e percurso foram evocados em 2008 num documentário português da autoria de Sofia Leite e António Louçã, produzido pela RTP.<sup>12</sup> Católicos conversos, a origem judaica dos seus membros fez com que, na sequência da entrada dos alemães no seu país, toda a família se visse forçada a procurar um esconderijo, contingência que, de resto, não impediu o aprisionamento de alguns dos membros da família. Após muitas peripécias, a família acabou por aportar a Portugal, chegando, já no final da guerra, ao Estoril, em cujos hotéis procuraram hospedagem, até que, em maio de 1945, a sua atenção se voltou para a biblioteca de Cascais. A primeira a inscrever-se como leitora foi Marianne Weiss (baronesa Kornfeld por casamento), filha do fundador do império, Manfred Weiss, no que foi seguida, dias depois, por vários familiares. Ao todo, e até 1947, inscreveram-se 15 pessoas deste círculo familiar, incluindo alguns dos amigos e colaboradores que os acompanhavam. O interesse pela leitura nesta pequena comunidade húngara era aparentemente transversal, abrangendo as três grandes cabeças do império – François Chorin, Moritz Kornfeld e Eugene Weiss – mas também as gerações mais novas, personificadas em Gabriella Mauthner, neta do fundador, que muito mais tarde, nos EUA, onde acabaria por se fixar, chegou a prestar serviço como bibliotecária voluntária na Casa da Hungria.

9 Quem estiver interessado em conhecer um pouco melhor o extraordinário trabalho desenvolvido por Branquinho da Fonseca no Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães em Cascais poderá consultar a obra *Branquinho da Fonseca. Um Escritor na Biblioteca*, publicada pela Câmara Municipal de Cascais em 2012.

10 Em Londres, por exemplo, assistiu-se, nos anos da guerra a um *boom* de leitura e as bibliotecas públicas, apesar de terem sofrido bastante nos bombardeamentos durante o *Blitz*, floresceram durante a guerra. Cfr. Angie Shelton, “«Books everywhere and always». A history of London public libraries during the Second World War” in *Library & Information Research (LIR)*. Volume 28. Number 90. Winter 2004, pp. 13-14.

11 Disponível no Arquivo Histórico Municipal de Cascais, AHMCSC/AADL/CMC/R-A/015/001.

12 Ver também do mesmo autor “O Caso da família Weiss-Chorin e o seu exílio em Portugal”, *História*, nº 8, maio 1995, pp. 16-27.

É também irresistível mencionar o caso de Nevarte Essyan, mulher de Calouste Gulbenkian, que em 1943 também se inscreveu como leitora na Biblioteca de Cascais, apresentando-se simplesmente como “Madame Gulbenkian”. Teria então 68 anos, estando há mais de 50 casada com o conhecido magnata do petróleo de origem arménia, um dos homens mais enigmáticos e influentes da primeira metade do século XX cuja Fundação homónima, instituída após a sua morte, marcaria decisivamente o desenvolvimento da cultura, educação e ciência em Portugal. Longe iam os tempos quando, em 1887, com apenas 13 anos, Nevarte Essyan, filha de uma das grandes famílias cristãs arménias da Cesareia, começara a receber as atenções daquele que seria o seu futuro marido, que a cortejava com cartas e flores mas também com livros e poemas, entregues às escondidas. Depois disso, muito se passara: o casamento elegante em Londres, o regresso a Constantinopla, onde nasceu o primeiro filho, a fuga da família para o Egipto no contexto dos massacres arménios de 1895 e, depois disso, toda uma vida mundana e cosmopolita passada nas capitais europeias, com predileção para Paris.

A guerra, porém, forçaria o casal Gulbenkian a novo exílio: na primavera de 1942, depois de uma passagem por Vichy, encontramo-la hospedada no Estoril.<sup>13</sup> Quase um ano depois inscrevia-se como leitora na Biblioteca de Cascais, onde poderá ter encontrado algum conforto por entre a literatura francesa disponível nas estantes.

**BOLETIM INDIVIDUAL**  
 Para os efeitos do art.º 1.º do Decreto N.º 16.386 de 18 de Janeiro de 1929  
 (Aprovado pelo Decreto lei N.º 26.327)

Nome completo Nom et prénom		Gulbenkian Nevarte	
Nacionalidade Nationalité		IRANIENNE	
Nascimento Naissance	local lieu	Constantinople	
	data date	de 1875 de 1	
Profissão Profession		Eponse de Diplome	
Domicilio habitual Domicile habituel		51 Avenue d'Alsace Paris	
Documents de viagem Documents de voyage	Passaporte Passeport	(a) Diplomatique N.º 154	
	Expedido em Delivré à	Legation de l'IRAN	
	Data Date	de 22 Avril de 1942	
Auto.		N.º	
(a) Data - Date		Assignatura - Signature	
5/7/1942		Nevarte Gulbenkian	

Boletim de Alojamento de Nevarte Gulbenkian no Hotel Palácio [AHMCSC/AADL CMC/1/009-001-010]

13 Cfr. Ralph Hewins, *O Senhor Cinco por Cento*, Texto Editores, 2009.

Não sabemos se foi o próprio Branquinho da Fonseca, enquanto responsável da Biblioteca, que atendeu pessoalmente Madame Gulbenkian, mas a História tem destas curiosidades: cerca de vinte anos depois, seria ele o criador do Serviço das Bibliotecas Itinerantes da Fundação Calouste Gulbenkian, um dos projetos mais icónicos da instituição que Nevarte, naturalmente, não chegou a conhecer, uma vez que acabaria por falecer em 1952 em Paris, para onde tinha regressado depois do final da guerra.

São muitos os ângulos inesperados que podem ser encontrados nestes tempos sombrios que, por diversos motivos, perduraram como dourados para a Costa do Sol e para o Estoril em particular. Uma história que tem certamente mais capítulos por escrever.

Livro de registo  
de Leitores do  
Museu-Biblioteca  
Condes de Castro  
Guimarães,  
inscrição de  
junho de 1943  
[AHMCSC/AADL  
CMC/R-A/015/001]

N.º do Cartão	Causão	Nome	Morada
121	10900	Alfaria Emilia Rodrigues da Silva	Rua Ricardo da Silva 10 Cascais
122	10900	Marquês Lajúnia	Travessa del. Almeida 13.º D.º Lisboa
123	10900	Imperia de Lourdes Benito	Avenida D. Carlos I Cascais
124	10900	Amaro da Cunha Martins	R. de Bela Vista 46-1/2 Cascais
125	10900	Gertrudes Zulficar	Chalet Marianne, Estoril
126	10900	Madame Gulbenkian	Hotel Palácio, Estoril

## Susana Filipa Gonçalves

Docente na ESHTe e doutoranda em Turismo pela Universidade de Lisboa (Instituto de Geografia e Ordenamento do Território e ESHTe).

### *Cascais e seus lugares*

n.º 11,  
Março 1957



# O ESTORIL DOS ANOS 50 DO SÉCULO XX: REPRESENTAÇÕES IMAGÉTICAS NOS CARTAZES TURÍSTICOS

Susana Filipa Gonçalves

## 1. Introdução

Apresentar as representações imagéticas do Estoril dos anos 50 do século XX a partir de cartazes turísticos obriga, inevitavelmente, a uma reflexão, ainda que sumária, sobre a sua evolução deste local enquanto estância turística. Desde a idealização de Fausto de Figueiredo, à sua concretização urbanística e à efetiva existência de uma estância turística em pleno funcionamento, o Estoril sempre se destacou pelo nível socioeconómico de quem vive e desfruta do espaço.

Profusamente apropriado por grupos sociais de elite, o Estoril, bem como a orla costeira até Cascais, desde cedo foi entendido com um espaço privilegiado para se viver. Assim, para além da ocupação espacial, as práticas sociais, culturais e desportivas que encontramos no Estoril desde os finais do século XIX refletem a distinção e notoriedade que este território foi ganhando.

Tendo em conta este enquadramento, o objetivo do presente artigo é analisar a identidade local do Estoril nos anos 50 do século XX a partir das representações imagéticas dos cartazes turísticos que compõem o *corpus* estudado, e a forma como esta é apropriada. Pretende-se ainda relacionar a identidade refletida nestes cartazes com o discurso visual ao nível nacional e analisar as questões de género implícitas nessa representação, nomeadamente o papel atribuído às mulheres. Dá-se então maior destaque à abordagem sócio cultural do objeto de estudo, uma entre muitas leituras possíveis das obras (Chalumeau cit. por Gervereau, 2007).

O *corpus* estudado inclui nove cartazes turísticos da Costa do Sol produzidos entre 1955 e 1958, vencedores de concursos de cartazes turísticos, reproduzidos em formato reduzido na revista *Cascais e seus lugares*, editada pela Junta de Turismo de Cascais. A escolha do *corpus* prendeu-se em primeiro lugar com o destaque que é dado a estes cartazes representados em dimensões, formato e local fora do comum, ou seja, em pequeno formato, inseridos numa publicação. Por outro lado, o facto de serem entendidos como um conjunto, isto é, por serem os escolhidos para este tipo de impressão, dá-lhes uma coerência que se pretende comprovar

a partir da análise mais aprofundada da sua produção e contexto. Tendo em conta que “observar uma imagem, de modo diferente do que com uma simples intenção de consumo fugaz, é fazer-lhe perguntas” (Gervereau, 2007), importa-nos uma observação e análise destes cartazes tanto em termos individuais como de conjunto.

A metodologia utilizada neste estudo baseou-se na pesquisa bibliográfica e de fontes diretas, bem como na observação, análise e comparação do objeto de estudo com outros cartazes que lhe são contemporâneos. Aplica-se neste contexto a grelha de análise apresentada por Gervereau (2007), estruturada em três etapas: descrição, evocação do contexto e interpretação.

Se a construção de representações visuais reflete não só o mundo que rodeia a sua produção como pode promover a sedimentação de identidades quer seja ao nível local, nacional ou global, analisar a promoção turística de um destino baseada em representações imagéticas obriga-nos a prestar atenção ao contexto de produção, ou seja, o processo de *encoding* na perspetiva de Hall (1997), mas também à forma como a mensagem é decodificada por quem a observa e interioriza. Assim, é imprescindível que o programa estético consiga dar uma perspetiva abrangente da produção da obra, atentando à retórica, ao contexto político, ideológico e cultural, geral e particular, de quem a encomenda, à interpretação da obra e ao seu lugar nas correntes artísticas.

Para tal aborda-se, em primeiro lugar, o cartaz enquanto veículo de comunicação de forma a entender as limitações e potencialidades do seu formato bem como a sua principal função. De seguida, é apresentado o contexto de produção, quer ao nível nacional quer ao nível local no sentido de enquadrar os valores que enformam as realidades representadas. E, por fim, são discutidas as representações do Estoril presentes nos cartazes turísticos estudados.

## 2. O cartaz como veículo de comunicação

O cartaz, visto enquanto veículo de comunicação, tem como principais características a forma (papel impresso), a função (informar, dar a conhecer, anunciar, promover, publicitar), e a posição (para afixar na vertical, sobretudo em espaços públicos) (Rocha, 1976). Só por si, estas três dimensões criam algumas limitações, embora simultaneamente possam ser também fomentadoras de criatividade.

Da primeira característica salientamos o modo de produção baseado na edição de vários exemplares criando à partida uma limitação naquilo que será o produto final do desenho ou na montagem que o artista faz.

A segunda característica, ou seja, a função do cartaz, tem também algumas limitações em relação à necessidade de criar uma mensagem muito objetiva, coerente, simples e convincente, sobretudo quando entendemos o cartaz no seu ambiente funcional primário, em que o transeunte dispensa apenas alguns segundos do seu tempo passando os olhos por aquilo que neste momento nos demoramos a observar. Neste sentido, Gallo (2001) defende que o cartaz deve apelar aos sentimentos subconscientes, mas também às necessidades quase conscientes para que nos leve a fazer o que o produtor do cartaz quer que façamos, isto é, que nos remeta para a aceitação da mensagem que está a ser transmitida.

Assim, para que o seu objetivo primário possa ser atingido, o cartaz tem de chegar subliminarmente aos interesses do recetor sem que este suspeite que está a ser influenciado.

Toda a estrutura imagética tem então de ser muito bem pensada e estruturada para que o fim último seja conseguido, sobretudo se a relacionarmos com a terceira característica que impõe uma leitura vertical, mais difícil e exigente ao nível comunicacional.

Segundo Rocha (1976), e no âmbito das limitações apresentadas, o estudo do cartaz deve direcionar-se, por isso, em três sentidos. Em primeiro lugar a relação do cartaz com quem passa, tendo em conta a verticalidade e repetição, a sua capacidade de prender o olhar e provocar comportamentos de consumo. O segundo sentido que nos remete para a linguagem do cartaz que não é entendida apenas na sua dimensão icónica, dado que pode estabelecer diferentes formas pelas limitações funcionais do cartaz. E o terceiro sentido remete-nos para a relação do cartaz com a estrutura social, ou seja, de que forma reflete e acaba por influenciar o contexto em que é usado.

Assim, os cartazes enquanto veículo de comunicação perduram para além da sua função primária sendo “ultrapassados para representarem agora um testemunho histórico de um contexto.” (Aurindo, 2006: 15).

Embora a análise do *corpus* que apresentamos aborde os três sentidos anteriormente referidos, sem dúvida que o principal objetivo é analisar a relação dos cartazes com o seu contexto histórico cultural. Comprova-se uma vez mais que “este meio de comunicação pode ser considerado enquanto instrumento privilegiado para a construção e compreensão das representações identitárias de um território, neste caso perspetivadas do ponto de vista de destino turístico a que uma dada identidade cultural se encontra associada” (Aurindo, 2006: 18).

Dado que “a relatividade no tempo do uso deve, pois, ser sempre uma preocupação para aquele que se debruça sobre as imagens” (Gervereau, 2007: 15), abordaremos nos próximos pontos o contexto de produção do *corpus* estudado.

### 3. Contexto de produção: o Portugal nos Anos 50

Após a criação, estruturação e inculcação de valores que levaria à efetiva existência de um Estado Novo coerente desde o discurso à ação, os anos 50 do século XX em Portugal foram marcados pelo prolongamento das práticas políticas e culturais desenvolvidas durante os anos 30, embora com mudanças pontuais.

O contexto político que enquadra a produção dos cartazes em estudo é fundamental, já que a forma como a sociedade é construída, pensada, dada a ler pelo poder político se vai refletir nas manifestações culturais (Chartier, 1988). No caso do *corpus* que aqui se estuda, o contexto político que enquadra a sua produção insere-se num governo ditatorial instaurado em 1933, o auto denominado Estado Novo, que foi gradualmente reorganizando a máquina administrativa de forma a implementar os princípios que o regiam. O principal objetivo desta estrutura era padronizar e controlar a sociedade.

Neste enquadramento importa salientar a ação do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), criado em 1933, alterado para Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI) em 1944. Com funções ao nível da Propaganda, das Artes (pintura, cinema, teatro, entre outras), Comunicação Social e Turismo, “a ação do SPN/SNI desdobra-se em duas vertentes: numa primeira vertente, solicita-se a adesão do povo urbano a certas práticas culturais, que se pretendem relacionadas com a matriz oficial geral, ruralista, tradicionalista e nacionalista; na segunda vertente, provoca-se a adesão do público cidadão ou estrangeiro a formulações culturais baseadas na estetização da cultura popular. Neste contexto, a partilha simbólica é potenciada por um singular efeito de sedução” (Melo, 2001: 208-209).

Por outro lado, o Estado Novo construiu-se sobretudo com base numa dominação legítima, isto é, pretendia justificar a sua atuação autoritária com as necessidades que se faziam sentir no país. Assim, “vai fabricando conjuntos de crenças com o essencial objectivo de que os conteúdos das ordens venham a ser assimilados pelos dominados como máximas do seu próprio comportamento” (Ó, 1999: 17). Ou seja, a eficácia de um poder dominador está na capacidade de tornar naturais os valores e as crenças (Cunha, 2001).

O conceito de Nação viria a ser fundamental como dimensão superior, fortemente condicionante de toda a ação, “ideologicamente estruturadora da ação política” (Melo, 2001: 46). Assim, longe do uso da força, o poder político encetou a sua legitimação falando da Nação como uma entidade mística, resultado do peso inultrapassável da História (Ó, 1999). Esta unidade passou, em grande parte, pela imagem que se construiu de Portugal e dos portugueses.

Este Nacionalismo autoritário do Estado Novo, largamente difundido pelo aparelho de propaganda e escolar, remetia para “a reinvenção de uma nação moldada historicamente pelo império e pelo catolicismo; para uma natureza “orgânica” e corporativa da sua organização social e política [...]; para uma nação hierarquizada e coesa em volta de uma chefia forte; em resumo, para um “Deus, Pátria e Família” e Autoridade, que deveriam ser os valores primeiros do renascimento nacional que então se iniciava” (Monteiro & Pinto, 2004: 60). Este enquadramento ideológico pretendia assim a negação do indivíduo enquanto cidadão e decisor do seu destino, muitas vezes associado à vivência urbana (Melo, 2001), reforçando a noção de unicidade, fundamentada pela história.

Destarte, a propaganda da Política do Espírito, expressão que engloba o projeto ideológico do Estado Novo e que pretende agregar todos os portugueses (Rosas, 1992), é ainda um projeto de ‘reaportuguesamento de Portugal’ a vários níveis: arquitetura, artesanato, trajes, música, danças populares e costumes. Pretendia-se manter uma imagem rural, tradicional e pitoresca do país. No entanto, sobretudo a partir da ação de António Ferro, muitas das iniciativas desenvolvidas pelo SPN/SNI tentavam conciliar esta perspetiva tradicionalista da arte portuguesa com uma projeção cosmopolita e vanguardista (Alarcão e Silva, 1992), sobretudo com a adaptação dos modernismos às necessidades de propaganda do Estado.

Por outro lado, a moral e a ética foram outras duas armas fundamentais para enformar a identidade portuguesa e criar lugares específicos para cada um no tecido social. Era sobretudo necessário fazer acreditar em primeiro lugar em que sociedade viviam os portugueses, em segundo lugar qual o seu papel nessa sociedade, e por último, mas não menos importante, criar um sentido de identificação de todos esses portugueses, por forma a manter uma unificação, um sentido de pertença a um grupo com características muito próprias. Sendo assim, o “subsolo de crenças tradicionais que o próprio regime procura explicitar e codificar, essa mentalidade conservadora, católica e ruralizante que subjaz a todo o aparelho conceptual e jurídico do «Estado Novo»” é a base desta unificação (Medina, s.d.).

Neste sentido é fácil de entender a importância dada às estruturas restritas de socialização muito bem definidas, como por exemplo a família, onde cada membro ocupava um lugar funcional específico. Este aspeto está muito bem espelhado no cartaz “Deus, Pátria, Família”, da coleção *A Lição de Salazar*, mandado editar pelo SPN em 1938. As funções atribuídas ao homem, pai de família, responsável pelo trabalho de base rural são claramente diferentes do papel atribuído à mulher, quem cuida dos filhos e da casa. Mesmo as crianças, prolongamento dos seus progenitores, apresentam atividades que fazem antever o seu papel social. “O que se fazia era deslocar o indivíduo da perigosíssima área da cidadania para o encerrar em esferas qualificadas e sobretudo restritas da opinião, em fragmentadas unidades sem qualquer possibilidade de influenciar o sentido e a produção mesma da realidade política” (Ó, 1999: 21), dando-lhe funções bem definidas que se pretendiam perpetuar.

Neste sentido, os valores que enformaram a cultura dos anos 50 do século XX são uma amálgama do anteriormente exposto: hierarquia, disciplina e obediência - 'Tudo pela nação, nada contra a Nação'.

Neste quadro ideológico, os representantes da política compreenderam que as produções culturais deviam estar subordinadas a funções específicas, deviam ser instrumentos de conhecimento e reconhecimento e tinham de apresentar a ordem estabelecida como 'natural'.

Apesar do lugar que se entendia para as artes no contexto político ideológico, que “deveriam tornar-se elementos e factores de regime” (Ó, 1999: 30), o contexto artístico que encontrávamos em Portugal na década de 50 era um pouco diversificado. Em primeiro lugar, a saída de António Ferro do SNI em 1949, que sempre soube equilibrar modernismo com autoritarismo (Gonçalves, 1992), veio provocar uma incompetência e dificuldade de diálogos com os artistas, porque quem comandava tinha uma grande oscilação de critérios. “Os directores do Secretariado Nacional da Informação nos anos cinquenta [...], burocratas de carreira ou figuras sem contactos sérios no meio intelectual, limitaram-se quando muito a gerir e deixar morrer as iniciativas encetadas por Ferro” (Ó, 1999: 225). Muitos eram os perigos que podiam advir da promoção cultural, “porque toda a cultura, implicando o espírito crítico e o uso do livre exame dos problemas, perturbava o autoritarismo” (Gonçalves, 1992: 90). Assim, “as encomendas do Estado vieram acentuar uma imagem folclórica adocicada” (Gonçalves, 1996: 66), já presente durante a permanência de António Ferro no SPN/SNI, e com prolongamentos depois da sua saída.

No que diz respeito às artes gráficas, os anos 40 foram marcados pela “profissionalização dos diversos meios publicitários, desde os arranjos das montras aos cartazes” (Gonçalves, 1996: 67). Disciplinadas pela experiência acumulada de artistas como Soares, Barradas, Bernardo, Botelho, Paulo Ferreira e Fred Kradolfer (Gonçalves, 1996), muitas vezes as artes gráficas representavam uma segunda profissão de pintores ou arquitetos, embora existissem alguns, muito poucos, inteiramente dedicados ao *design*, conhecidos com *designers*, como por exemplo Óscar Pinto Lobo, Manuel Rodrigues, ou Sebastião Rodrigues.

Este aspeto demonstra o pouco reconhecimento que as artes gráficas tinham, no contexto de uma arte em geral também ela desacreditada. “Tudo o que se fizera até aí devia-se ao «autodidactismo de artistas-pintores ou desenhadores», pois não existiam escolas que preparassem «tecnicamente, sob o ponto de vista estrutural, os futuros profissionais de exposições» - os designers.” (Pereira, 1995: 483). Como refere António Ferro, “as coisas gráficas em Portugal, são especialmente caras [...]. Quanto à propaganda gráfica realizada pelas Comissões de Turismo e Juntas de Turismo ela é, com raras excepções, lamentável, de um primarismo aflitivo.» (Ferro, 1949: 18).

Não podemos ainda esquecer os condicionalismos que a crescente censura dos anos 50 provocou na expressão e difusão da informação. No entanto, se por um lado esta intervenção pode ter levado ao coartar da imaginação humana, por outro, a teimosia criativa sofreu algum impulso: “O pequeno formato, a pobreza da maioria dos materiais utilizados, as virtudes e os defeitos do autodidactismo constituem por si mesmos um índice significativo. Considerando porém as virtudes, a imaginação, o voluntarismo, a procura de informação actualizada, pode verificar-se uma notável capacidade inventiva, não apenas na realização de obras, mas também na criação de conceitos críticos operatórios, revelando-se desse modo alguns aspectos originais do vanguardismo português” (Gonçalves, 1992: 90).

No que diz respeito ao turismo, o panorama que encontramos não se distancia das intenções mais abrangentes da Política do Espírito. Como evidencia Cadavez, “à sombra de iniciativas e de eventos organizados em função de interesses de mera divulgação turística, o regime de Salazar ia arquitetando estratégias que lhe permitiam difundir e propagar valores que deveriam servir para justificar a nova ideologia governativa” (Cadavez, 2013: 325). Aliás, a mudança de nomenclatura de Secretariado de Propaganda Nacional para Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, em 1945, demonstra a importância dada ao assunto.

Claramente o turismo era visto como mais um instrumento para que a identidade de Portugal fosse ‘reconstruída’ de acordo com o que o Estado Novo entendia ser o mais adequado à sua política, como se pode avaliar pelas palavras de António Ferro: “Há muito que sonhávamos, quase infantilmente, com essa caixa de lápis-de-cores, com mais esse pretexto para elevar o nível do nosso gosto, para embelezar o país, para sublinhar a sua poesia e a sua graça, para tentar, dentro dessa nova actividade, passá-lo a limpo” (Ferro, 1949: 10).

A perspectiva de reaportuguesamento de Portugal assente numa base histórica, tradicionalista e ruralizante, embora com preocupações de melhorias e evolução nos serviços a prestar e até de educação dos próprios portugueses (Cadavez, 2013), enquadra a imagética e o discurso visual que marcam a promoção turística do anos 50, justificando, assim, a “ênfase dos recursos de cariz «popular», em alternativa às atracções «eruditas» ou «cosmopolitas» tradicionais da época, onde, realmente, o País se movia com pouco à-vontade” (Pina, 1988: 97).

Foi assim que António Ferro “contrapôs à monumentalidade dos grandes centros artísticos internacionais, o tipismo das nossas vilas e aldeias; à portentosa museologia estrangeira, a garridice ingénua do nosso artesanato; à féerie das diversões cosmopolitas, a coloração festiva do nosso folclore; aos requebros mundanos centros de vilegiatura, a singeleza franca da hospitalidade do nosso povo; à restauração requintada das grandes metrópoles, a candura substanciosa da culinária regional” (Pina, 1988: 97).

No entanto, o panorama em que se encontrava o turismo nos anos 50 indicava-nos um período de mudança, conivente com a própria saída de António Ferro do SNI, como atrás referimos. “A década de 50 continuaria apenas o processo entretanto iniciado, sem grandes desenvolvimentos, parecendo mesmo retomar a sua apetência para a imagem interna” (Aurindo, 2006: 14), provavelmente pelo contexto internacional que influenciava os movimentos turísticos na Europa.

Ainda a par destas lentas mudanças, Portugal não ficava totalmente à parte de um processo económico mais abrangente que “havia por força que suscitar embaraços com a propaganda a uma insaciável industrialização que se pretendia afirmar” (Pina, 1988: 95).

Neste sentido, a evolução da promoção turística de Portugal durante os anos 50 e a identidade imagética que lhe estava subjacente protagonizou uma lenta e morosa mudança que se baseou nos pressupostos gerais impostos e consolidados pelo Estado Novo nas décadas anteriores, embora anunciasse já, sobretudo no final da década, uma ânsia de abertura ao exterior e aos padrões de desenvolvimento cultural. De acordo com Aurindo, “os anos 50 mostram uma retoma da promoção turística ainda que centrada, sobretudo, em espaços claramente associados aos destinos tradicionais de consumo interno. Esta visaria [...] reconquistar mercados externos, juntando aos destinos de reconhecimento internacional outros marcadamente associados ao regionalismo” (Aurindo, 2006: 152).

No entanto, o aumento da promoção turística em nada alterou a identidade representada marcada pela tendência geral da ruralidade e folclorização. Apesar do traço modernista, os conteúdos imagéticos remetem regularmente para o campino, a varina das setes saias, o pescador, a arquitetura tradicional, o artesanato ou os trajes tradicionais.



**Praia do Tamariz**  
[AHMCSC/AFTG  
CAP/039]

## 4. Contexto de produção: o Estoril pós II Guerra Mundial

Considerando que o Estoril se destacou enquanto estância turística ou área de permanência prolongada para muitos dos refugiados e exilados da II Guerra Mundial, dada a sua aparente neutralidade, o fim do conflito veio diminuir em grande medida a chegada e permanência de uma comunidade estrangeira que dinamizou e protagonizou a zona.

Durante este período várias foram as personalidades internacionalmente conhecidas (figuras da aristocracia europeia, vultos da cultura internacional, jornalistas, espiões, entre outros) que procuraram um porto de abrigo que lhes permitisse manter os seus níveis de vida e atividade, longe das dificuldades do conflito (Matos, 2000).

Este ambiente encontraram-no no Estoril. Desde infraestruturas, a serviços e atrações turísticas de cariz variado, o ambiente de luxo e cosmopolitismo que se vivia no Estoril permitia a manutenção de uma vivência característica da alta sociedade. Assim, construída e apropriada mutuamente, a identidade imagética desta zona de turismo concorre com as estâncias de luxo cosmopolitas, onde até o famoso *Sud Express* tem paragem (Henriques, 2011), ao contrário da identidade que se construía ao nível nacional, como referido anteriormente. “A Linha do Estoril surgia, assim, como um espaço que acolhia a diferença, e que funcionava como um bilhete-postal destinado ao público estrangeiro, a quem era transmitida a mensagem de que esta era uma “Nação” tolerante e multifacetada, que aceitava até os hábitos e costumes que destoavam daquilo que apregoava para a população nacional” (Cadavez, 2013: 209-210).

Por outro lado, o final da guerra anunciava também o renascimento de outras estâncias europeias rivais do Estoril (Matos, 2000), obrigando a uma ação de promoção mais alargada para fazer frente ao contexto que se apresentava.

Por exemplo, a atualização do nome oficial da instituição com competências e responsabilidades turísticas ao nível local, passando esta a denominar-se Junta de Turismo da Costa do Sol, reflete uma necessidade de destaque e afirmação ao nível internacional, já que “*este rótulo passou a designar um habitus de vida e de lazer único no universo das rotinas turísticas autorizadas pelo regime político de Salazar*” (Cadavez, 2013: 213).

É assim que em novembro de 1955 a utilização em Espanha da expressão “Costa do Sol”, leva o assunto à apresentação, em sede de reunião da Junta de Turismo, de um *dépliant* do país vizinho, salientando-se a necessidade de se “apresentar o caso perante o Secretariado Nacional da Informação, para que este possa tomar as necessárias providências para defesa dos eventuais direitos de prioridade da

“Costa do Sol” portuguesa” (AHMC/JTCE/B-3 A/001 Cx.2 Lv. 8 Fol. 39). Dado que o assunto ainda não estaria resolvido em setembro de 1956, aproveitou-se o momento para o acerto de outras questões que preocupavam a Junta, como “a fixação dos limites da zona de turismo, entre S. Julião da Barra e o Guincho, da criação do quadro do pessoal de secretaria da Junta e da transferência da sede da Junta do Monte Estoril para o Estoril.” (AHMC/JTCE/B-3 A/001 Cx.2 Lv. 8 Fol. 75).

Assim, tendo em conta que a Junta de Turismo de Cascais, ‘herdeira’ da Comissão de Iniciativa de Cascais, já não fazia jus ao protagonismo e reconhecimento internacional do Estoril e da Costa do Sol, a alteração efetiva-se em 1957. Na ata de 31 de julho pode ler-se: “o Senhor Presidente anunciou que, no “Diário do Governo” de vinte e seis de Julho corrente, Primeira Série, número cento e sessenta e nove fora mandado publicar pela Presidência do Conselho o Decreto número quarenta e um mil duzentos e cinco, em cujo artigo único a actual Junta de Turismo de Cascais, passava a ter a designação de “Junta de Turismo da Costa do Sol”, com Sede em Santo António do Estoril, abrangendo a área da sua jurisdição toda a circunscrição do Concelho de Cascais. [...] Trata-se, declarou mais, de uma velha aspiração da Junta de Turismo, esperando que, depois de ajustados os limites de acção do Organismo aos do Conselho, aumentem os respectivos rendimentos” (AHMC/JTCE/B-3 A/001 Cx.2 Lv. 8 Fol. 108).

Apesar da jurisdição integrar todo o concelho, sem dúvida que a zona costeira era a que merecia mais atenção. Este destaque reflete-se nas despesas com intervenções em espaços de clara apropriação turística como acessos a praias, iluminação, espaços de restauração ou infraestruturas balneares.

Por outro lado, havia uma preocupação com os recursos culturais aos quais devia ser dada especial atenção para que estes pudessem ser usufruídos pelos turistas, como se pode observar por exemplo no Plano de Actividade da Junta de Turismo para 1953. Para além de ser “indispensável manter um perfeito estado de limpeza e conservação, as Estações Arqueológicas postas a descoberto dentro desta Zona de Turismo, algumas já bastante conhecidas no País e no estrangeiro e assegurar-lhes fácil e cómodo acesso” também devem prosseguir-se as escavações e inventariação dos objetos encontrados, bem como a sua divulgação em publicações adequadas (AHMC/JTCE/B-3 A/001 Cx.2 Lv. 7 Fol. 34). É de notar que o Boletim *Cascais e seus lugares*, editado pela Junta de Turismo a partir de junho de 1945 com o objetivo de promover esta zona de turismo, foi um dos principais veículos de divulgação destes trabalhos, sobretudo até à primeira metade da década de 50.

Uma outra forma de perceber a importância que o Estoril ganhou no panorama turístico nacional foi a eleição do seu Presidente para Vogal no Conselho Nacional de Turismo, em representação das Juntas de Turismo do País, cargo que pela primeira vez consegue em outubro de 1957 (AHMC/JTCE/B-3 A/001 Cx.2 Lv. 8 Fol. 114).

Em termos locais, é também perceptível um aumento do número de reuniões do Presidente e Vogais da Junta, revelando um aumento das atividades e intervenções por parte desta instituição, como se pode também constatar pelos relatórios de contas.

No que diz respeito à promoção, há uma forte aposta sobretudo ao nível internacional. Na Ata 107 da Junta de Turismo, datada de 21 de outubro de 1949 esta preocupação é notória: “O Vogal Senhor Guilherme Cardim propõe que se faça propaganda em Inglaterra, América, e França porque é agora o momento de a fazer [...] ficando o Senhor Presidente encarregado de fazer o necessário para que essa propaganda fôsse executada o mais rapidamente possível” (AHMC/JTCE/B-3 A/001 Cx.2 Lv. 6 Fol. 78).

Para além dos destinos aqui apresentados, ao longo da década de 50, é ainda de destacar a crescente intenção de chegar a outros mercados no sentido de captar mais turistas, como se pode observar nos seguintes exemplos:

Ata 128 de 21 de agosto de 1951: “O Senhor Presidente comunica que tem sido enviado grande quantidade de material de propaganda para o estrangeiro, nomeadamente para Espanha, Holanda, França, Bélgica, Inglaterra e América, e, o Vogal desta Junta de Turismo Senhor Guilherme Cardim solicita que se envie mais material para as Casas de Portugal em Londres e Paris” (AHMC/JTCE/B-3 A/001 Cx.2 Lv. 7 Fols. 10, 11).

Ata 132 de 21 de dezembro de 1951: “O Senhor Presidente comunica que tinha sido enviado material de propaganda, por intermédio da K.L.M. e gratuitamente para: Amsterdam, Nova Delhi, New York, Djacarta, Viena, [...], Curaçau, Haia, Rotterdam” (AHMC/JTCE/B-3 A/001 Cx.2 Lv. 7 Fols. 15-16).

Assim, a utilização de diferentes línguas é também uma preocupação quando se trata de imprimir materiais, das quais são exemplo as seguintes referências:

Ata 135 de 14 de março de 1952: “Estes cartases deverão ter legendas em português, francês, inglês e espanhol” (AHMC/JTCE/B-3 A/001 Cx.2 Lv. 7 Fol. 18).

Ata 208 de 16 de janeiro de 1957: “Boletim Mensal: [...] será distribuído em quatro línguas: português, francês, inglês e alemão.” (AHMC/JTCE/B-3 A/001 Cx.2 Lv. 8 Fol. 92).

Também de referir é a diversidade de locais para os quais são enviados os materiais promocionais. Para além de agências de viagens, estes são produzidos “afim de serem distribuídos em grande escala, através do Secretariado Nacional de Informação e seus postos de turismo, como os do Aeroporto, Gare Marítima, das várias companhias de navegação marítima e aérea, das Casas de Portugal em Londres, Paris, New York e Anvers, etc. Assim se justifica o elevado número de exemplares a editar em vários idiomas, com o que, aliás, se contribui para a propaganda do País” (AHMC/JTCE/B-3 A/001 Cx.2 Lv. 7 Fols. 34). Por outro lado, para além da projeção junto dos mercados a atingir, estes materiais de promoção eram produzidos para serem distribuídos na própria estância turística do Estoril, como se pode comprovar no Plano de Actividade da Junta de Turismo para o ano de 1955: “O desenvolvimento turístico e o afluxo de estrangeiros nesta região impõe a publicação em quantidade suficiente, pelo menos em inglês e francês, de ‘dépliants’ não só para entrega directa na Sede da Junta”, bem como a “publicação de um boletim turístico para distribuir nos principais hotéis e agências de viagens do estrangeiro, onde além de informações julgadas indispensáveis, deverão incluir-se indicações climatológicas da região” (AHMC/JTCE/B-3 A/001 Cx.2 Lv. 8 Fol. 9, 9v.).

Este aumento de promoção turística fez-se ainda sentir nas inúmeras reedições e reimpressões de diferentes tipos de materiais, aumentando o número de tiragens por vezes de 500 para 1.000, 2.000, 5.000 ou mesmo 10.000 exemplares, como se pode constatar em várias atas das reuniões da Junta de Turismo ou mesmo nos relatórios de contas. Exemplo deste aumento é a seguinte referência da ata 111 de 6 de março de 1950: “Brochura ‘Estoril’ - Foi aprovada a execução de dez mil brochuras, em vez de cinco mil, dada a grande procura de propaganda para o estrangeiro” (AHMC/JTCE/B-3 A/001 Cx.2 Lv. 6 Fol. 84).

No que diz respeito aos diferentes tipos de materiais produzidos bem como às ações, pudemos aferir da nossa pesquisa mais de 20 diferentes formas de promover o Estoril durante os anos 50.

Podemos, no entanto, constatar que nem todas as intenções tiveram uma aplicação prática, ficando alguns projetos apenas nos planos. No entanto, importa-nos salientar aqui a aposta diversificada na promoção, em alguns casos com clara consciência da sua importância. Senão atente-se ao comentário sobre Monografias a distribuir no estrangeiro registado na ata 174 de 1 de fevereiro de 1954: “uma modalidade de propaganda eficiente e insuspeita [...] A Junta registou com muito agrado estas novas modalidades de propaganda” (AHMC/JTCE/B-3 A/001 Cx.2 Lv. 8 Fol. 15, 16).

**Meios de promoção da Costa do Sol nos anos 50. Produção própria**

[AHMCSC/AADL CMC/R-A/015/001]

<b>material para distribuição e afixação</b>	folhetos
	brochuras
	desdobráveis
	fotografias
	postais
	miniaturas de cartazes
	cartazes
<b>comunicação social</b>	boletim turístico de informação mensal
	anúncios em jornais
	anúncios em revistas
	compra e distribuição de revistas com artigos sobre o Estoril
<b>edições</b>	revista <i>Cascais e seus lugares</i>
	monografias
	álbuns de fotografias
<b>correspondência</b>	propaganda telegráfica (informação diária climatológica)
	cartas de propaganda
<b>informação prática</b>	listas /guias de hotéis, pensões e restaurantes
	guias de turismo
	circuitos turísticos
	roteiros
<b>objetos de uso pessoal</b>	programas de festas
	emblemas
	botões de punho
	lenços de senhora
<b>eventos</b>	camisas de pescador
	subsídios para eventos
	organização de eventos
<b>imagem em movimento</b>	filmes
	documentários
<b>concursos</b>	melhor artigo sobre o Estoril ou Costa do Sol, destinado um a jornalistas portugueses e outro a jornalistas estrangeiros
	melhor prato da Costa do Sol, destinado a cozinheiros e estabelecimentos
	melhor ementa desenhada artisticamente, destinado a artistas e estabelecimentos
	melhores cartazes da Costa do Sol
	de medalhas
<b>postos de informação (Cais do Sodré, Carcavelos e Cascais)</b>	
<b>visitas de jornalistas e fotógrafos estrangeiros ao Estoril</b>	

Especificamente, no que diz respeito aos cartazes, percebe-se que o incentivo não veio apenas da Junta de Turismo, mas também por diretiva do SNI. Os concursos promovidos tinham uma forte ligação ao poder central, sendo que o júri tinha sempre a participação de um representante do SNI. A primeira referência que encontramos a este tipo de concursos data de setembro de 1951, com a indicação de que foi aprovado o Regulamento para o Concurso de Cartazes (AHMC/JTCE/B-3 A/001 Cx.2 Lv. 7 Fol. 12). É ainda de referir o interesse despoletado pelo referido concurso, tendo em conta que na edição de 1955 foram entregues 68 projetos.

Para além da sua função primária enquanto cartaz, foram também realizadas miniaturas de alguns cartazes, não só para distribuição a turistas mas também para inclusão em edições especializadas como a referida revista *Cascais e seus lugares*, a *Panorama* ou o *Anuário do Turismo Português*. Estas reproduções foram de tal maneira bem recebidas que há referência expressa nas atas da Junta de Turismo de dezembro de 1956, fevereiro e dezembro de 1957 (AHMC/JTCE/B-3 A/001 Cx.2 Lv. 8 Fol. 86v.; AHMC/JTCE/B-3 A/001 Cx.2 Lv. 8 Fol. 95; AHMC/JTCE/B-3 A/001 Cx.2 Lv. 8 Fol. 122).

Uma outra forma de se aferir a importância que a produção gráfica ganhou na Junta de Turismo é a contratação deste tipo de serviços em termos regulares: “[...] Sua Excelência propôs que, em virtude do Senhor Ferreira de Andrade [...] ter de acompanhar diariamente, na qualidade de assistente gráfico, os trabalhos em curso, se estabilizasse a sua gratificação mensal em dois mil e quinhentos escudos [...]. O Senhor Presidente informou que a actuação do assistente gráfico se resumirá a dirigir os trabalhos da sua especialidade, sem ingerência nos serviços burocráticos. A proposta do Senhor Presidente foi aprovada por unanimidade.” (AHMC/JTCE/B-3 A/001 Cx.2 Lv. 8 Fol. 92).

Em termos de conteúdo e identidade imagética toda esta promoção refletia o lugar especial que era o Estoril, onde as práticas sociais se coadunavam com os padrões convencionalmente construídos e associados a grupos sócio económicos mais elevados. Desportos como o ténis, a vela, o hipismo, o golfe ou o automobilismo deixam transparecer uma sociedade com práticas de clara distinção social. Para além dos desportos também as festas, os jantares de gala, os concertos, as exposições de pintura, escultura, caninas ou os desfiles de moda, ocupam o tempo de quem permanece no Estoril, como se pode observar na imprensa da época ou mesmo na *Cascais e seus lugares*.

É neste enquadramento que importa agora analisar mais aprofundadamente as representações imagéticas do Estoril dos anos 50 presentes nos cartazes turísticos em estudo.

## 5. Representações imagéticas do Estoril nos cartazes turísticos

Por uma questão de limitação de espaço e adequação ao objetivo da presente publicação, enquadra-se neste ponto tanto a descrição quanto a interpretação do *corpus*, no seu conjunto, tendo em consideração a proposta metodológica de Gervereau (2007). Apresentaremos assim, informações que identificam o *corpus*, mas também aspetos estilísticos e temáticos.

Tendo em conta o quadro artístico que encontramos em Portugal nos anos 50, atrás referido, houve alguma dificuldade em identificar e caracterizar todos os autores. Se por um lado Emmerico H. Nunes, Carlos Ribeiro e Manuel Rodrigues são artistas que se destacaram nas artes gráficas no panorama português, do artista Rudy (pseudónimo de Manuel Joaquim Baptista), amplamente premiado nos concursos de cartazes da Junta, apenas conseguimos aferir que se tratava de um pintor e aquarelista português.

Figura 1  
Cartaz  
'ESTORIL visite a  
COSTA DO SOL  
PORTUGAL'

Autor  
Rudy (Manuel  
Joaquim Baptista)  
Tiragem  
1000 exemplares  
Impressão  
Litografia de  
Portugal - Lisboa

Fonte  
*Cascais e seus lugares*  
n.º 10, Dezembro 1956

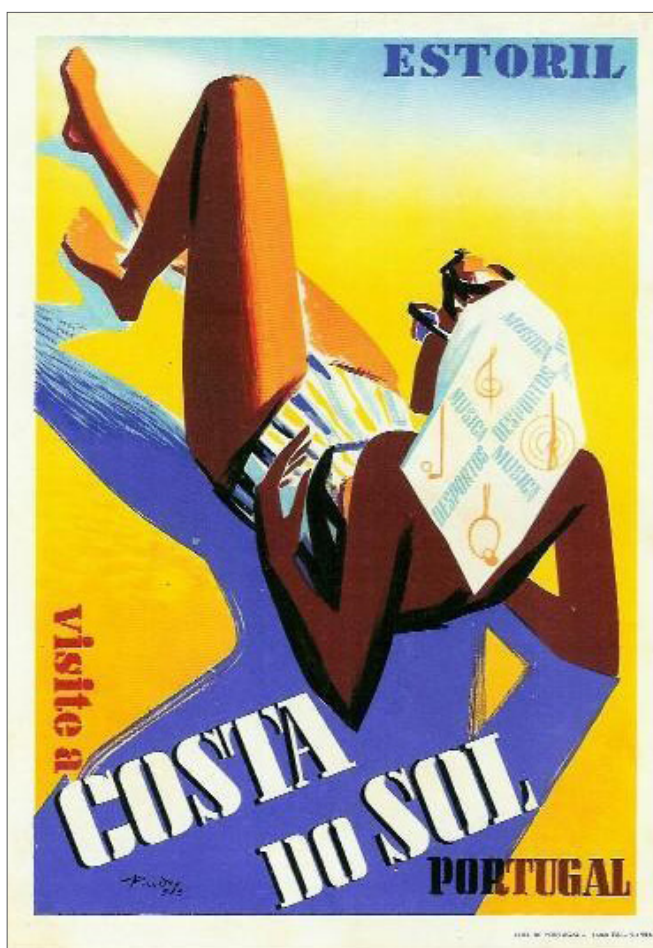




Figura 2  
Cartaz  
'O MAR E O  
SOL ESPERAM  
POR SI Costa  
do Sol ESTORIL  
PORTUGAL'

Autor  
desconhecido  
Tiragem  
500 exemplares  
Impressão  
Litografia Pátria  
Porto

Fonte  
*Cascais e seus lugares*  
n.º 10, Dezembro 1956

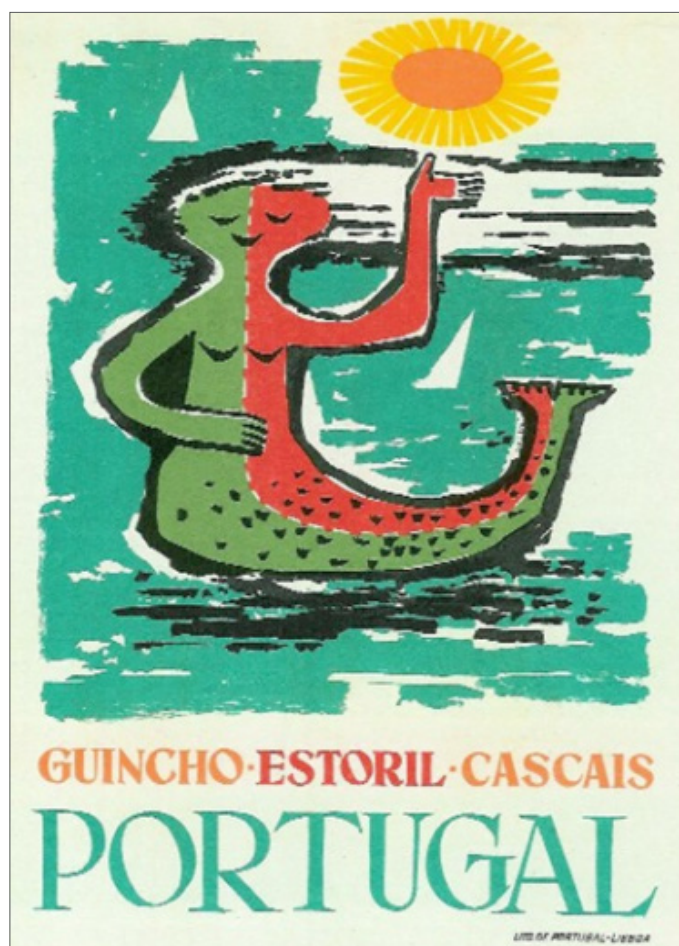


Figura 3  
Cartaz  
'GUINCHO  
ESTORIL CASCAIS  
PORTUGAL'

Autor  
desconhecido  
Tiragem  
desconhecida  
Impressão  
Litografia de  
Portugal - Lisboa

Fonte  
*Cascais e seus lugares*  
n.º 11, Março 1957

Figura 4  
Cartaz  
'ESTORIL Portugal'

Autor  
Carlos Ribeiro  
Tiragem  
600 exemplares  
Impressão  
Litografia Pátria  
Porto

Fonte  
*Cascais e seus lugares*  
n.º 11, Março 1957



Figura 5  
Cartaz  
'ESTORIL  
COSTA DO SOL  
PORTUGAL'

Autor  
Emmerico H.  
Nunes  
Tiragem  
desconhecida  
Impressão  
Litografia de  
Portugal - Lisboa

Fonte  
*Cascais e seus lugares*  
n.º 11, Março 1957





Figura 6  
Cartaz  
'PORTUGAL  
ESTORIL PARAISO  
DEL SOL  
CARCAVELOS  
CASCAIS'

Autor  
Rudy (Manuel  
Joaquim Baptista)  
Tiragem  
2000 exemplares  
Litografia  
Litografia Amorim  
Lisboa

Fonte  
*Cascais e seus lugares*  
n.º 12, Setembro 1957



Figura 7  
Cartaz  
'LA CHALEUR  
DU SOLEIL LA  
FRAICHEUR  
DE L'OMBRE  
CARCAVELOS  
CASCAIS ESTORIL  
PORTUGAL'

Autor  
Rudy (Manuel  
Joaquim Baptista)  
Tiragem  
2000 exemplares  
Impressão  
Litografia Amorim  
Lisboa

Fonte  
*Cascais e seus lugares*  
n.º 12, Setembro 1957

Figura 8  
 Cartaz  
 'CASCAIS  
 ESTORIL  
 CARCAVELOS /  
 CÔTE DU SOLEIL  
 / ESTORIL -  
 PORTUGAL'

Autor  
 Manuel Rodrigues  
 Tiragem  
 desconhecida  
 Impressão  
 Litografia de  
 Portugal - Lisboa

Fonte  
*Cascais e seus  
 lugares* n.º 13, Janeiro  
 1958

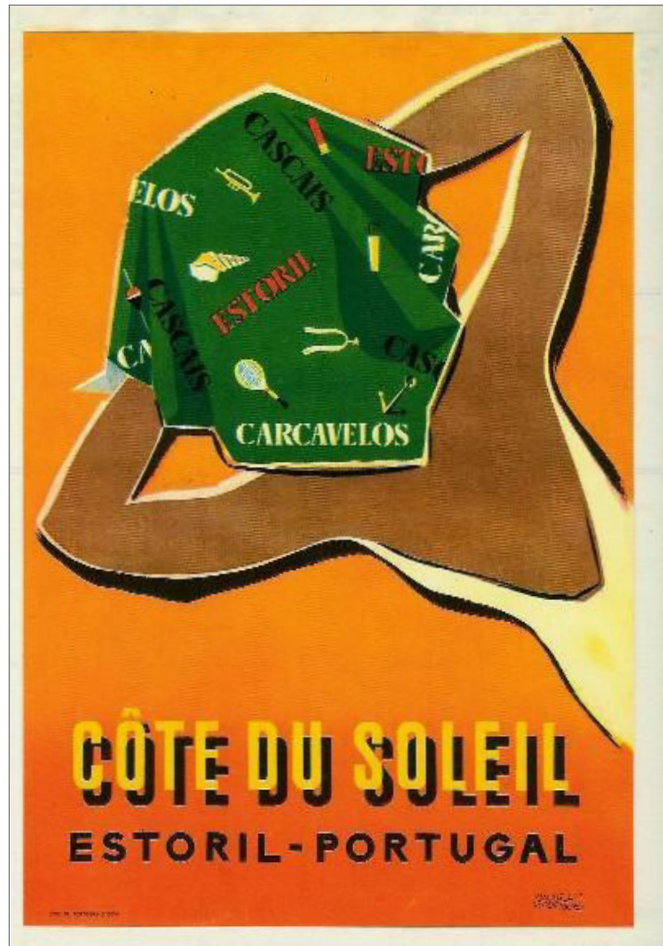


Figura 9  
 Cartaz  
 'CARCAVELOS  
 ESTORIL CASCAIS  
 PORTUGAL'

Autor - Rudy  
 (Manuel Joaquim  
 Baptista)  
 Tiragem  
 1000 exemplares  
 Litografia  
 Litografia Amorim  
 Lisboa

Fonte  
*Cascais e seus  
 lugares* n.º 13, Janeiro  
 1958



Por outro lado, as tiragens apresentadas referem-se à impressão aqui reproduzida. Por exemplo, em relação à figura 2 encontramos uma outra versão do mesmo cartaz em inglês, também com a referência a uma tiragem de 500 exemplares. O mesmo pode ter acontecido com outros dos cartazes apresentados, dado que foi possível identificar noutras fontes (como as atas da Junta de Turismo) tiragens em diferentes idiomas e ainda reimpressões em diferentes meses ou anos.

Numa abordagem geral do *corpus* podemos constatar que, em termos estilísticos, a paleta cromática utilizada é muito similar, embora com pontuais exceções, como é o caso da grande utilização da cor preta na figura 6. Nos restantes cartazes as cores quentes (vermelhos, laranjas e amarelos), a par com os azuis e verdes do mar e do céu, são as que predominam. O branco é também um elemento fundamental para o contraste que se pretende frisar como analisaremos adiante.

No que respeita ao volume, apesar de em alguns casos ser mais explícito do que noutros, este é dado não só pela própria composição da imagem e a perspetiva que lhe é atribuída, mas também e em grande parte pelo contraste e *dégradé* de cores. Nesta questão do volume destacamos a figura 1 em que a posição das pernas da figura feminina cria uma sensação de volume da imagem, reforçada pela criação da sombra, dando a ilusão de uma realidade tridimensional, sobretudo quando observamos o cartaz na vertical, posição para a qual foi elaborado para a sua função primordial.

Este é um aspeto importante que nos remete para duas observações: “a limitação da leitura vertical, que neste caso sofre o impulso inverso, salientando a ilusão ótica pretendida, e a necessidade de ocultar processos de produção para que o cartaz não apareça como um produto, mas sim como um dado absoluto” (Rocha, 1976: 15). Ou seja, é necessário que o cartaz consiga criar uma identificação com a imagem.

Em termos da temática começaremos por abordar os elementos textuais. Em primeiro lugar confirma-se o que atrás foi referido sobre a promoção internacional, isto é, são várias as línguas utilizadas nos cartazes, embora o português também seja utilizado, visando o mercado nacional. Por outro lado, estes elementos textuais são na sua grande maioria palavras soltas (por exemplo toponímia) ou pequenas expressões. Por exemplo, a palavra Estoril está presente em todos os cartazes embora com diferentes destaques. Se as figuras 1, 2, 3 e 8 têm um tamanho de letra maior para expressões como Costa do Sol ou Portugal, apenas a figura 3 dá mais destaque ao destino nacional do que ao local, mostrando a notoriedade que o Estoril ou a Costa do Sol tinham ao nível internacional.

Analisando o conteúdo das imagens importa salientar alguns aspetos que corroboram a identidade imagética do Estoril como a temos vindo a caracterizar. O Estoril é claramente representado como uma estância turística que baseia a sua oferta no produto sol e mar. Em todos os cartazes esta é uma referência

presente, sobretudo se tivermos em conta a inclusão de elementos característicos de práticas balneares: os toldos e os chapéus de sol presentes nas figuras 4, 5 e 9 ou o colchão de ar e os barcos à vela presentes nas figuras 2, 3, 4 e 9. A ideia de que a praia e, mais especificamente o mar, são lugares para serem usufruídos, são intrínsecos aos comportamentos representados, nomeadamente pelo sorriso, a descontração ou os banhos de mar apresentados em todas as figuras, exceto na 4 e na 6.

No que diz respeito ao sol, a sua presença é explícita e direta, com representação gráfica em todos os cartazes, exceto nas figuras 1 e 8, mas também de uma forma indireta, quer pelas cores quentes já referidas, quer pelo contraste luz/sombra muito presente nas figuras 1, 2, 5, 6, 7 e 9. Este é um aspeto muito relevante já que “a cor e a iluminação têm sobre o espetador um efeito psicofisiológico, uma vez que ‘ópticamente apercebidas e psicologicamente vividas’, colocam o espetador num estado que se ‘assemelha’ ao da sua experiência primeira e fundadora em matéria de cores e de luz” (Joly, 1999: 104). Daí que a cor atribuída aos corpos representados em ambiente de praia, profusamente bronzeados, nos remeta também para as práticas balneares associadas à sensação de bem estar e até de beleza, muito diferente da moda dos banhos de mar e dos primórdios da vilegiatura marítima do século XIX (Henriques, 2011). No fundo, a utilização e manipulação das cores, ou seja a linguagem cromática, vai servir para criar um ambiente que pretende ser a principal mensagem que o cartaz quer transmitir e ao mesmo tempo, no seu aspeto mais comercial, vender.

Um outro elemento que nos indica a presença constante do sol é o lenço que protege a cabeça das figuras femininas, como podemos observar nas figuras 1, 6, 8 e 9. De tal forma os cartazes tiveram impacto nos turistas que a Junta de Turismo decidiu mandar fazer lenços para oferecer como recordação, como se pode ler na ata 162 de abril de 1954: “Foi apreciada a proposta de aquisição, como elemento de propaganda, de lenços de seda e de outro tecido, para senhora, baseados no lenço que figura num dos cartases desta região, a fornecer por uma casa suíça” (AHMC/JTCE/B-3 A/001 Cx.2 Lv. 7 Fol. 77). Para além da primeira aquisição de 1100 lenços no mesmo ano, “porque poucos existem destes lenços, que tanto êxito têm obtido junto das Senhoras a quem são oferecidos, como recordação da Costa do Sol, e porque eles, julga-se, foram magnífica propaganda, resolveu-se considerar a possibilidade de uma encomenda” no ano de 1958 (AHMC/JTCE/B-3 A/001 Cx.2 Lv. 8 Fol. 141).

Por último, a utilização de óculos de sol reforça a ideia do clima propício às atividades balneares que se pretendem realçar. Assim se entende a importância dada à divulgação da ‘informação climatológica’, nomeadamente no boletim turístico de informação mensal e na propaganda telegráfica.

A representação do Estoril enquanto estância turística dotada de infraestruturas à altura de uma procura exigente está bem patente na figura 4, com o casino, os hotéis, a linha do comboio e a praia. Também a introdução de elementos que remetem para desportos de elite como o ténis, o golfe, o tiro, o hipismo ou a vela demonstram a existência de infraestruturas e condições que permitem a sua prática. Não podemos esquecer que também estes desportos traduzem uma diferenciação social bastante assinalável, já que não eram acessíveis à maioria da população, os quais estão presentes em todos os cartazes, exceto nas figuras 5 e 7.

Destas práticas sociais de elite convém ainda salientar a referência à música, por exemplo nas figuras 1 e 8, sobretudo representada na Costa do Sol pelo Festival Internacional de Música do Estoril, de grande destaque, entre outras iniciativas musicais mais pontuais, que enquadravam o dia a dia tanto da população local como dos turistas.

Um outro elemento importante em termos de análise conotativa (Joly, 1999), ou seja, de sentido projetado (Gervereau, 2007) é o trevo de quatro folhas que nos remete para a ideia de bonança e sorte, como podemos verificar na figura 9. Com a sua cor verde esperança, o trevo confirma que as atitudes e comportamentos representados, bem como as práticas culturais e desportivas, estão ligadas à sorte de se poder viver num mundo à parte, um mundo de felicidade, espelhado no sorriso da figura feminina.

Por último, mas não menos importante, queremos salientar a imagem da mulher que aqui é representada. No contexto de produção do presente cartaz, o lugar da mulher na sociedade está muito longe daquele que nos é aqui apresentado. Esta é uma mulher sofisticada, que está envolvida nas atividades culturais que atrás descrevemos, que tem direito a ser o centro das atenções, e mais, em alguns casos a única figura representada no cartaz. A própria forma elegante da posição em que aparece remete-nos para uma mulher descontraída, num momento de lazer, que tem direito a um destaque social bastante elevado.

Para além da sua representação real, a representação mágica, de encantamento, através da sereia, remete-nos para uma visão completamente diferente da mulher 'construída' pelo Estado Novo, com funções muito diferentes.

Por outro lado, em vez de envergar um traje tradicional, refletindo o imaginário folclorizado que o Estado Novo pretende consolidar, esta mulher, com traços e fisionomia que podem até estar longe da mulher portuguesa (e assim, um modelo do que se via passar nas ruas do Estoril, as mulheres estrangeiras), aparece com grande parte do corpo desnudo, apresentando-se em fato de banho.

Tendo em conta que “uma parte da interpretação da mensagem é [...] determinada pela *cenografia*, que retoma posturas também elas culturalmente codificadas, a

disposição das personagens umas em relação às outras pode ser interpretada tendo como referencia os usos sociais (relações íntimas, sociais, públicas...)” (Joly, 1999). Assim, neste contexto, a representação da mulher demonstra claramente que o Estoril era, na década de 50 do século XX, um lugar à parte também em termos sociais. A sua postura e comportamentos, descontraído, relaxando na praia, associada a um sorriso despreocupado em nada se coaduna com a mulher mãe, dona de casa, em segundo plano num contexto familiar, muitas vezes até submissa numa estrutura marcadamente patriarcal.

Destarte, a identidade imagética construída para esta zona de turismo está bastante vincada nestes cartazes. Essa identidade imagética passa pela existência de uma estância de luxo, com atrações sociais, culturais e desportivas adequadas a uma clientela de nível social elevado, com mulheres que ganham um papel central na representação da felicidade. Enfim, um lugar especial para pessoas especiais.

## 6. Considerações finais

Se atualmente a definição de cultura nacional se esbate com a globalização capitalista e o reforço das identidades locais, sendo a diversidade cultural uma característica do mundo moderno (Hall, 2002) o mesmo não se pode afirmar do contexto que encontramos em Portugal nos anos 50 do século XX. Ao contrário da visão mutante da identidade apresentada por Hall, isto é, aberta, complexa, e sempre em construção (Hall, 2002), a Política do Espírito pretendeu implementar uma visão completamente contrária. Ou seja, a construção do Estado Novo impôs a criação e estabilização de uma imagem sobre Portugal e os portugueses que devia ser coincidente com a política e que enformasse os valores que lhe estavam subjacentes, sem grande espaço para alterações ou desvios, de forma a ser mais facilmente controlada.

Neste sentido, as representações imagéticas à margem, e por vezes contraditórias em relação ao discurso nacional, devem ser analisadas no seu contexto mais específico, quer em termos territoriais, de relações sócio políticas, ou, neste caso, também numa perspetiva turística.

O Estoril construiu a sua própria representação como paraíso suspenso onde só os ‘escolhidos’ podiam participar. Só assim se justificam as representações imagéticas que encontramos nos cartazes turísticos dos anos 50, as quais por um lado projetam uma imagem desenvolvida a partir de opções urbanísticas (Lobo, 2012), mas por outro refletem práticas sociais e culturais que se foram efetivando durante o século XX.

Deste modo, o Estoril que “jornalistas, escritores e artistas que visitam Portugal [...] são unânimes em classificar como uma das mais aliciantes estâncias de turismo do Mundo” (Andrade, 1957: 293) construiu-se, reproduziu-se e projetou-se como um lugar especial. Apesar de ser contraditório em relação ao contexto político e ideológico nacional, o Estoril era aceite e até apoiado pelas estruturas do Estado Novo, embora como espaço circunscrito e apenas acessível a alguns. As representações imagéticas que encontramos nos cartazes estudados vêm corroborar a existência de um mundo à parte, seja nas práticas culturais ou desportivas, seja no papel e lugar da mulher na sociedade.

Pelos dados apresentados podemos constatar que, em grande parte, é exatamente esta diferenciação que distingue o Estoril, que em termos nacionais quer internacionais e, por isso mesmo, lhe confere uma maior atratividade, embora que para públicos que se coadunem com este estatuto.

Apesar das limitações associadas ao estudo de um *corpus* tão reduzido, o cruzamento com documentação diversa ao nível sincrónico e diacrónico permite-nos aferir que as conclusões a que chegamos não são apenas um marco dos cartazes premiados, mas de toda uma vivência que se foi construindo a partir do sonho de Fausto de Figueiredo.

Alarcão e Silva, I. (1992). Modernidade e tradição nos cartazes de propaganda política do Estado Novo. Reis, A. (dir.). *Portugal Contemporâneo*, vol. 4. Lisboa: Edições Alfa, p. 321-330.

## ● Fontes e Bibliografia

- Andrade, F. (1957). *Portugal País de Turismo anuário do Turismo Português 1957*. Lisboa: Olisipo.
- Aurindo, M. (2006). *Portugal em Cartaz Representações do destino turístico 1911-1986*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- Barnicoat, J. (2003). *Posters A concise history*. Londres: Thames & Hudson.
- Cadavez, C. (2013). *A bem da nação: as representações turísticas no Estado Novo entre 1933 e 1940*. Tese de Doutoramento. Universidade de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/8401>.
- Chartier, R. (1988). *A História Cultural, entre Práticas e Representações*. Lisboa: Difel.
- Cunha, L. (2001). *A Nação nas Malhas da sua Identidade – O Estado Novo e a construção da identidade nacional*. Porto: Edições Afrontamento.
- Ferro, A. (1949). *Turismo Fonte de Riqueza e de Poesia*. Lisboa: Edições SNI.
- Gallo, M. (2001). *The Poster in History*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company.
- Gervereau, L. (2007). *Ver, compreender, analisar as imagens*. Lisboa: Edições 70.
- Gonçalves, R. M. (1992). A Década do Silêncio 1951-1960. *Arte Portuguesa nos Anos 50*. Lisboa: Câmara Municipal de Beja/Fundação Calouste Gulbenkian, p. 83-99.
- Gonçalves, R. M. (1996). Artes Gráficas. Brito, J. & Rosas, F. (dir.) *Dicionário de História do Estado Novo*. Vol.1. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Hall, S. (2002). Culture, Community, Nation in Boswell, D. & Evans, J. (eds.) *Representing the Nation: A Reader Histories, heritage and museums*. Londres: Routledge, p. 33-44.
- Hall, S. (ed.) (1997). *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*. Londres: Sage Publications.
- Henriques, J. M. (2011). *Da Riviera portuguesa à Costa do Sol: fundação desenvolvimento e afirmação de uma estância turística: Cascais, 1850-1930*. Lisboa: Edições Colibri e Câmara Municipal de Cascais.
- Janeiro, H. & Alarcão, I. (1988). *Cartazes de Propaganda Política do Estado Novo (1933-1949)*. Série Catálogo, n.º 27. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Joly, M. (1999). *Introdução à análise da imagem*. Lisboa: Edições 70.
- Lobo, S. (2012). *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa, da 1ª República à Democracia*. Tese de doutoramento. Universidade de Coimbra. Disponível em <http://hdl.handle.net.pt>
- Matos, H. (2000). *Costa do Estoril Um Século de Turismo*. Estoril: Junta de Turismo da Costa do Estoril.
- Medina, J. (s.d.). *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*. vols. XII-XIII. Alfragide: Ediclube.
- Melo, D. (2001). *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Monteiro, N. & Pinto, A. (2004). A Identidade Nacional Portuguesa. Pinto, A. (coord.) *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Neto, M. J. (2001). *Memória, Propaganda e Poder O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- Ó, J. R. (1999) *Os anos de Ferro O dispositivo cultural durante a "Política do Espírito" 1933-1949*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Pereira, P. (1995) *História da Arte Portuguesa*, vol. III. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Pina, P. (1988) *O Turismo no século XX*. Lisboa: Lucidus Publicações.
- Rocha, R. (1976). Introdução. BN, *300 anos do cartaz em Portugal*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Rosas, F. (coord.) (1992). *Nova História de Portugal*, vol. XII. Lisboa: Editorial Presença.

### **OUTRAS FONTES**

- Arquivo Histórico Municipal de Cascais, Fundo Junta de Turismo da Costa do Estoril. Série Atas das sessões, AHMC/JTCE/A/001.
- JTC/JTCS (1951-1958). *Cascais e seus lugares*, n.ºs 4 a 14, Cascais: Junta de Turismo de Cascais/Junta de Turismo da Costa do Sol.

## Manuel Ai Quintas

Director da revista *DirHotel*, foi director hoteleiro e docente. Entre outros galardões, em 2004 recebeu a Medalha Municipal de Mérito Empresarial pela Câmara Municipal de Cascais.

### Casino do Estoril

AHMCSC/AESP  
CJSF/H/294



# DESDE QUANDO O ESTORIL ERA COSTA DO SOL

Manuel Ai Quintas

Conta-se que Scott Fitzgerald – o autor de «Terna é a Noite» – um dia, para justificar certos comportamentos que considerava próprios dos ricos, comentou para Hemingway:

- Sabes, Ernesto: os ricos são diferentes de nós.
- Eu sei – respondeu, Hemingway – têm mais dinheiro!

Imagine-se agora uma reunião das zonas turísticas mais modernas e badaladas da Europa.

Dizia uma zona turística grega, cheia de tola presunção com o sucesso que está a ter, falando na presença de outras estâncias turísticas estrangeiras não menos inchadas de vaidade:

- Sabes, Costa do Estoril: tu és diferente de nós.

E a Costa do Estoril respondia: - Eu sei, tenho mais história.

A outra tentava corrigir: - Tens mais passado, queres tu dizer.

A Costa do Estoril replicava: - Não é isso! Tu tens passado, eu tenho história. E explicava: - Para ter passado, basta envelhecer, enquanto, para ter história, é preciso ter vivido experiências únicas e inapagáveis.

Fui convidado a discorrer neste encontro sobre o Estoril desde os anos 50 até aos nossos dias.

Eu deveria assinalar em 15 ou 20 minutos o que terá sido mais relevante nos últimos 60 anos ou mais.

A princípio, fiquei descansado, porque ninguém iria ficar à espera que dissesse grande coisa em tão pouco tempo, e sobre tema tão variado e tão vasto.

Depois fiquei preocupado. O passado não é um livro aberto como é o presente. Pode ser até surpreendente e inesperado, quando se mergulha nele à procura das sementes. As sementes do passado, como sabem, são a parte mais suculenta do presente.

Perante a dificuldade, pensei em desistir. Telefonava ao senhor Dr. Sancho Silva, que foi quem me transmitiu o convite, e dizia-lhe que motivos imprevistos me impediam de comparecer.

Depois, para lhe explicar melhor o impedimento, acrescentava: - A mentira segue pelo correio.

Porém, como o convite era honroso e desistir não o era, optei por vir.

Alguém disse, uma vez, que «O passado é semelhante a outro país onde as coisas são diferentes».

Deve ser verdade. Ao ouvirmos a história da criação do Estoril, temos a sensação de que neste sítio houve, há muito, muito tempo, um país diferente ou até uma civilização antiga, onde mandava um gigante de espírito e de acção, com poderes mágicos. Um gigante que criou tudo isto, porque era ungido do Senhor e tinha uma vara igual à vara de Moisés, para afastar as águas paradas da inércia e abrir o caminho do futuro.

Não vou falar disso agora, porque neste encontro já outros foram buscar, e bem!, muitas lembranças ao sótão das recordações, desde quando o Estoril não passava de um grande pinhal, que chegava à borda da água, e um dia se tornou na inveja da Europa.

Não é possível falar do turismo nos anos 50 e seguintes sem, ao mesmo tempo, atender ao que era a vida no país, na Europa e no mundo nessas alturas, porque o que vale para a vida dos países vale para a vida das pessoas. E vale para o turismo.

Estes mais de 60 anos foram marcados por inúmeros acontecimentos que influenciaram uns de forma positiva e outros de forma gravemente negativa a vida e o turismo no mundo, em Portugal e, claro, nesta região.

Lembro apenas alguns desses acontecimentos, ao acaso: graves conflitos regionais em diversas partes do mundo; a morte de Franco e o regresso à monarquia em Espanha; a revolução iraniana e a instauração de um regime islamita; a morte de Mao e a luta do «bando dos Quatro» pela sucessão; a guerra das Falkland e a emergência da «Dama de Ferro»; a catástrofe de Chernobil; o desmembramento da URSS e fim da Guerra Fria; o começo da Intifada ou Guerra das Pedras, na Palestina, e a abolição do «apartheid», na África do Sul.

Noutro plano, cito também ao acaso as repetidas crises económicas, o desemprego, o reconhecimento da sida como uma nova epidemia mundial, a chegada da televisão aos lares; a explosão da Internet, como autoestrada da informação e veículo dos negócios; o terrorismo internacional, como no 11 de Setembro de 2001, que gerou uma psicose de medo, que rapidamente se apossou das pessoas, levando-as a não querer viajar para longe de casa.

Ora, como podia tudo isto e muito mais acontecer sem influenciar fortemente o turismo no mundo e na nossa terra?

Mas vamos por partes.

No princípio da década de cinquenta, a Europa vivia ainda no rescaldo da Segunda Guerra Mundial.

Desde a capitulação da Alemanha nazi, em 45, que a Europa procurava esquecer o caldeirão de horrores que havia vivido; ocupava-se na remoção dos escombros das cidades, e preocupava-se em saber como lhe seria possível alimentar milhões de bocas famintas numa economia devastada e exangue.

Valeu-lhe a ajuda do Plano Marshall, de biliões de dólares, para a reconstrução da Europa e modernização dos países, empréstimo de que Portugal não beneficiou porque, felizmente, não sofreu na carne a tragédia da guerra.

Na Alemanha e noutras partes da Europa, vivia-se em tendas, porque a prioridade era construir fábricas. Eram estas que deveriam gerar os recursos com que se iriam construir depois as habitações.

Porém, com o fim da guerra, não se acabaram as inquietações no mundo. Tinham-se calado as armas e dissipado o cheiro a pólvora na Europa, mas começava a Guerra Fria, acompanhada de profundas mudanças políticas, sociais e ideológicas.

Bilhete-postal  
comemorativo  
do casamento  
da Princesa Maria  
Pia de Saboia  
com o Príncipe  
Alexandre da  
Jugoslávia  
[AHMCSC/AESP  
CMBP/236]



CASCAIS — *Recordação do Casamento da Princesa Maria Pia de Saboia com o Príncipe Alexandre da Jugoslávia*

A partilha da Europa pelas potências vencedoras ensombrou a paz e criava sentimentos angustiantes nas populações. O mundo dividia-se em dois.

Nestas circunstâncias, não surpreende que o lazer e as viagens não entrassem nas preocupações mais prementes das populações europeias, e que o turismo na nossa Costa do Sol tivesse até entrado numa fase de nuvens sombrias.

Era a ironia do destino. Quando a Europa encontrava finalmente a paz, a Costa do Sol mergulhava na penumbra, que contrastava com a claridade faiscante, embora tragicamente artificial, da sua existência no tempo da guerra. Quando os hotéis de região não chegavam para as encomendas, repletos de refugiados perseguidos



Panorâmica da Praia do Tamariz, obtida a partir da Casa Schroeter [AHMCSC/AESP CJSF/H/EST/052]

pelos esbilros de Hitler; e porque muitas testas coroadas, destronadas pelos nazis ou escorraçadas pelos fanáticos de Estaline, haviam escolhido esta zona para um exílio dourado.

Ou seja: por imposição do destino, a Costa do Sol vivia um período crepuscular, depois de ter construído a sua reputação de lugar ao sol, seguro e romântico, numa grave crise da Humanidade.

Quando finalmente o turismo, que subsistia em estado comatoso, pouco a pouco renasceu na Europa, já não era como dantes.

O turismo internacional era encarado como um instrumento que ajudava a sarar as feridas da guerra e contribuía para o relançamento de economia e melhoria das condições de vida das populações do velho Continente.

Os cidadãos americanos eram mesmo aconselhados pelo seu governo a virem gastar os dólares na Europa, como forma de ajudar à reconstrução da economia europeia.

Sobretudo, o turismo tinha deixado de ser exclusivo da alta burguesia, depois de o ter sido da aristocracia do sangue e do dinheiro. Passara a atrair outras camadas de menos recursos e com uma atitude diferente perante a vida e as convenções sociais.

Foi em 51 que nasceu o rock'n'roll, com os rockers a cantarem «I hope I die before I get old».

Era um fenómeno musical, mas também social. Uma atitude violenta perante a vida e uma revolta e protesto sobretudo dos adolescentes, que não compreendiam que tantos jovens tivessem podido morrer numa guerra selvagem.



Foi também na primeira metade da década de 50 que se verificou a explosão demográfica, conhecida por *baby-boom*, e foi criada a pílula anticonceptiva e a fecundação «in vitro». Ou seja, se os jovens do rock´n´roll não queriam morrer velhos, outros jovens e a ciência queriam dar uma oportunidade à vida.

O mundo estava a mudar, e de que maneira!

Ao mesmo tempo, a aviação comercial conhecia enormes desenvolvimentos.

Apareciam os primeiros aviões a jacto de longo curso e foram criadas as tarifas de classe turística no transporte aéreo regular, permitindo que o transporte de passageiros por via aérea, no Atlântico Norte, superasse, ainda na década de 50, o transporte pela via marítima.

O mundo afinal não estava só a mudar: tornava-se mais pequeno, e o turismo internacional ficava mais fácil e mais barato.

Se, em 1950, os turistas mundiais somavam 25 milhões, o número subiu em 1980 para 285 milhões, e 10 anos mais tarde atingia os 440 milhões.

Porém, o renome internacional granjeado pelo Estoril mostrava já não ser suficiente para resistir indemne ao desfiar dos acontecimentos, às revoluções sociais e às tendências do turismo mundial, cada vez menos identificáveis com o turismo de antes da guerra.

As belezas naturais da Costa do Sol eram agora chamadas a medir forças com outras zonas europeias não menos atractivas, e o sol de Inverno ou o clima de «duas Primaveras», que constituía a principal atracção do Estoril, já não representava o mesmo para os novos turistas, que preferiam maioritariamente o Verão das praias.

A predilecção dos ingleses pelo Estoril também estava a esmorecer. Atraídos por outras estâncias turísticas, que despontavam na Europa, os ingleses, que sempre tinham constituído a grande maioria dos turistas nesta zona, passaram a repartir a sua preferência por mais lugares.

Além disso, excessivamente vinculada ao mercado britânico, a Costa do Sol sofria o efeito das perturbações políticas, sociais e financeiras sentidas por este, e não foram poucas.

Enquanto isto acontecia, isto é, enquanto na Europa se travava autêntica batalha (esta agora para conseguir a primazia ou a supremacia do turismo europeu), a nossa Costa do Sol parecia adormecida ou olhar com indiferença o esgravatar das zonas turísticas nascentes, como se as considerasse demasiado jovens e desconhecidas para poderem suportar o confronto com a sua reputação internacional.

Fausto de Figueiredo faleceu em 1950 e, com o seu desaparecimento, parece ter desaparecido também a influência benfazeja do Dedo do Padre Eterno, visto que nunca mais o turismo na nossa zona se desentranhou em leite e mel.

De vez em quando, a nossa região parecia ter uns assomos de querer lutar com a nova concorrência, sobretudo desdobrando-se em iniciativas de animação.

Na década de 50, organiza a primeira Exposição Canina Internacional e apresentações da moda italiana das mais afamadas casas de alta-costura de Roma, Milão e Florença, ou da moda francesa do mais famoso costureiro de Paris, com a participação de 5 «misses» de beleza da Europa, prova de que o velho continente começava a interessar-se por aquilo que poderia chamar-se de frivolidades.

Já Fernando Pessoa, que se metia em tudo e para tudo parecia ter jeito, tinha avisado antes que «uma estância de turismo não pode subsistir sem propaganda», para usar as suas próprias palavras.



*Cascais e os seus lugares: boletim da Junta de Turismo de Cascais*

Embora a região tivesse passado a ser chamada de Costa do Sol em 1935, só em Julho de 1957 foi criada por lei a zona turística abrangendo toda a área de circunscrição do município de Cascais, cujo órgão se designou de Junta de Turismo da Costa do Sol.

Em 1958, é posta a concurso a concessão da exclusividade de exploração de jogos de fortuna ou azar da zona do Estoril. A Estoril Plage não se recandidata, apesar do direito de preferência, e o concurso é ganho por Teodoro dos Santos.

É na sequência disto que a Estoril Sol passa a organizar o curso do Carnaval do Estoril, que alcançou verdadeira projecção internacional, sobretudo devido à

**Carro alegórico  
do Carnal  
Internacional  
do Estoril**  
[AHMCSC/AFTG  
CNM/0028]



**Carro alegórico  
criado por  
Salvador Dali  
para o cortejo  
do Carnal  
Internacional  
do Estoril**  
[AHMCSC/AFTG  
CNM/0038]



presença de numerosas personalidades de fama mundial, como Maurice Chevalier e Fernandel, coroados reis do carnaval, e também devido aos espetaculares carros alegóricos, um deles concebido pelo genial Salvador Dali.

O curso veio a ser descontinuado poucos anos depois, a pretexto de que a chuva, que quase sempre caía nos dias de carnaval, ainda era a maior partida de todas as do Entrudo.

Na década de 60, que começou praticamente com o primeiro voo habitado no espaço, a Costa do Sol começou a sofrer a concorrência do Algarve, a qual iria aumentar a partir da construção da ponte sobre o Tejo, em 1966.

Salazar decidiu que o Algarve deveria ser desenvolvido e promovido como destino turístico, ordenando às entidades oficiais do país que, a partir dali, o Algarve deveria ser o seu ai-Jesus, ficando as restantes, incluindo a Costa do Sol, entregues à sua sorte.

A TAP que, por aquele tempo e até alguns anos mais tarde, dava abundantes provas de interesse pelo turismo nacional e de pretender favorecer o progresso do país e o ingresso de divisas, para compensar a hemorragia das reservas do Tesouro, passou a orientar também a acção das suas delegações no estrangeiro para a promoção quase exclusiva do turismo algarvio.

A promoção do turismo nacional foi sempre assim: uma manta curta que, para chegar á cabeça, destapa os pés.

A verdade é que a Costa do Sol entrou em fase de hibernação. Sobretudo com a entrada em acção de grandes operadores turísticos europeus, arvorados em amos e senhores das correntes turísticas, levando-as para onde quisessem. O pior é que preferiam as ilhas gregas e as praias de Espanha.

Os operadores acusavam a Costa do Sol de não ter apartamentos turísticos nem hotéis de poucas estrelas em número suficiente, que eram aquilo de que diziam precisar para o que viria a ser conhecido por turismo de massas.

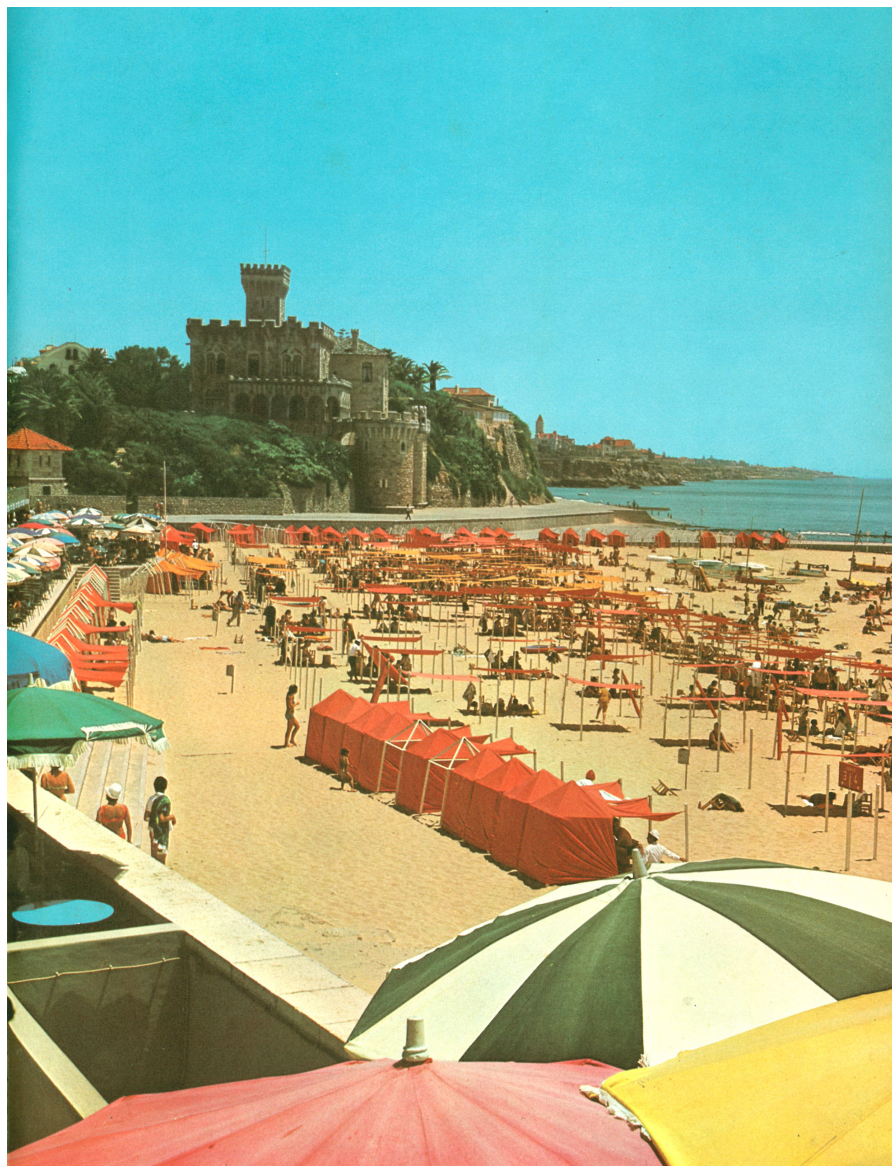
Os próprios portugueses descobriam o Algarve. Sobretudo os do Norte passavam por Lisboa, em caravana automóvel, para atravessarem a ponte a caminho do Algarve, sem olhar para aqui.

No Plano de Actividades da Junta de Turismo, para 1962, podia ler-se: - «No Estoril, falta quase tudo».

Talvez por isso, em 1963 realizou-se pela primeira vez a Feira do Artesanato do Estoril; em 64 foi criado o Aeródromo em Tires, e em 68 foi inaugurado o novo Casino do Estoril, o maior da Europa.

Apesar disso, o turismo da Costa do Sol continuava a definhar.

Praia do Tamariz  
Costa do Sol,  
junho de 1971



No início da década de 70, já os sinos tocavam a rebate nos campanários dos hotéis. A Costa do Sol parecia estar a extinguir-se até à última chama.

Os hoteleiros, sobretudo, começaram a agitar-se. Entendiam que a Costa do Estoril deveria procurar uma nova vocação, que não apenas o turismo de «sol e praia», com a oferta de novos produtos.

Mobilizaram-se então as vontades. Activaram-se os esforços. Consolidaram-se as adesões. O turismo da zona procurava ganhar novas forças e um novo sopro alentador.

Foram então postas em marcha campanhas promocionais agressivas, para promover a nossa zona na Europa, nos Estados Unidos da América e no Canadá.

Algumas ficaram memoráveis, como os programas «Viva Estoril» e «Estoril Festival», com a participação nas viagens promocionais de praticamente todos os hoteleiros e a colaboração da Junta de Turismo, dos Centros de Turismo e das delegações da TAP no estrangeiro.

Deve ter sido por deliberação divina que isto aconteceu, porque os portugueses não costumam mostrar espírito tão gregário naquilo que fazem, preferindo agir sozinhos.

Em 1970 foi criada a Escola de Hotelaria e Turismo do Estoril, que iria contribuir a partir daí para a formação dos trabalhadores do sector e ajudar à elevação da qualidade do serviço dos hotéis da zona.

Neste ano, foram aplicados ao velho casino, desactivado, uns fundilhos, para servir de Pavilhão de Congressos. Uma tentativa falhada, porque não passava de um remendo em área do turismo que não se compadece com improvisações.

E em 1972, foi inaugurado o Autódromo do Estoril, que em 1984 iria ser incluído nos circuitos da Fórmula 1, até 1997, ano em que perdeu o direito a inscrever o seu nome no campeonato mundial de Fórmula 1, e o Estoril perdeu o seu maior cartaz promocional de todos os tempos.

Em 1973, a Costa do Sol passou a chamar-se Costa do Estoril. A marca «Costa do Sol» nunca foi registada, permitindo que a Costa del Sol espanhola dela se tivesse apropriado.

Esta foi talvez a primeira vez, em questões de turismo, que os espanhóis nos comeram as papas na cabeça. Mas não foi a última.

O ano de 1973 não iria terminar sem o primeiro choque petrolífero, quando a Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) deliberou aumentar drasticamente o preço do petróleo, verificando-se logo a seguir um segundo aumento, que quase quadruplicou o preço do petróleo, arrastando os países industrializados para um prolongado período de profunda agonia.

O encarecimento dos transportes e a retracção das pessoas e das empresas tiveram um efeito devastador no turismo internacional, comprometendo os esforços em marcha de recuperação do turismo da «nova» Costa do Estoril.

A chamada «Revolução dos Cravos», em Abril de 74, abalou ainda mais a frágil indústria turística nacional, levando a grande maioria dos turistas potenciais a ignorar o nosso país, durante pelo menos dois anos, com receio do socialismo revolucionário.

Muitos hotéis, incluindo na nossa zona, foram «intervencionados», isto é, os trabalhadores entraram em autogestão, depois de terem afastado os seus donos ou porque estes tinham deixado o país, assustados com o rumo que as coisas estavam a levar.

Algumas forças políticas que controlavam os sindicatos da indústria hoteleira pretenderam que o sector do turismo fosse nacionalizado, o que, aliás, aconteceu sobretudo com as empresas de transportes terrestres.

Pessoas, vindas não se sabe donde, porque do turismo não eram, foram nomeadas para dirigir a nossa Junta de Turismo por força de bulas revolucionárias.

Diziam os curandeiros do turismo da altura que os turistas dos países capitalistas nos estavam a contaminar e, por isso, deveriam procurar-se mercados alternativos nos países da chamada «Cortina de Ferro» ou nas próprias organizações sindicais da Europa Ocidental.

As correntes de turistas prometidas nunca passaram, evidentemente, de afirmações demagógicas e promessas irresponsáveis.

Turistas do Leste da Europa nunca ninguém viu por cá, porque não tinham no bolso aquilo com que se compram os melões.

Valeu então à sobrevivência dos hotéis do país, terem sido chamados a alojar os chamados «retornados» das ex-colónias, que chegavam a Lisboa aos milhares e eram acomodados aos 3, 4 ou mais por quarto de hotel.

Durou isto pelo menos ano e meio. E foi assim que os hotéis puderam pagar os ordenados, a água, a luz, os telefones e outras despesas a que não podiam fugir.

No meio desta febre revolucionária, ainda sobrou tempo e imaginação para, durante certo tempo, se alimentar publicamente a ideia de instalar em São Pedro do Estoril, à ilharga da Colónia Balnear Infantil do Século, as oficinas de reparação de comboios da CP.

Era o princípio revolucionário de que um clima bom para o tratamento dos ossos, como é o dali, teria de ser bom também para desempenar «chassis».

E era o cúmulo da ofensa ao turismo e da insanidade reinante. Só não vingou porque, apesar de tudo, teve uma resposta á altura da provocação.

O resultado deste delírio foi afastar os normais fluxos turísticos de 1974 a 1977, por falta de confiança dos turistas nas condições oferecidas em Portugal para o seu acolhimento, deixando as empresas turísticas desmotivadas e exangues, obrigadas a calafetar com empréstimos ruinosos os rombos nas contas.

Não houve forma de convencer os revolucionários da altura que lidar com o turismo requer tacto e maneiras, sobretudo com o turismo internacional, que é dado ao melindre e tem a sensibilidade e a delicadeza de uma «flor de estufa».

Ultrapassada por outros destinos turísticos com ainda melhores condições naturais para o «turismo de sol e praia», a Costa do Estoril começou a procurar, para si, uma nova vocação e aptidão, designadamente na área dos desportos e do turismo de trabalho, através da criação de equipamentos apropriados e de iniciativas de projecção internacional.

Assim, em 1999, foi inaugurada a Marina de Cascais, permitindo recuperar e

ampliar uma das mais arreigadas actividades desportivas da zona: os desportos náuticos, em especial as provas de vela, no cenário grandioso da Baía de Cascais.

E em 2001, foi inaugurado o Centro de Congressos do Estoril, cumprindo-se deste modo um velho anseio da indústria turística da região, sobretudo dos hoteleiros.

Mas há a sazonalidade do turismo.

A sazonalidade é o diacho. Nunca deixou de fazer estragos no turismo.

Primeiro, quando eram os ingleses que nos visitavam no Inverno, o Verão ficava para os portugueses, que encontravam aqui hotéis bons e baratos. E mesmo assim eram poucos os que os podiam pagar.

Depois, quando o mundo ficou mais pequeno e os turistas ingleses do sol de Inverno passaram a ser menos na nossa Costa do Sol; e quando a concorrência do Algarve começou a fazer mozza, a sazonalidade ficou a pesar ainda mais aqui.

Na liturgia do turismo, o mês de Abril tornou-se naquele em que os turistas começam a chegar em maior número, a tempo de permitir ao povo do turismo comer a rês e saborear o foliar da Páscoa. E o mês de Novembro passou a mês da Paixão, por pôr os hoteleiros a percorrer o calvário do Inverno até chegar outra vez o «mês das espigas», num ciclo infernal da vida.

Neste seminário, pretende-se evocar os 100 anos do projecto Estoril.

Mas este encontro, que se inclui nas celebrações desse facto extraordinário dos 650 anos do município de Cascais, que a todos deverá alegrar e encher de orgulho, é também o momento asado para festejar o 23º aniversário da criação da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, que agora ocorre.

A qualidade de um hotel é o reflexo da qualidade do seu pessoal. E a qualidade do pessoal é o reflexo da qualidade da sua formação.

Por outro lado, a qualidade da oferta hoteleira e do turismo em geral, com relevo para a qualidade dos serviços, concorre em elevado grau para a imagem e reputação do país e da região, frequentemente formadas no conceito dos visitantes durante a sua fugaz passagem pela nossa terra.

O progresso do turismo da zona encontra-se – como, aliás, em qualquer parte – condicionado pela disponibilidade e qualidade dos recursos humanos susceptíveis de serem atraídos para as profissões do sector e aptos a servi-lo com saber e também com graça.

Põe-se por isso, em primeiro lugar, a necessidade de atrair para o sector camadas de jovens cada vez mais educadas e culturalmente evoluídas, sem o que não será possível assegurar o crescimento sustentável e a valorização económica e social do turismo e da hotelaria.

Do ponto de vista sociológico, a formação profissional deverá corresponder aos legítimos interesses e expectativas dos candidatos às profissões hoteleiras, oferecendo-lhes a oportunidade de valorização pessoal, social e profissional e a possibilidade de desenvolverem plenamente o seu potencial humano.

Além disso, a formação profissional deverá ser sempre informada de uma visão ousada do futuro e de aspiração permanente de progresso, sob pena de ficar a dever muito a si própria e mais ainda aos que a ela recorrem e nela confiam para alargar os seus horizontes de felicidade.

A ESHTTE tem dado provas ao longo dos seus 23 anos de ser norteada por estas preocupações e desejos, preocupando-se em oferecer condições técnicas e humanas aos interessados nas profissões hoteleiras de nível superior, e contribuindo para a formação de trabalhadores do futuro e para a criação de um homem novo.

É, por isso, credora dos maiores agradecimentos e felicitações sinceras por esta data.

Alguns acontecimentos de especial gravidade para o turismo português, quero lembrar nesta evocação.

Em 2008, um governo de vistas curtas, armado de um varapau cego, cometeu o erro histórico e o crime de lesa-turismo de varrer de cena a nossa Junta de Turismo, que tinha a seu favor um activo de inestimáveis serviços prestados durante muitas décadas ao turismo nacional e ao nosso país, perante a complacência dos hoteleiros da zona, que não saíram a terreiro para a defender, como deviam.

Não se espera que os hoteleiros seja brigões e espancadores. Mas a mansidão de frades bentos que mostraram na altura não lhes assenta bem nem é do seu interesse.

Será por isso que, mesmo nas ocasiões de maior aperto, os hoteleiros de Norte a Sul não tenham uma reivindicação que se ouça, uma exigência que se note ou um murmúrio que os alivie.

Os nossos hoteleiros, no entanto, merecem também palavras de louvor.

São hospitaleiros, abnegados e esforçados. Muitos convivem regularmente com o prejuízo, com a maior resignação, como se fossem apenas indisposições musculares.

A maioria tem da sua função uma louvável ideia de missão a cumprir. Faz bem, porque a padroeira, Santa Marta não pode ajudar todos, e aos que mais precisam prefere os que mais merecem.

Já agora, também uma palavra de apreço a propósito dos que, nos restaurantes da nossa zona, asseguram a arte de bem cozinhar para o prazer de quem come.

A descoberta da gastronomia, que, como alguém disse, é o pastoreio dos sentidos, oferece na nossa zona vastas oportunidades de experiências gastronómicas em ambientes originais, tanto aos de cá como aos turistas no seu afã de andarilhos.

Curnonsky, então considerado o príncipe dos gastrónomos, achava que a gastronomia se dirige a todos os sentidos, excepto talvez ao ouvido.

Fez bem Curnonsky em ressaltar o direito do ouvido aos prazeres da gastronomia, ou então nunca teria ouvido o fremir dos rojões a saltitar, aflitos, na frigideira de barro; ou o gemer dolorido das costeletas de borrego nas brasas ardentes.

Uma chamada de atenção, no entanto, deixo aqui: a ementa não precisa de ser afrancesada ou estrangeirada nem acompanhada de faduncho, para ser boa. Não será nunca melhor do que Ensopado de Lampreia regado com vinho verde de Amarante, ou do que o Bacalhau à Zé do Pipo. O pipo era donde saía o vinho que este Zé fazia e era um vinho de estalo.

Não me vou embora sem falar de um escândalo que aconteceu há anos, no plano nacional, com a privatização das Pousadas de Portugal, com muito poucos dos meus compatriotas a protestar comigo naquela altura.

As pousadas constituíam um verdadeiro património nacional, e a marca Pousadas de Portugal era de todos os que nasceram neste país desde que António Ferro as criou. Apesar disso, o Governo nesse tempo julgou-se no direito de as transferir para a esfera privada sem, ao menos, suscitar um amplo debate na sociedade civil.

Não se acabou com as pousadas, mas deixaram de ser de Portugal.

Aliás, durante décadas, o turismo em Portugal foi conduzido, com uma mão mais solícita do que o necessário pelos Públicos Poderes, que, como dizia o Eça, são quem tem a «chave de despensa».

Foi assim que, décadas atrás, o Poder se achava no direito de fixar por via administrativa os preços dos hotéis, deixando os hoteleiros entregues à tarefa de descobrir a lógica das tábuas publicadas, num esforço inútil de meditação e entendimento que durava o ano inteiro.

E assim foram os hoteleiros vivendo, durante anos, com preços emprestados e liberdade vigiada, até que, por milagre dos Santos Óleos, pois não há outra explicação, o sector passou a ter o que sempre desejara: preços livres.

Era a triunfante assunção pelos hoteleiros da responsabilidade dos seus actos, e o reconhecimento do direito que lhes assiste a errarem sem para isso precisarem da ajuda oficial.

Vou terminar, mas ainda não.

Em muitos pontos do país, procuram os poderes públicos e entidades privadas locais, de lupa na mão, encontrar uma vocação turística para os seus territórios, esperando ver em certos aspectos da paisagem ou da vida local elementos propiciadores da actividade turística a que aspiram sobre todas as coisas, e que seria para essas regiões igual a um bilhete para o céu.

Mas os territórios são com as pessoas: nascem para o que nascem, e a sina de muitos não é servir o turismo.

Ora, esta região foi bafejada pela sorte: uma área geográfica especialmente dotada pela Natureza ou pelo Dedo da Providência, tanto faz, e marcada indelevelmente pela visão e coragem de um homem raro e por quantos se empenharam e empenham, em dar continuidade e consequências à sua admirável visão.

Porque assim é, está a Costa do Estoril, por imperativos de ordem moral e deveres de natureza económica, social e cultural, impedida de desperdiçar os recursos invulgares de que desfruta, e obrigada a desenvolver todo o seu potencial turístico, que outros desejariam possuir, sob pena de não merecer os privilégios com que foi favorecida pelas causas naturais e pelos acasos da vida e da História.

A vida dos países e das regiões, como aliás a das pessoas e das empresas, é feita de altos e baixos.

Foi também assim com a nossa região, que, no que interessa ao turismo, se foi descaracterizando progressivamente ao longo dos anos, devido a acções e omissões da responsabilidade dos Poderes Públicos e entidades privadas.

Não obstante isso, a Costa do Estoril conserva importantes características que a acreditam como destino turístico de eleição no panorama europeu.

A região procurou e encontrou uma nova forma e oportunidade de se afirmar no concerto do turismo nacional e internacional como um destino turístico capaz de atrair os visitantes e de os servir de uma forma eficaz, permitindo-lhes recriar o espírito, retemperar as energias e satisfazer as suas motivações pessoais, graças à concertação dos esforços da Câmara Municipal de Cascais, do Turismo do Estoril e de todos os que de uma forma ou outra o vêm servindo.

É por isso uma zona remoçada a nossa, em que cada experiência é um novo começo.

E preciso acreditar no Futuro. Nem tudo é perfeito aqui. Mas até Deus, o Grande Arquitecto do Universo, teria feito um mundo melhor com outro orçamento.

Diz-se que, quando o médico e filantropo, Albert Schweitzer, depois de ter permanecido anos em Africa e criado um hospital no Gabão, veio à Europa receber o Prémio Nobel, alguém lhe perguntou:

- O que pensa da Civilização?

O médico respondeu prontamente:

- É uma boa ideia. Alguém devia começá-la!

Também no caso do turismo mundial, mesmo considerando os gigantescos progressos já realizados, mas perante o que ainda falta conseguir, é possível dizer que a indústria da hospitalidade é uma boa ideia. Só falta começá-la.



## Índice

João Miguel Henriques	
<b>Breve História do (Vilegia)turismo no eixo Cascais-Estoris [1867-1931]</b>	6
João Aníbal Henriques	
<b>Fausto Figueiredo e o sonho do Estoril</b>	26
Cândida Cadavez	
<b>António Ferro, um anfitrião na Costa do Sol nos primórdios do Estado Novo</b>	48
Cristina Carvalho	
<b>O mercado britânico &amp; os deleites turísticos no Estoril dos Anos 30</b>	66
Cristina Pacheco	
<b>O mundo no Estoril: Instantes em tempo de guerra (1939-1945)</b>	84
Susana Filipa Gonçalves	
<b>O Estoril dos Anos 50 do século XX: Representações imagéticas nos cartazes turísticos</b>	94
Manuel Ai Quintas	
<b>Desde quando o Estoril era Costa do Sol</b>	120



CASCAIS

Tudo começa nas pessoas